



**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural**  
**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental**  
**Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**  
**Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

**Elton Rodrigues de Sousa**

**Estudo das Práticas de Mutirão:**

**Transformações no conhecimento em comunidades tradicionais  
do Vale do Mearim, Estado do Maranhão**

Belém  
2013

**Elton Rodrigues de Sousa**

**Estudo das Práticas de Mutirão:**

**Transformações no conhecimento em comunidades tradicionais  
do Vale do Mearim, Estado do Maranhão**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará – UFPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.  
Orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Noemi S. M. Porro.

Belém  
2013

**Elton Rodrigues de Sousa**

**Estudo das Práticas de Mutirão:**

**Transformações no conhecimento em comunidades tradicionais  
do Vale do Mearim, Estado do Maranhão**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará – UFPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.  
Orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Noemi S. M. Porro.

Data de aprovação: Belém ...../...../.....

Banca Examinadora

---

Dra. Prof<sup>a</sup> Noemi S. M. Porro (Orientadora)  
(NCADR/UFPA)

---

Dr. Prof. Salomão A. M. Hage (Membro Titular Externo)  
(ICED/UFPA)

---

Dr. Prof. Gutemberg A. D. Guerra (Membro Titular)  
(NCADR/UFPA)

---

Dra. Prof<sup>a</sup> Sônia Maria S. B. M. Santos (Membro Suplente)  
(NCADR/UFPA)

**OFEREÇO**  
À Dirce Rodrigues de Jesus (*in memorian*), Joaquim, Marquelize,  
Khayo Lúcio, Júlio César, Blyzya e Rayzya.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai celestial pela condução dos meus passos e guia dos meus pensamentos;

À Universidade Federal do Pará;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro na execução dessa jornada;

Aos Coordenadores do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Gutemberg Guerra e Flávio Barros pela confiança e apoio;

À professora Dra. Noemi Sakiara Miyasaka Porro (UFPA), pela resistência, persistência, cumplicidade, disponibilidade do diálogo e o inestimável apoio na orientação, em muitos momentos, desta trajetória,... o meu reconhecimento e o obrigado!

À professora Dra. Sônia Magalhães (UFPA/IFCH), pelo incentivo e confiança;

Ao professor Dr. Willian Santos de Assis, pelas contribuições na entrevista e na qualificação do projeto, pois suas palavras continuam cada vez mais significativas em minha formação;

Aos demais professores do programa, que mesmo tendo pouco contato, sempre foram solícitos e agradáveis;

Ao professor Salomão A. M. Hage, pelas contribuições e o direcionamento sobre o olhar pedagógico neste trabalho;

Ao professor Msc. Evandro Medeiros (UFPA) pela confiança e incentivo;

À querida amiga Edna Santos Sousa, pelo apoio, incentivo, franqueza nas palavras e paciência para ouvir nos meus momentos de alegria e frustração;

Ao Leandro Borges Pereira, com quem muito aprendi e não raras vezes dialogamos, foi uma convivência salutar;

Aos funcionários Neilton, Hans, Moacir, pela cordialidade no atendimento e nos serviços prestados;

À família do Senhor Vital, em especial, pela acolhida sempre alegre e pelo atendimento de várias solicitações complementares;

Às famílias de São Manoel, pela disponibilidade do diálogo, pelas informações e solicitude nas entrevistas;

À todos os amigos da república Ricardo Freitas, Roberta Rowsi, Leandro Borges e Andréia Portugal;

Ao amigos do Curso de Mestrado, Alisson Pureza, Elcio Nascimento, Katharina, Maria Cristina, Michel do Carmo, João Paulo, Elton Garcez, Nathália e Loyanne;

Aos companheiros do grupo de pesquisa, Ione, Maricélia, Josilene, Sammy, Naiara, Pedro Martins e Heldiane Aranha;

À bibliotecária Vera Fadul;

Aos colegas professores e demais funcionários da Escola Marechal Rondon;

À prefeitura Municipal de Água Azul do Norte, Estado do Pará;

À Chirles Silva Monteiro por ter compartilhado da ideia inicial de continuar estudando, a quem devo pelo apreço e diálogo sempre acalorado;

Aos meus compadres Eduardo e Odair e as comadres Elysanne e Maria, por ter dedicado atenção aos meus filhos e esposa em minha ausência;

Ao amigo Otiniel pelas importantes dicas de uso de ferramentas que muito auxiliou na formatação final do texto;

À Mário Hélio Filho Santos, responsável pelo laboratório de análise da informação geográfica (LAIG);

À inestimável amiga Adriana Dias de Moura, presente na etapa final deste e a quem devo pelos questionamentos e contribuições muito oportunas;

Finalmente, quero, de forma carinhosa, agradecer e dedicar esta dissertação à todas as famílias que me receberam em suas casas, e pacientemente souberam me compreender nas minhas imperfeições. Àqueles que se comprometeram em fornecer informações valiosas sobre suas histórias de vida individuais e coletivas; que no silêncio revelaram gestos que as palavras não foram capazes de traduzirem. A partir de nossa convivência junto a estas famílias compreendi que pesquisar é penetrar num mundo desconhecido, é encontrar pessoas, é fazer amizades, é levar um pouco de informação e construir em paralelo uma história, que não se publica em livros ou artigos, mas que certamente será eternizada em nossas vidas.

“Nós fomos ficando apertados feito o gado quando bota dentro duma solta, que não tem mais o que comer, aí o bicho vai procurar jeito, rebenta cerca, invade, tem que sair, assim foi nós. Nós tava sem terra para trabaiá. O povoado grande e foi apertando. Babaçu foi ficando preso. Tinha os compradores [de coco] do fazendeiro. (...) Nós quebramos esses cocos lá, sem ninguém querer, deram parte de nós. Quando deram parte de nós, aí nós se juntamos né, ficou todo mundo unido. [O fazendeiro], começou botar pistoleiro, aí nós se juntamos mais, aí veio partindo da luta da terra até que veio a derruba das casas, aí né, se juntamos mais”.

**José Soares Sobrinho (Antonino)**, 63 anos,  
Povoado de São Manoel, Lago do Junco,  
Maranhão – 28/08/2012 .

## RESUMO

O mutirão, visto como conjunto de práticas sociais desenvolvidas pelas famílias camponesas de São Manoel, traz em si a manutenção de relações sociais expressas em ações de cooperação e ajuda, fundamentadas em princípios de solidariedade e reciprocidade. Essas práticas contribuíram para que o grupo estudado construísse novos conhecimentos e transformasse sua realidade. Este estudo versa sobre as práticas de mutirão, com ênfase nas transformações do conhecimento de comunidades tradicionais do Vale do Mearim, Estado do Maranhão. O objeto de estudo está inserido nos debates sobre a agricultura familiar e extrativismo em áreas de ocorrência da palmeira babaçu (*Attalea speciosa*), e será tratado no povoado de São Manoel, município de Lago do Junco, microrregião do Médio Mearim, Estado do Maranhão. Destacam-se as transformações nas relações de trabalho intrafamiliar e interfamiliar e a importância da organização coletiva local para a manutenção das relações sociais comunitárias. Observa-se que mesmo face às grandes transformações sociais impostas por um modelo econômico hegemônico, a comunidade mantém uma interação que permite a renovação das atividades de cooperação e ajuda. Estudos já apontavam, desde a década de 50, a tendência do desaparecimento das práticas referidas como mutirão, no entanto, observa-se que no povoado de São Manoel, estas práticas vêm sendo renovadas mesmo com as transformações na organização socioeconômica das famílias. Neste estudo de caso procurou-se descrever e discutir as práticas do mutirão tanto em tempos atuais quanto no passado da história local, levando-se em consideração os aspectos econômicos, políticos e culturais. Buscou-se compreender como e porque este grupo social, subordinado ao modelo social e econômico hegemônico, mantém e renova, através de suas relações intrafamiliar e interfamiliares, a prática do mutirão. Cabe destacar que o processo de aprendizagem decorrente da práxis tem contribuído na organização política, na construção dos espaços de uso comum e na consolidação da visibilidade política dos atores sociais de São Manoel.

**Palavras-chave:** Mutirão. Agricultura Familiar. Comunidades Tradicionais. Patronato.



## ABSTRACT

The mutirao, viewed as set of social practices developed by the peasant families from São Manoel, brings itself the maintenance of social relations expressed in actions of cooperation and help based in principles of reciprocity and solidarity. These practices contributed for that the studied group build new knowledge and transform your reality. This study cross about mutirao practices, emphasizing the transformations in the knowledge of traditional communities from Valley Mearim, Maranhão state. The study object is inserted in discussions about family farming and extractivism in fields of babaçu palm occurrence (*Attalea speciosa*), and will be treated in the village of São Manoel, municipality of Lago do Junco, microregion of Médio Mearim, Maranhão State. Highlights are the changes in the intrafamily and interfamily work relations and the importance of local collective organization for the maintenance of social community relations. It is observed that even in the face of great social transformations imposed by a hegemonic economic model, the community maintains an interaction that allows the renovation of cooperation activities and help. Studies already indicated, since the decade of 50, the trend of the disappearance of the practices referred as mutirao, however, observed that in the village of São Manoel, these practices have been renewed even with the changes in the socioeconomic organization of families. In this case study aimed to describe and discuss the practices of mutirao both in current times and the past history of the place, bearing in consideration the economic, politic and cultural aspects. Sought to understand how and why this social group, subordinate to hegemonic economic and social model, maintains and renews, through its intrafamily and interfamily relationships, the practice of mutirao. It is worth mentioning that the process of learning resulting from praxis has contributed to the political organization, the construction of spaces of common use and consolidation of the social visibility politics of São Manoel.

**KEY-WORDS:** Mutirao. Family Farm. Traditional Communities. Patronates.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Localização do povoado São Manoel no município de Lago do Junco, região do Médio Mearim (17), Maranhão.....	27
Mapa 2	Localização do município de Lago do Junco em relação aos biomas Amazônia e Cerrado.....	28
Fotografia 1	Imagem do santo São Manoel, padroeiro do povoado.....	30
Quadro 1	Fatores socioambientais que repercutiram na migração de famílias de estados do Nordeste para o povoado de São Manoel.....	61
Mapa 3	Sentido do processo migratório dos camponeses que saíram do Estado do Ceará e Piauí para a região do Médio Mearim no Estado do Maranhão.....	65
Quadro 2	Resumo das formas de concepção dos camponeses sobre posse e uso da terra em São Manoel entre o período de 1926 a 2011.....	75
Fotografia 2	Cesto (cofo), utilizado para guardar e carregar volumes, é feito da palha nova da palmeira babaçu (comumente denominada de olho da palmeira), cujos folíolos são trançados pelos camponeses de mais idade.....	79
Fotografia 3	Raimundo Vital em processo de empilhamento dos cachos de arroz sobre a base feita de talos das folhas velhas da palmeira babaçu, colocados sobre troncos de sabiá. Os cachos de arroz são empilhados de maneira que as pontas dos cachos fiquem em direção à borda, até formar uma pilha.....	80
Fotografia 4	Jovens da comunidade de São Manoel em animais (jumento), geralmente utilizados para o transporte da produção agrícola e extrativa dos camponeses.....	83
Fotografia 5	Quebradeiras caminhando em direção às soltas para quebra do coco babaçu (da esquerda para direita, Maria Lúcia dos Anjos e Francisca Rodrigues dos Reis).....	87
Fotografia 6	Quebradeiras trabalhando em seus quintais na quebra de coco babaçu. À esquerda Gessandra Silva de Sousa, 21 anos; ao centro Maria Honório da Silva Sousa – Maria do Deusmar, 37 anos; à direita Maria Dalva, 40 anos.....	88
Quadro 3	Cálculo feito a partir da quebra do coco babaçu tomando como referência um dia de trabalho da quebradeira, levando-se em consideração a amêndoa e o carvão.....	93
Quadro 4	Cálculo feito a partir da quebra do coco babaçu tomando como referência um dia de trabalho da quebradeira, levando-se em consideração a amêndoa e a casca.....	94
Fotografia 7	Transformações ocorridas na moradia da família Vital no decorrer de 25 anos de residência em São Manoel.....	95
Fotografia 8	Residência da família do senhor João Soares, construída em taipa e paredes com reboco de barro.....	96

Mapa 4	Algumas localidades no município de Lago do Junco onde ocorreu o movimento de mutirão de luta pela terra e babaçuais.....	114
Fotografia 9	Imagem ilustrativa usada pelos camponeses para se referirem à memória da violência no campo, dando ênfase ao assassinato de Manoel Monteiro, morto no povoado Pau Santo.....	120
Fotografia 10	Residência em construção feita de alvenaria de propriedade da família de Jucimar de Jesus Hermino.....	122
Fotografia 11	Residência construída em taipa de propriedade da jovem Gessandra Silva de Sousa.....	123
Fotografia 12	Mutirão de quebra de coco realizado pelos camponeses de São Manoel com a cooperação de famílias de outras comunidades vizinhas, cujo objetivo da produção era saldar uma dívida do STTR.....	127
Fotografia 13	Alunos do 8º e 9º ano realizando atividades práticas na limpeza de tanques e açude em regime de cooperação, designada como mutirão, na EFA Antônio Fontenelle.....	132
Fotografia 14	Homens trabalhando em mutirão no barreamento de casa de taipa para o senhor Antônio Carlos, realizada no povoado Centro dos Pernambuco, comunidade vizinha a São Manoel.....	133
Fotografia 15	Atividade de descasca da mandioca para farinhada feita em regime de cooperação realizada por membros da família Vital.....	136
Quadro 5	Descrição de atividades realizadas pelos camponeses de São Manoel através de mutirão.....	137
Fotografia 16	Placa exposta na entrada da área de uso comum pertencente a COPPALJ e seu respectivo lema agroecológico.....	159
Fotografia 17	Procissão realizada em comemoração ao santo padroeiro do povoado de São Manoel, celebração de missa e dia de batizado.....	164

## **LISTA DE SIGLAS**

ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural

AJR – Associação dos Jovens Rurais

ACESA – Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura

AMTR – Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco

ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão

CPT – Comissão Pastoral da Terra

COPPALJ – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco

EFA – Escola Família Agrícola

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>23</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	23
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	23
<b>3 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>24</b>
3.1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA .....	24
3.2 CONTEXTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO .....	26
<b>3.2.1 “Terras livres”, “terras de mundo” .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2.2 “Terras de dono” .....</b>	<b>33</b>
<b>3.2.3 O conflito pela terra: de 1986 a 1991 .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2.4 Uma nova construção social baseada na coletividade .....</b>	<b>38</b>
3.3 JUSTIFICATIVA .....	41
3.4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS .....	43
<b>3.4.1 A Pesquisa .....</b>	<b>43</b>
<b>4 O CAMPESINATO DO VALE DO MEARIM: O CASO DE SÃO MANOEL .....</b>	<b>55</b>
4.1 POSSE E USOS DA TERRA.....	66
<b>4.1.1 Acesso a terra .....</b>	<b>66</b>
<b>4.1.2 Posse da terra .....</b>	<b>67</b>
<b>4.1.3 Formas de uso da terra .....</b>	<b>75</b>
4.2 A PRODUÇÃO DOS CAMPONESES DE SÃO MANOEL.....	76
<b>4.2.1 A roça.....</b>	<b>77</b>
<b>4.2.2 O extrativismo do coco babaçu.....</b>	<b>82</b>
4.3 O COTIDIANO CAMPONÊS .....	95
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO EM SÃO MANOEL .....	98
<b>5 A PRÁTICA DO MUTIRÃO: EM BUSCA DA RE-LIBERDADE.....</b>	<b>103</b>
5.1 O MUTIRÃO À LUZ DO ENFOQUE TEÓRICO.....	105
5.2 O MUTIRÃO DE LUTA PELA TERRA .....	110
<b>5.2.1 A força da união.....</b>	<b>113</b>
<b>5.2.2 Entidades de apoio aos camponeses na prática do Mutirão .....</b>	<b>114</b>
5.3 A PRÁTICA DO MUTIRÃO COMO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E LUTA DOS CAMPONESES EM SÃO MANOEL .....	115
<b>5.3.1 26 anos de opressão.....</b>	<b>116</b>

<b>5.3.2 “Luta” e “Resistência”</b> .....	<b>117</b>
5.4 A PRÁTICA DO MUTIRÃO COMO ATIVIDADE COMUNITÁRIA E SOLIDÁRIA .	121
<b>5.4.1 Os mutirãozeiros</b> .....	<b>125</b>
5.5 TRABALHO COLETIVO EM REGIME DE MUTIRÃO .....	125
<b>5.5.1. Mutirão de quebra do coco antes do conflito</b> .....	<b>126</b>
<b>5.5.2 A “Greve”:</b> um mutirão no tempo do conflito .....	<b>127</b>
<b>5.5.3 Outras práticas de mutirão</b> .....	<b>128</b>
<b>5.5.4. Descrevendo as práticas de mutirão</b> .....	<b>129</b>
5.6 A PRÁTICA DO MUTIRÃO SOB O PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE.....	136
5.7 CONSIDERAÇÕES A CERCA DO MUTIRÃO EM SÃO MANOEL.....	138
<b>6 NOVOS SIGNIFICADOS DO MUTIRÃO</b> .....	<b>145</b>
6.1 UMA PRÁTICA EM TRANSFORMAÇÃO .....	145
6.2 O MUTIRÃO COMO EXPRESSÃO DE MOVIMENTO SOCIAL.....	148
6.3 MUTIRÃO: CULTURA E CONHECIMENTO .....	151
6.4 AÇÃO COOPERADA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	153
6.5 CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PRODUTIVOS PARA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DAS PRÁTICAS DE MUTIRÃO .....	157
<b>6.5.1 A COPPALJ</b> .....	<b>158</b>
<b>6.5.2 As EFAs</b> .....	<b>160</b>
<b>6.5.3 A igreja</b> .....	<b>162</b>
6.6 O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS COLETIVAS: UM NOVO SENTIDO DO TERMO MUTIRÃO.....	165
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>175</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>183</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo as práticas sociais designadas, pelos camponeses do Vale do Mearim, como mutirão. Em São Manoel e demais comunidades, do município de Lago de Junco, participantes da luta pela terra e os babaquais, o termo mutirão é utilizado em duas acepções: uma é para designar o processo de enfrentamento entre camponeses e fazendeiros na disputa pela terra, neste caso, se apresenta como sinônimo os termos como “movimento”, “luta”, “greve”, “resistência”, e “embate”; a outra é designativa de práticas de trabalho no sentido tradicional do termo, conforme estudo de Caldeira (1956). Em ambos os casos significa ação coletiva em prol de interesses comunitários.

As unidades familiares camponesas deste estudo são reconhecidas como comunidades tradicionais. De acordo com o Decreto 6.040 de 13 de julho de 2006, povos e comunidades tradicionais são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

As famílias estudadas vivem da agricultura e do extrativismo familiar praticado em florestas secundárias de palmeira babaçu (*Attalea speciosa*). O objeto de estudo teve como sítio de pesquisa o povoado de São Manoel, município de Lago do Junco, microrregião do Médio Mearim, Estado do Maranhão. O povoamento de Lago do Junco foi iniciado em 1918 e sua emancipação ocorreu em 26 de outubro de 1961, está a 316 km de São Luís, segundo dados do IBGE (2010), sua população é de 10.729 habitantes. Deste total, 3.913 habitantes são residentes em área urbana e 6.816 habitantes são residentes em área rural.

As terras ocupadas tradicionalmente, desde a década de 20 do século passado, pelas famílias camponesas do povoado de São Manoel, com o processo de expansão das áreas de fazendas passaram a ser ameaçadas pelo novo regime de ocupação implantado pelo capital. Durante mais de duas décadas<sup>1</sup> as terras estiveram sob domínio de um fazendeiro e isso fez com que se estabelecessem novas relações sociais locais. À medida que o processo de privatização da terra acentuava formas de exploração sobre as famílias camponesas através de

---

<sup>1</sup> Entre os anos de 1960 a 1985 as terras que passaram a ser ocupadas pelos fazendeiros eram arrendadas para as famílias que trabalhavam em sistema de arrendamento com o patrão que ainda impunha como condição a formação de pastagens.

pagamento de renda pela utilização do solo, nos preços dos produtos comercializados tanto na compra quanto na venda, na proibição de acesso aos babaquais, estas famílias decidiram lutar contra o sistema que estava em vigor e cessar a exploração. Este é o cenário que marca os antagonismos entre o sistema de ocupação tradicional e da privatização e capitalização da terra.

Articulados a esses processos nas realidades locais, o reconhecimento da existência social das comunidades tradicionais e a discussão sobre seus modos de vida tem cada vez mais espaço no cenário público, inclusive acadêmico (ALMEIDA, 2008a). Estes estudos se voltam para tentar compreender as estratégias locais dos camponeses para a renovação de seus modos de vida. Assim, considerou-se relevante a compreensão das práticas sociais designadas localmente como mutirão, como forma de reprodução e de transformações no conhecimento tradicional a partir das relações intra e interfamiliares. Essa compreensão se tornou possível a partir de uma reflexão crítica sobre o significado dos conceitos teóricos e das experiências vividas relacionadas à história das famílias autodesignadas como trabalhadores rurais<sup>2</sup>.

A ideia deste movimento realizado pelos camponeses, visando por um fim no sistema de concentração da terra e na proibição de acesso aos babaquais, em São Manoel foi resultante de um período de mais de duas décadas de subordinação ao patronato. A partir de 1984, com a criação da comunidade católica, as famílias trabalhadoras rurais começaram a ser incentivadas a unir as forças para lutar contra o sistema social vigente. Desde então, as discussões foram ganhando consistência e formando uma consciência de liberdade e justiça que culminou no enfrentamento e luta pela libertação dos cocais.

Contrária à ação dos camponeses esteve a reação dos fazendeiros e isto provocou um clima de tensão social. Em função desse clima os camponeses decidiram lutar pela terra. Esse movimento estava imerso num contexto social que eclode em todo o país na década de 80, do século XX, tendo como princípio a reivindicação por reforma agrária e abrangeu variáveis econômicas, religiosas, políticas, culturais, sociais e ambientais (GOHN, 2001b).

---

<sup>2</sup> A opção pelo uso do termo designativo trabalhadores rurais neste estudo, se deu em função da maneira pela qual os sujeitos pesquisados se percebem e se autodesignam. No entanto, ressalta-se que esta designação é percebida em nível local e representativo em relação ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR. Por outro lado, ao designarem-se como extrativistas, observa-se que esta identificação é de caráter geral e política. Neste caso, têm como instituição representativa o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). As famílias estudadas desenvolvem atividades mistas que envolvem o plantio de roça (tendo como principais cultivos o arroz, mandioca, milho, mandioca e feijão), extração do babaçu, criação de animais (bovinos, suínos, aves e peixes) e pesca. De acordo com Almeida, compreende-se por povos e comunidades tradicionais, os povos indígenas, os quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, arumazeiras, piaçabeiras, tiradores de açai (ALMEIDA, 2006, p. 65-6).



Presentes neste contexto de tensões sociais encontravam-se as atividades desenvolvidas em regime de cooperação: auxílio mútuo, ajuda, troca de dias, baseada em princípios de solidariedade e reciprocidade. As famílias camponesas ao agirem coletivamente, tendo como base estes dois princípios se fortaleceram na luta contra o sistema de uso da terra adotado pelo fazendeiro, obtendo com isso, condições suficientes para se opor às ações do patrão. A troca de experiências com representantes da Igreja Católica trouxe novas formas de conceber a vida em grupo, e a partir daí, estas famílias criaram oportunidades de promover uma condição social mais igualitária e a sua permanência no território que historicamente vinham ocupando.

Nas versões apresentadas pelos camponeses, às quais esta pesquisa teve acesso, ressalta-se que a luta começou para libertar o coco que estava preso pelo fazendeiro. Porém com o desenrolar do movimento e as reações do fazendeiro diante da luta dos trabalhadores o clima ficou tenso, resultando em vários conflitos locais. Diante dessa situação os camponeses resolveram lutar pela terra.

*“A gente era como um escravo, trabalhava a vida inteira e nunca que acabava de pagar a conta aí quando foi para nós começar essa luta aqui, começou com o mutirão, nos se juntamos em maio uma oitenta pessoas aqui na época, parece que era umas oitenta pessoas ou oitenta e três homem, mulher, criança e jovem e tudo e fumo lá e quebremos os cocos que tava junto lá no barracão que ele [Raimundo Peão contratado pelo fazendeiro] tinha juntado quebreo tudim. Quebreo lá dentro do mato onde tava junto, aí o conflito começou bem aí. Que aí ele foi dá parte de nós pra polícia, aí o delegado intimou nós, aí nós comparecemos. Lá também foi as mesmas pessoas que tava no mutirão quebrando coco também fizemos um mutirão e fumo pra delegacia lá todo mundo. Aí, daí pra cá começou o conflito, aí ninguém ficou preso né, nesse dia, aí, [expressão de sentimento de alegria – risos] começou! Nós dissemos rapaz nós agora não vamos lutar não é só pelo coco não, nós vamos libertar também a terra!” Raimundo Vital dos Santos<sup>3</sup>, 54 anos, povoado de São Manoel, Lago do Junco, Maranhão – julho de 2012.*

Estas ações coletivas solidárias em forma de ajuda mútua no meio rural brasileiro têm sido relatadas em várias partes do Brasil, variando, de uma região para outra, as

---

<sup>3</sup> Raimundo Vital dos Santos, 54 anos. No povoado e na região é conhecido pela alcunha de Raimundo Vital ou simplesmente Vital. Ao longo do texto a referência a este entrevistado será chamada pelo nome de Raimundo Vital.

denominações e algumas práticas (CALDEIRA, 1956; GALVÃO, 1959). Historicamente, essa atividade, é vista como usos e costumes que caracterizam modos de vida e prática cultural particular. Segundo Caldeira (1956, p. 3), a cooperação entre os trabalhadores rurais ajuda a solucionar “problemas do meio rural ou semi rural”. Para Sabourin (2001, p. 3), “as prestações de ajuda mútua constituem formas de relacionamento e de organização reguladas pela reciprocidade camponesa”.

Esta discussão se insere, neste trabalho, sob a denominação local de mutirão, que se refere genericamente às “atividades coletivas solidárias” e significa, em todos os casos, “trabalho associado, unido” (CALDEIRA, 1956, p. 25-8). No caso estudado, o mutirão se apresentou tanto como práticas de trabalho agrícola ou extrativo, como também uma estratégia de transformação das relações sociais entre fazendeiro e camponeses. Sob a designação local de mutirão se apresentaram práticas sustentadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade, que se constituiu em força motriz na realização do movimento de resistência e possibilitaram o desencadeamento de conquistas e de melhoria das condições locais de vida das famílias, em todas as dimensões.

Numa linguagem marxista, onde se compreende o mundo como resultado das ações concretas dos homens convivendo em sociedade, estas ações encontram-se inseridas num processo dialético da história e no enfrentamento da luta de classes. Dessa forma, a prática do mutirão em São Manoel pode ser compreendida como uma atividade comunitária que visou principalmente a obtenção de benefícios comuns às famílias camponesas para permitir a sua reprodução a despeito das imposições das classes dominantes. Observou-se que, a partir do mutirão, desencadeou-se um processo de transformações das relações sociais locais e no reconhecimento destes camponeses de São Manoel, pelo peso social e político que passaram a exercer no Médio Mearim. Entre os resultados do movimento de luta foram constatados o surgimento de novos padrões econômicos, sociais e políticos, que promoveram uma alteração nas relações intra e interfamiliares além do fortalecimento de um ideário de coletividade, embora não ocorressem mudanças na estrutura de classes.

Aproximando esse debate da pesquisa fundada em trabalho de campo, buscou-se nesta dissertação priorizar a discussão de dados empiricamente coletados e a análise disciplinada pelo olhar antropológico e pedagógico. Este trabalho buscou a compreensão das práticas associadas ao mutirão, como parte do processo de organização socioeconômica, enfocando o processo de aprendizagem e transformações no conhecimento tradicional. O fato é que, mesmo em meio a uma sociedade que se pretende hegemônica, como se sua lógica e *modus operandi* fosse um único mundo (GIDDENS, 2002), em São Manoel são mantidas

particularidades que merecem ser vistas e estudadas em sua própria lógica. Contudo, entende-se que há reflexos desta sociedade capitalista no grupo estudado e a partir desse reflexo analisa-se a economia camponesa um modo subordinado a economia capitalista (CHAYANOV, 1981; GARCIA JR, 1983).

Das várias aprendizagens que as famílias camponesas obtiveram durante os anos de conflito, a organização e o manejo das ações coletivas, com vistas a solucionar os problemas locais, foram essenciais. Estas famílias atuando em regime de cooperação puderam usufruir de benefícios comuns como terra para plantar, cocais livres, criação de escolas, associações e cooperativa, além da visibilidade e participação política noutros espaços públicos. Portanto, o espírito comunitário e a atuação em práticas de cooperação podem ser vistas como aspectos essenciais para a formação de atores políticos locais, bem como para as tomadas de decisão que vieram posteriormente. Estes camponeses ao se fortalecerem mutuamente com a criação da cooperativa e associações puderam não somente captar recursos, como assegurar a defesa de interesses comuns e gerir os bens coletivos (SABOURIN, 2001, p. 6).

Essa aprendizagem, que decorre a partir da luta e do enfrentamento, evidenciou para uma compreensão de aprendizagem como processo educativo resultante não apenas do conhecimento transmitido pela escola, mas aquele que ocorre noutros espaços sociais. Desta forma, compreende-se aprendizagem como processo de construção que ocorre ao longo da vida. Segundo Mészáros (2008, p. 53), “muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, *felizmente*, fora das instituições educacionais formais”. Do mesmo modo, segundo Sousa Júnior (2009, p. 52), as contribuições marxistas assinalam para uma aprendizagem que ocorre na,

práxis político-educativa desenvolvida nos diversos momentos associativos dos trabalhadores nos sindicatos, partidos, locais de moradia etc., quando os trabalhadores atuam política e coletivamente como classe social defendendo seus interesses e fortalecendo sua organização, sua educação/formação política como classe social potencialmente revolucionária.

A partir dessa compreensão, sublinha-se que as práticas do mutirão realizadas com a finalidade de ajuda mútua assumiram qualidades de um movimento revolucionário e educativo dos trabalhadores. O entendimento do mutirão, enquanto uma prática social e educativa, conduz-se, necessariamente, a uma compreensão de que a educação não deve ser considerada “como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo” (MÉSZÁROS, 2008, p. 79).

Deste modo, os camponeses, ao se colocarem na luta pela libertação da terra e dos babaçuais, ou mesmo quando realiza ações solidárias em apoio às famílias com mais dificuldades, estão inseridos num processo contínuo de aprendizagem (FREIRE, 2011). Assim, o mutirão enquanto prática coletiva e comunitária se constitui como uma etapa do processo de formação destes trabalhadores. Em consequência dessa aprendizagem, conforme se observou, foram construídas novas formas de organização e de atuação comunitária que resultaram em novos conhecimentos e comportamentos sociais.

Embora o foco deste trabalho não seja aprofundar os estudos sobre práticas educativas, destaca-se a vivência cotidiana como espaço de relação e de aprendizagem. Neste caso, destacando que, em virtude do processo de mudanças que ocorreram e vem ocorrendo nos modos de vida dos camponeses, o que se observou foi que a construção destes novos conhecimentos tem como base a própria realidade dos sujeitos. A partir de Freire (2011), entende-se que o conhecimento construído pelos trabalhadores a partir de sua realidade, resulta num conhecimento que tem como princípio a perspectiva da mudança da realidade opressora. Por outro lado, este conhecimento se encontra em processo onde as pessoas se compreendem como inacabados e na atuação com o outro, buscam sua emancipação.

Num contexto de opressão, o mutirão que antes se referia apenas às práticas agrícolas e extrativas, passa a assumir um significado político e se expande às práticas de enfrentamento ao patrão.

Corroborando Freire (2011), assinala-se que as novas práticas sociais, desencadeadas posteriormente ao mutirão de luta, procedentes do processo de aprendizagens, provocam transformações nas relações que ocorrem tanto no âmbito familiar como interfamiliar. Logo, essas transformações sociais que estão ocorrendo no cotidiano dos trabalhadores rurais levam à construção de instrumentos que vão lhes possibilitar as condições necessárias para a reprodução do grupo. O que se observou em relação ao grupo estudado em São Manoel é que essa aprendizagem e o domínio de novos conhecimentos, produzidos a partir das/nas práticas de mutirão, vem demandando uma constante necessidade de criar e reinventar novas práticas sociais.

As ações coletivas designadas como mutirão, enquanto parte do processo de luta pela liberdade dos trabalhadores rurais, desencadearam um processo de institucionalização e visibilidade desse grupo social. Desta forma, percebe-se conforme Wanderley (2003, p. 58), que o agricultor familiar não é um ator passivo, pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E que ele faz isso recorrendo à sua própria experiência

camponesa, procurando renovar suas práticas diante das novas condições sociais e desafios do desenvolvimento rural.

Esta historicidade apontada por Wanderley (2003), vivida pelas famílias camponesas demonstrou, entre outras coisas, a capacidade que eles têm em criar estratégias que visem alcançar meios pelos quais a sua reprodução não fique ameaçada. Neste caso, percebeu-se que as atividades desenvolvidas coletivamente, designadas como mutirão, reforçaram esta condição de resistência e não somente isso, mas criaram mecanismos de fortalecimento que vai no sentido contrário ao pensamento globalizante da individualização e da alienação do trabalhador, conforme assinalado por Mészáros (2008).

Observou-se também que as famílias trabalhadoras rurais de São Manoel vêm se inserindo gradativamente no contexto político, econômico e social local e regional, sendo assim influenciadas pelas transformações globais. É uma relação entre parte e todo. Isto é, à medida que a sociedade brasileira se insere cada vez mais no processo de transformações sociais, em grande parte, decorrentes de uma economia mundial hegemônica que se faz refletir em todas as dimensões da sociedade, estas transformações impostas por este modelo trazem consigo o não reconhecimento de parte desta sociedade, principalmente aquelas que são tidas como povos tradicionais, conforme destacado por Almeida (2006).

Este modelo econômico e social ressalta os aspectos de uma modernidade, como se todos os grupos sociais tivessem que seguir os mesmos padrões da vida moderna. Em São Manoel, são mantidas formas tradicionais de ocupação da terra e de plantio de culturas baseadas em relações sociais interfamiliares específicas. Não cabe aqui comparar o modelo social de São Manoel com outros modelos. A sua particularidade deve ser percebida em função do seu próprio modelo. No entanto, destaca-se que o moderno, ou o seu substantivo, a modernidade<sup>4</sup>, é aqui entendido conforme assinalado por Giddens (2002), como algo equivalente ao “mundo industrializado”, desde que se reconheça que a industrialização não é a única dimensão a se considerar.

Observou-se que estes camponeses, mesmos imersos num contexto de dominação de um modelo econômico hegemônico, que se pretende, porém, não se concretiza, como totalizante, agem com relativa autonomia. O que se percebe é que a comunidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais de São Manoel faz parte de um modelo singular de grupo social amazônico, as comunidades tradicionais.

---

<sup>4</sup> Modernidade de acordo com Giddens (2002, p. 21) se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção.

Estes grupos designados como comunidades tradicionais, mesmo estando sujeitos a estas transformações de ordem mundial, conservam padrões sociais com especificidades locais. Este estudo possibilitou o registro de uma situação em que vivem sujeitos concretos componentes de uma estrutura social em que predominam modelos de organização próprios e que se diferenciam de outros segmentos da sociedade pelas formas de ser, viver, produzir, consumir e se organizar.

A reprodução desses grupos e de seus modelos locais de produção e de organização social, face à supremacia do sistema econômico dominante, nos coloca, de fato, diante de um grupo social que não pode ser interpretado pela lógica deste sistema dominante. Por isso, a compreensão destas realidades não se resume a um quadro conceitual rígido, tão pouco pode ser resumido numa correlação de forças com o Estado como meros dados tabulados (RAFFESTIN, 2011), ou vistos a partir de uma concepção de fatalidade, onde nada pode ser feito para mudar o percurso histórico (FREIRE, 2011). Uma compreensão fatalista da realidade destes grupos sociais não consegue compreender o sentido real de sua existência, tampouco admitir a transformação desta realidade.

Foram observadas em campo e descritas as práticas sociais de caráter intra e interfamiliar designadas como mutirão bem como narrativas sobre o mutirão realizado em outros momentos da história da comunidade de São Manoel. Identificou-se diferentes práticas e significados e, por fim, analisou-se a prática do mutirão como expressão do processo de construção e transformações no conhecimento e sua contribuição para o fortalecimento dos vínculos de solidariedade e reciprocidade, segundo lógicas próprias.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. Cada capítulo apresenta um referencial teórico que fundamentou o diálogo e as análises estabelecidas com os dados de campo. No primeiro, expôs-se os objetivos pelos quais foi realizada a pesquisa. No segundo, descreveu-se como esta pesquisa foi construída, destacando-se o contexto histórico e geográfico onde se insere o objeto de estudo e a forma adotada para análise dos dados quando se procurou descrever passo a passo os procedimentos metodológicos que conduziu este estudo.

No terceiro capítulo, examinou-se a formação do campesinato no Médio Mearim a partir de uma perspectiva histórica de ocupação da terra e do confronto entre as lógicas camponesa e capitalista. Ainda neste capítulo abordaram-se as atuais condições de posse e uso da terra pelos camponeses estudados destacando-se as atividades agrícolas voltadas para a produção de alimentos utilizados no consumo direto da unidade familiar e o extrativismo como economia complementar.

No quarto capítulo tratou-se das práticas designadas como mutirão a partir de duas perspectivas. A primeira foi analisar a prática do mutirão como movimento camponês de luta e resistência pela terra e os babaçuais onde as famílias visavam os interesses comuns. Presente neste movimento esteve o enfrentamento dos camponeses contra a dominação dos fazendeiros e sua lógica capitalista de expropriação da terra. A segunda perspectiva tratou do mutirão como uma prática de trabalho realizado em forma de ajuda fundamentada em princípios de solidariedade e reciprocidade. Neste segundo caso, foi feita a descrição das observações de algumas práticas realizadas em mutirão. Contudo, apesar de serem tratadas didaticamente em duas perspectivas, ambas as práticas são contemporâneas e são analisadas a partir do princípio da reciprocidade.

No quinto capítulo, tratou-se sobre os novos significados atribuídos ao mutirão procurando-se abordá-lo a partir dos aspectos político, pedagógico e cultural. Observou-se que esta prática tem sido ressignificada pelos camponeses no decorrer de suas histórias individuais e comunitárias. A análise que se faz foi procedente da versão apresentada pelos entrevistados que tiveram atuação tanto no movimento de resistência bem como os que trabalham em prestação de ajuda em práticas recentes. Ainda neste capítulo fez-se uma relação entre as práticas de mutirão e a construção de novos conhecimentos. Estes conhecimentos são produzidos na práxis dos sujeitos e estão em contínuo movimento de criação e renovação, e, ao mesmo tempo possibilitou a construção de novos espaços de uso comum.

Nas considerações finais foram expostas as principais contribuições deste estudo na formação pessoal do autor e na compreensão sobre a organização dos camponeses com as quais se interagiu.

## 2 OBJETIVOS

Esta pesquisa foi norteada procurando elementos que pudessem caracterizar explicitamente a temática pesquisada e que viessem ao encontro dos objetivos, geral e dos específicos.

### 2.1 OBJETIVO GERAL

- ❖ Compreender como as práticas sociais designadas como mutirão contribuem para o processo de construção do conhecimento em comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, num contexto de transformações socioeconômicas e antagonismos políticos.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Descrever as atuais práticas sociais de caráter intra e interfamiliar designadas localmente como mutirão, que são mantidas pela comunidade de São Manoel, Lago do Junco, Estado do Maranhão.
- ❖ Registrar narrativas das famílias sobre as práticas de mutirão realizadas nos diferentes momentos da história da comunidade de São Manoel.
- ❖ Identificar e descrever as formas de representação e o significado do mutirão pelos entrevistados.
- ❖ Identificar as principais transformações no conhecimento e sua implicação nas formas de organização social do grupo.
- ❖ Analisar a prática do mutirão como expressão do processo de construção do conhecimento em comunidades tradicionais e sua contribuição para o fortalecimento dos princípios de solidariedade e reciprocidade.



### 3 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

#### 3.1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Corrêa, Oliveira e Galiazzi (2007, p. 115) assinalam que há várias possibilidades de construção de um objeto de pesquisa. Para os autores, “a vontade e o interesse de pesquisar algo vem junto com nossas experiências cotidianas, experiências de trabalho, experiências por fazer parte de projetos, ou mesmo pode ser construído a partir do processo da pós-graduação”. No entendimento dos autores pode ser orientado por professores e até colegas.

Este estudo das práticas sociais associadas ao mutirão com ênfase nas transformações do conhecimento foi sendo paulatinamente construído no decorrer do curso de mestrado. A construção do objeto desta pesquisa foi o resultado de inúmeras tentativas, de ajustes, recortes e de um diálogo permanente entre o empírico e a teoria. Esse processo se constitui como importante etapa na aprendizagem do pesquisador. Ressalta-se ainda que se trata de uma etapa laboriosa, mas ao mesmo tempo instigante. Junto com a entrada do mestrando no curso vem todo um conjunto de experiências de vida que são importantes nas escolhas que serão feitas pela frente. Na construção da pesquisa, os mestrandos iniciam sua caminhada no campo investigativo, carregando do percurso de suas atividades, vontades e interesses por certos temas de pesquisa (CORRÊA; OLIVEIRA; GALIAZZI, 2007, p. 114).

O início do curso de Mestrado marca os primeiros contatos entre o mestrando e orientador. Mesmo com a possibilidade de haver mudanças nesta relação, este fato já é o primeiro recorte na definição do objeto a ser investigado durante a pesquisa. Depois de estabelecido esse contato inicial, a caminhada seguinte consiste na definição do que vai ser investigado. Definir o objeto em si é semelhante a um processo de garimpagem de um tesouro. Quando se define o objeto de estudo as ideias começam a ficarem mais claras. Este é um dos momentos que marca uma etapa importante da pesquisa, pois significa dar os primeiros passos com convicção de estar no caminho certo.

Inicialmente nesta pesquisa pretendia-se compreender os modos de vida dos agricultores familiares, devido às relações de afinidade e das experiências de vida do autor que se insere nessa categoria social. Mas compreender o quê especificamente, já que este é um universo social tão amplo e cheio de possibilidades, podendo ser abordado por várias áreas do conhecimento? Diante disto, a ideia que orientou essa construção do objeto foi a de aproveitar as experiências pessoais construídas na vivência com o campo, a formação pedagógica do autor e as contribuições antropológicas e agrônômicas da orientadora. Assim,

durante a primeira parte do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, período em que foram ofertadas as disciplinas, a ideia de estudar as práticas de mutirão foi sendo aprimorada.

Dentro deste campo vasto de possibilidades algumas razões foram cruciais na tomada de decisão sobre o objeto estudado. A primeira é que o mutirão já vinha despertando curiosidade, pois empiricamente observava-se como uma prática não muito comum nos dias atuais. Outra razão é que, tratar de uma prática tradicional dentro de um grupo social diferente do qual se convive, amplia a compreensão sobre o que se vive e sobre como os outros vivem. Não menos importante estava a possibilidade de conhecer outras formas de organização social. Estas razões aliaram-se à proposta do curso de Mestrado que demanda práticas investigativas sobre o campesinato e a sua diversidade socioeconômica.

É oportuno destacar que a realização de um primeiro contato com os sujeitos com os quais seria dirigido este estudo, designado por pré-campo, ocorrido entre os dias 15 e 30 de setembro de 2011, muito auxiliou na orientação e construção do objeto de estudo. Esse primeiro momento de inserção no campo de pesquisa contribuiu na construção do objeto, à medida que marcou o encontro entre pesquisador e o objeto a ser investigado. Além do mais, foi uma rica oportunidade de estabelecer os primeiros vínculos sociais com os sujeitos que deram suporte à realização do estudo e foram decisivos na caminhada investigativa.

Por outro lado, há no contexto do objeto de estudo elementos que fazem a aproximação entre pesquisador e os sujeitos pesquisados. Entre os elementos de identificação com os camponeses está a própria história de vida do pesquisador que, por ser filho de agricultores familiares, teve uma infância ligada às atividades do campo e, desde a tenra idade, encontrava-se inserido em relações de trabalho familiar. Assim, muito antes de ir para a escola já aprendia os ofícios do campo.

Essa aprendizagem que ocorre nas atividades práticas, seja com o pai na roça, seja com a mãe na casa e no quintal, exerce forte influência na história de vida pessoal e profissional. As dificuldades econômicas enfrentadas pela família e a falta de recursos para contratar trabalhadores colocava pai e filhos na obrigação de trabalhar para atender as demandas da unidade familiar. Este é um período de aprendizagens sobre a vida camponesa onde se produz, consome, vive e reproduz.

Destaca-se que não é só o trabalho que se encontra no meio rural, a vida árdua, o sol quente, as dificuldades, o domínio de técnicas de trabalho. Há que se ressaltar que neste espaço social há outras relações que estão para além do aspecto econômico. Entre estas

relações estão à tradição cultural e as diferentes maneiras de produção de conhecimentos (GEERTZ, 2008; GOODY, 1977).

Desse modo, compreende-se que vai sendo construídos, no espaço rural, a partir das relações sociais, modos culturais que se produzem e reproduzem cotidianamente. Este conhecimento que se constrói nas relações sociais é resultante de um processo de interação intra e interfamiliar. É uma interação dinâmica, por isso, entende-se que influencia na organização social das comunidades rurais resultando em transformações nas relações de produção e reprodução do conhecimento.

A construção do objeto contou com as contribuições teóricas sobre o campesinato de: Martins (2009), Shanin (2005), Musumeci (1988), GARCIA Jr. (1983), Chayanov (1981), Soares (1981), Herédia (1979), Mendras (1978) e Wolf (1976); sobre comunidades tradicionais destaca-se: Almeida (2008a, 2008b, 2006), Geertz (2008), Goody (1977) e Lévi-Strauss (1989); sobre mutirão destaca-se: Galvão (1959) e Caldeira (1956); sobre cooperação destaca-se: Mannheim (1962); sobre reciprocidade examinou-se: Sabourim (2008, 2001) e Mauss (1974).

Deste modo, finalmente, chega-se ao objeto de investigação nesta pesquisa que é o estudo das práticas sociais associadas ao chamado mutirão, com ênfase na transformação do conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, Maranhão. Para isso, parte-se da seguinte questão: **como as práticas sociais designadas como mutirão contribuem para o processo de construção do conhecimento em comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, num contexto de transformações socioeconômicas e antagonismos políticos?**

Para realização deste estudo foi definido como *lócus* o povoado de São Manoel e como sujeitos da investigação um grupo de 31 famílias que participaram e participam de práticas de mutirão. Na definição dos sujeitos que foram entrevistados levou-se em consideração a relação histórica destas famílias com o lugar e a maneira pela qual eles vêm construindo novos conhecimentos a partir da práxis. Ressalta-se que estes novos conhecimentos tem possibilitado ao grupo estudado a ocupação de outros espaços sociais antes não ocupados e a criação de estratégias de fortalecimento da comunidade como escolas famílias agrícolas, cooperativa e associações.

### 3.2 CONTEXTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

O povoado de São Manoel está situado no Município de Lago do Junco, região do Médio Mearim, Estado do Maranhão. Segundo alguns entrevistados, moradores mais antigos, o povoado foi criado no ano de 1926. De sua história de 86 anos, já pertenceu ao município de Ipixuna, atualmente São Luís Gonzaga. Com o desmembramento de Lago do Junco do município de São Luís Gonzaga, ocorrido em 26 de outubro de 1961, pela Lei nº 2151, São Manoel passou a pertencer então a Lago do Junco. É hoje, sem dúvida, um povoado de destaque na história de Lago do Junco, seja pelas formas econômicas desenvolvidas, seja pela forma de organização social e cultural que procura manter modos tradicionais de ocupação e produção.

O município de Lago do Junco situado a  $-45.04^\circ$  de longitude e  $-4,6^\circ$  de latitude, possui uma dimensão de 309 km<sup>2</sup> e uma população de 10.729 habitantes. Desse total, 63,53 % residem na zona rural e 36,47% residem na zona urbana, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). Lago do Junco é um dos municípios pertencentes a região do Médio Mearim e faz limites com os municípios de São Luís Gonzaga, Bom Lugar, Lago da Pedra, Igarapé Grande e Lago dos Rodrigues (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização do município de Lago do Junco em relação à microrregião do Médio Mearim e municípios limites



Fonte: Sousa, E. R. maio de 2013. Com adaptações.

O município de Lago do Junco fica localizado numa área de influência dos biomas Amazônia e Cerrado. Conforme se observa (Mapa 2), a sua área territorial apresenta características destes biomas tendo como aspectos predominantes nas paisagem as florestas secundárias do babaçu, nos topos dos morros encontra-se espécies florestais de grande porte e nas partes baixas pequenos arbustos. As formas geográficas do relevo são formadas por pequenas elevações e morros, sendo comum encontrar solos rochosos. Entre os morros há formação de vales que são cortados por inúmeros igarapés.

Na estação seca encontra-se água apenas nos açudes, já no período chuvoso os igarapés reconstituem seus cursos. A vegetação é formada por palmeirais, capoeiras, pastos e campos agrícolas. Nas capoeiras foi encontrada uma diversidade de plantas e arbustos, tendo como predominantes os sabiás<sup>5</sup> (*Mimosa caesalpiniaefolia* Benth).

Mapa 2 – Localização do município de Lago do Junco em relação aos biomas Amazônia e Cerrado



Fonte: Sousa, E. R. maio de 2013. Com adaptações.

<sup>5</sup> Nome científico: *Mimosa caesalpiniaefolia* Benth. Nome comum: Sabiá, cebiá, sansão-do-campo, pertencente a família Mimosaceae (Leguminosae Mimosoideae). É uma espécie que ocorre naturalmente em áreas de “caatinga” semiúmidas. Tem origem natural nos estados do Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará. No entanto, estende desde o Estado do Maranhão até o Estado do Pernambuco (Ribaski et. al. In: Comunicado Técnico, Embrapa, 2003). Essa espécie leguminosa fornece madeira utilizada pelas famílias devido a sua resistência, servindo como esteios, estacas, travessas em construções de casa de taipa. Estavam sendo comercializadas nos dias da pesquisa a preços que variavam de R\$ 2,50 a 3,00 por estaca. Considera-se uma estaca uma peça de madeira medindo 2,20 m de comprimento.

No período de estiagem as temperaturas são elevadas durante o dia, no entanto, à noite a temperatura é amena. Em todo caso, esta variação fica entre 18° para a temperatura mínima e 37° para a temperatura máxima, segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET (BRASIL, 2013).

Quanto ao solo, as práticas agrícolas de corte e queima vem causando um desgaste na fertilidade. De acordo com as informações locais dos entrevistados a produção de grãos vem diminuindo em função deste desgaste. E isto tem acontecido mesmo deixando a capoeira em pousio de três a cinco anos, podendo se estender um pouco mais dependendo das necessidades e possibilidades de cada família. Em todos os lotes, encontra-se o plantio de pastagens para atender a demanda crescente da criação de bovinos, que segundo os entrevistados, esta atividade tem crescido bastante nos últimos anos.

O povoado de São Manoel foi criado em 13 de dezembro de 1926, data que segundo as versões locais marcou a chegada de Antônio Bernardo dos Santos e sua família. Sua criação está relacionada ao processo migratório de nordestinos, principalmente os cearenses, para esta região do Maranhão (VELHO, 1979). Em função da predominância das noções de “terra liberta”, “terras sem dono”, na concepção dos camponeses, esta região, por ser vista desta maneira, favorecia a ocupação. Além disso, os camponeses levavam em consideração aspectos geográficos como clima e solo. Assim, as famílias iam chegando e assentando suas moradias, plantando roças e extraindo coco babaçu.

Chega-se a São Manoel de várias maneiras. Saindo de Bacabal no sentido de Lago da Pedra, percorrendo aproximadamente 35 km na rodovia MA 245 até o povoado da Matinha. Daí em diante o percurso de 20 km é feito em estradas vicinais. Outra maneira é sair da sede municipal de Lago do Junco e percorrer cerca de 30 km em estradas vicinais, passando por outros povoados até chegar a São Manoel. Pela frequência de uso da população local estas são as principais vias de acesso, porém ainda existem outras. No início da ocupação o deslocamento das pessoas era feito em estreitas vias, percorrendo o caminho a pé ou de animal (jumento). Durante a realização da pesquisa, constatou-se que há dois transportes coletivos de cargas e passageiros (caminhões “pau de arara”) que fazem de segunda a sábado este percurso. No entanto, vários moradores já possuem meios de transporte, principalmente motocicletas, que facilitam o acesso tanto às cidades de Lago do Junco, Lago da Pedra, Bacabal, Pedreiras e Lago dos Rodrigues quanto aos outros povoados circunvizinhos.

O nome São Manoel foi atribuído em homenagem a uma abundante espécie florestal conhecida como São Manoel, encontrada na época da fundação em 1926 e até bem recente. Mais tarde, com a criação da comunidade religiosa local (Igreja Católica), por influência dos

padres que participaram da luta pela terra, o povoado passou a associar seu nome também ao santo São Manoel (Fotografia 1). O santo São Manoel é cultuado religiosamente pelos moradores do povoado de São Manoel como símbolo de luta. A história de luta vivida pelo santo durante o Império Romano é ilustrativa da história vivida pelas famílias camponesas durante o enfrentamento com o fazendeiro. A resistência, a fé e a obstinação com que permaneceram, tanto o santo quanto as famílias estudadas, diante dos opressores simbolizam um ato de resignação contra o “mal”.

Fotografia 1 – Imagem do santo São Manoel, padroeiro do povoado



Foto: Sousa, E. R. junho de 2012.

São Manoel é um povoado formado por aproximadamente 150 famílias, tendo em sua composição social: camponeses, pequenos comerciantes, professores, representante do poder legislativo. De certa forma, todos os moradores mantêm vínculos com as atividades rurais.

Desse total interessou ao estudo, um grupo de 31 famílias assentadas pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), que abrange uma área de 442 hectares e estão numa área de atuação de uma Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), da qual fazem parte desde a sua fundação.

Depois de ter sido criado, o povoado foi recebendo famílias de migrantes e se transformando num lugarejo predominantemente voltado para atividades de subsistência<sup>6</sup> incluindo a roça e a extração do coco babaçu. Cronologicamente foi possível destacar na história de formação do campesinato em São Manoel quatro marcos históricos no que se referem à condição de apropriação da terra. São eles: I – “terras livres”, “terras de mundo” “terras de todo mundo” que vai desde a fundação até o início da década de 60 do século XX; II – “terras de dono” entre a década de 60 e meados de 80; III – “terra de conflito”, “luta pela terra”, este período de conflito se estendeu dos meados da década de 80 até início da década de 90 do século XX; e, IV – “terra liberta”, “terra de assentamento”, que ocorreu a partir do início da década de 90, este é considerado como um período de criação de estratégias para garantir a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na terra conquistada.

### 3.2.1 “Terras livres”, “terras de mundo”

O estudo de Brandão (1981), sobre as formas de organização camponesa em Goiás na década de 70 do século passado, forneceu importantes elementos para compreender a história destas famílias estudadas em São Manoel. Embora existam entre estes dois lugares uma grande distância, isto não impediu de fazer algumas aproximações. Primeiro, são as características da economia camponesa, voltadas essencialmente para a subsistência. Neste período, de 1926 até 1960, predominavam as noções de “terras livres”, “terras de mundo”, “terras de todo mundo”, sendo dos quatro marcos o mais prolongado entre as formas de ocupação, apropriação e uso da terra.

Predominou durante este período mais prolongado um quadro social com poucas alterações nas relações entre as famílias camponesas e entre elas e a terra. Nesta fase de ocupação a terra era vista como um bem comum, por isso, todos os camponeses podiam ter acesso a ela sem impedimento<sup>7</sup>, salvo sob condições em que a terra já estava sendo ocupada

---

<sup>6</sup> Para Lamarche a agricultura camponesa é de subsistência e “define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas tradicionais, o objetivo primeiro aqui é satisfazer as necessidades familiares” (LAMARCHE, 1998, p. 70).

<sup>7</sup> Em nenhum momento da pesquisa foi relatado pelos entrevistados sobre conflitos entre os próprios camponeses quanto a questão da disputa por terras e do pagamento de renda. Como hipótese para essa questão pode ser que o



por uma família. As relações entre os camponeses estavam pautadas por critérios de uso e tempo de permanência na ocupação da área. A este primeiro morador fundador do centro, dava-se o nome de *assitiantes*<sup>8</sup>. O *assitiantes* gozando de alguns privilégios, como área de abertura para o cultivo de novas roças e por estar em melhores condições sociais do que as famílias que iam chegando possuía um peso social considerável. O tempo de ocupação de uma determinada localidade dava ao *assitiantes* também a condição de “proprietário” de terras. A sua melhor condição social possibilitava a manutenção de determinados poderes nas relações locais estabelecidas com as outras famílias que se instalavam em seu centro. Assim, o centro se configura como um local importante socialmente para os camponeses em função das relações sociais, políticas e econômicas locais que aí se estabelecem.

Em São Manoel, essa noção de ocupação tomando-se como base a noção camponesa de “terra como bem comum” perdurou aproximadamente 34 anos. Entretanto, a partir da década de 60, essa relação com a terra começa a ser alterada e novas relações sociais foram sendo construídas. A noção que os camponeses tinham da terra neste período está refletida nas palavras do trabalhador rural aposentado Francisco Pereira (79 anos, entrevistado em junho de 2012), migrante do Estado do Piauí que chegou a São Manoel em 1957. Afirmou o entrevistado: “quando cheguei não tinha dono de terra, ela era do mundo aí”. Ou ainda conforme explicou Raimundo Hermino Neto (50 anos, entrevistado em agosto de 2012), “essa terra não tinha dono, era terra de todo mundo com muitas matas, matas primárias aqui na região aqui onde nós estamos vivendo nesse momento, caças, água, né, muita fartura e não tinha tanto uso de agrotóxicos. Então era tudo natural, terra de todo mundo”.

Conforme se constatou, no início dos anos 60 essa relação com a terra começa a sofrer transformações. O clima animoso do desenvolvimento econômico que se instaura em todo o país provocou na região amazônica, em função das grandes jazidas minerais e terras *fartas* para instalarem as fazendas, uma expansão de suas fronteiras (MARTINS, 2009). Esta expansão das fronteiras demográficas e econômicas teve implicações diretas deste projeto de desenvolvimento sobre os camponeses. Este novo modelo econômico não levou em consideração a existência dos grupos sociais tradicionais da Amazônia, nem suas lógicas de organização social e de produção. Desta forma, os novos atores sociais do desenvolvimento promoveram um cercamento das terras tradicionalmente ocupadas. Esse confronto entre as

---

relativo distanciamento histórico e esses fatos mais longínquos acabam sendo adormecidos na memória do grupo. Ou, foram pouco relevantes para ser colocado em debate.

<sup>8</sup> O termo *assitiantes* é usado popularmente para designar uma forma de ocupação característica dos primeiros ocupantes das áreas consideradas libertas. Sua grafia dicionarizada é *sitiantes* que quer dizer “proprietário ou morador de sítio” (FERREIRA, 2004).

lógicas capitalista e camponesa sobre a propriedade da terra foi um dos principais motivadores dos conflitos sociais na região estudada e na Amazônia em geral. Neste sentido, a crise que se provocou inicialmente culminando na desorganização do modo de vida da população rural, às modificações nas relações sociais e na cultura foi decorrência das alterações na organização da atividade econômica (MARTINS, 1973).

### 3.2.2 “Terras de dono”

Entre a década de 60 e meados da década de 80, os confrontos entre camponeses e fazendeiros se acirram. Os camponeses não detinham mais o direito de cultivar suas roças com a autonomia que antes cultivavam. Assim, novas relações sociais locais passaram a ser estabelecidas. A terra, na concepção do capital fora cercada e transformada em propriedade privada, portanto, em mercadoria. Segundo Gonçalves (2007), o Maranhão foi uma das áreas de maior conflito agrário do Brasil, reforçado pela instituição do valor formal da terra em 1969, através do dispositivo jurídico conhecido como “Lei de Terras do Maranhão”. Para a autora, esta herança do então governador do Estado entre os anos de 1966 e 1969, constitui-se numa das formas mais significativas de reinventar o poder dinástico no Maranhão.

Através de uma legislação específica – Lei de Terras n. 2.979 de 17 de julho de 1969, conhecida como *Lei de Terras Sarney*, ficou instituído o valor formal da terra sem quaisquer referências às formas de uso da terra pelos camponeses (GONÇALVES, 2007, p. 6). De acordo com Shiraishi Neto (1998, p. 38), “as Leis de Terra do Maranhão não tiveram objetivos de regularizar as ocupações de terras das populações camponesas havidos [existentes] no Estado: os índios, os quilombolas, as quebradeiras de coco babaçu e os pequenos produtores independentes”. Essas leis, de certo modo, contribuíram para a exclusão dos ocupantes destas terras consideradas devolutas, resultando num “aumento dos conflitos pela posse da terra” (SHIRAISHI NETO, 1998, p. 39).

Este dispositivo jurídico favoreceu a chegada de pessoas que eram mais capitalizadas que, aproveitando desta vantagem financeira e jurídica, apropriaram-se das terras ocupadas tradicionalmente pelos camponeses de São Manoel. As “terras livres” passaram a ser “terras de dono”. Esse cercamento das áreas ocupadas pelos camponeses criou uma nova categoria social em São Manoel, a dos fazendeiros.

Este período em que as terras estavam sendo cercadas foi definido pelos antigos moradores como ação de “esperteza”. No fundo, esta “esperteza” foi o reflexo do modelo de desenvolvimento econômico capitalista que, através dos incentivos fiscais concedido pelo

Estado, avançou sobre os grupos tradicionais (MARTINS, 2009). Nesse contexto, as novas condições dos camponeses recuperarem o acesso à terra está expressa no seguinte depoimento:

*“o que motivou essas famílias lutarem pela terra foi o fato de, acho que, elas não terem acesso ao coco, né, que eles [os fazendeiros] trancavam. É, o fato delas não terem um lugar para trabalhar, né, não tinha terra pra fazer a roça, pagava renda. Se eu quisesse fazer uma roça tinha que pagar renda, né, se eu quisesse o coco tinha que pedir o dono da terra, então [era] assim. Aí depois na época da [greve], teve um período aí que a questão da pastagem tava muito forte aqui na nossa região e o pessoal começaram a derrubar tudo quanto era palmeira, isso nos anos 80. Como o coco era um dos meios de sobrevivência muito forte para as famílias que estavam aqui na região, isso acabou motivando essas famílias a lutarem pela terra, né.” (Raimundo Hermino Neto, 50 anos, entrevistado em agosto, 2012).*

Os camponeses tinham a terra como meio de trabalho e de sobrevivência, não se baseando no valor monetário, mas o que dela podiam aproveitar através do trabalho. Para eles, o valor da terra e o direito de sua apropriação, se davam em função do uso, pois esta terra representava o espaço de moradia, a liberdade e a conquista de melhores condições de vida para a família. Para os fazendeiros, a terra representava novas oportunidades de acumulação e ampliação dos bens.

Durante este tempo em que a terra permanecia “trancada”, predominavam relações de subordinação e de exploração destes trabalhadores rurais aos interesses do patrão ou a outro fazendeiro da região. A autonomia dos camponeses em relação aos modos de produzir e de organizar, mantidos até o final da década de 60, foi gradualmente sendo transformada. Os antagonismos sociais colocaram face a face as possibilidades de liberdade ou opressão. Os camponeses passaram da condição de autônomos à de explorados. Este sistema implantado pelo capital trouxe consigo a negação dos direitos de uso dos territórios ocupados pelos camponeses, implicando em relações de contrato, pagamento de renda e exploração do trabalho. Os camponeses para produzir nesta “terra de dono” precisavam pedir licença, obter concessão e estar sujeitos ao pagamento de taxas sobre os produtos da roça e do extrativismo.

Uma situação agravante neste novo contexto econômico é que as terras para o capital deviam gerar lucro. Com a expansão da pecuária na região, crescia consideravelmente a demanda por áreas de pastagens. Desta forma, à medida que as áreas de pastagens iam sendo

ampliadas, diminuía na mesma proporção os espaços de cultivar a roça, conduzindo para uma situação de conflito social na luta pela terra e babaçuais.

### **3.2.3 O conflito pela terra: de 1986 a 1991**

Como mencionado anteriormente, a expansão do modelo de desenvolvimento econômico do país e a chegada à Amazônia provocou uma pressão por novas áreas de ocupação. Devido a esta pressão por terras, em São Manoel, estiveram em lados opostos fazendeiros e camponeses. Os fazendeiros representantes do capital buscavam ampliar seus domínios econômicos. Dessa forma, exercendo forte pressão sobre os grupos sociais tradicionais. O enfrentamento entre lógicas capitalistas e camponesas provocaram uma cisão nas relações sociais entre o patrão visto como o dono da terra e os camponeses. À medida que consolidava a posse da terra ao chamado dono, as dificuldades iam sendo impostas aos antigos moradores. Esta situação estava desestruturando os modos de organização dos camponeses posseiros, segundo Martins (1973).

De acordo com Martins (2009), esse antagonismo marca o encontro das frentes de expansão e pioneira. Para o autor, na frente de expansão estão os camponeses que se movem de acordo com as suas necessidades de sobrevivência. O ciclo de produção dos camponeses obedece a práticas culturais que lhes são peculiares e assim a fronteira se expande em direção à mata que ia lentamente sendo incorporada à pequena agricultura. No entanto, assinala o autor, que a frente pioneira se instala lado a lado da frente de expansão assumindo uma postura do próprio capital que submetia a si tanto os sujeitos quanto o próprio território.

Em São Manoel, esta submissão se fez notar pelo impedimento dos camponeses ao acesso ao território que ocupavam espontaneamente, incluindo-se os babaçuais. Esta submissão foi descrita assim: “nós entendemos que nós não podíamos viver mais escravos nesta terra dos proprietários com o coco preso<sup>9</sup>, com renda alta, com terra aqui, mas a gente não podia trabalhar, tinha que pedir ao patrão, o gado malhando ao nosso terreiro, né” (Raimundo Hermino Neto, 50 anos, entrevistado em agosto, 2012).

Isto trouxe algumas dificuldades para o grupo. Entre as dificuldades apontadas pelos camponeses estavam a “prisão do coco”, as famílias não tinham direito às cascas do coco, as

---

<sup>9</sup> Os fazendeiros locais arrendavam os babaçuais para um intermediário que juntava os cocos de babaçu. Dessa forma, as famílias tinham que se sujeitarem às regras de acesso ao coco, ou seja, quebrar coco em sistema de meia. É dessa situação que procede a noção de coco preso. A regra estabelecia parceria somente sobre a amêndoa, pois as cascas ficavam com o dono dos cocos para a fabricação de carvão. Esta situação faz destas famílias reféns dos interesses do capital, pois além de ser exploradas no trabalho ainda sofria com a exploração na compra de outros produtos, entre eles, o próprio carvão.

restrições de acesso à terra para preparar a roça, o pagamento de renda pelo uso da terra, os baixos preços pagos aos produtos produzidos pelos trabalhadores, entre eles o arroz e a amêndoa. Esta circunstância contribuiu decisivamente para o agravamento dos conflitos sociais relacionados à terra. Esta foi a gênese dos conflitos sociais em São Manoel que culminou num clima de tensão social e violência. Mas como se verá no capítulo 5, foi a partir destas circunstâncias que os camponeses se organizaram e lutaram para conquistar sua liberdade e autonomia.

As famílias camponesas, a partir da intensificação das ações associadas à ideologia de libertação, influenciadas pela diocese de Bacabal, com a criação da comunidade católica no ano de 1984 no povoado de São Manoel, começaram a discutir sobre os problemas enfrentados. Sua luta para se manter em seus territórios começou a ganhar visibilidade. Aos poucos os camponeses foram construindo um ideário em busca do bem comum: terra e babaçuais. À medida que uma nova consciência foi sendo formada, surgia a ideia de que precisavam realizar alguma ação para por fim ao regime de exploração. Uma das maneiras encontradas foi a resistência coletiva na defesa dos interesses em comum. Esta resistência foi designada pelos participantes como mutirão.

Scott (2002, p. 12-13) aponta para a existência de algumas formas de resistência camponesa. Uma delas “é a forma de resistência passiva”, que envolve sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano. Outra é a da “confrontação direta” que tem dominado o estudo da resistência. Scott assinala que no primeiro caso essa resistência se faz sorrateiramente através de invasão de florestas, terras públicas, invasão de plantações. No caso da segunda resistência está associada à realização de motins, a invasão de feiras, de celeiros, visando à distribuição de suprimentos alimentares. Para o autor, essas técnicas de resistência são adequadas às características particulares do campesinato.

Diante dessas técnicas de resistência, apontadas pelo autor, percebeu-se semelhanças em relação ao ocorrido em São Manoel. Pela versão apresentada, a forma de resistência adotada pelos camponeses apresenta características de articulação das duas técnicas. No caso da resistência pacífica, durante muitos anos, as famílias camponesas procuraram coletar e vender o coco, omitindo parcialmente a produção para evitar o pagamento da renda, burlavam medidas para diminuir as taxações, etc. Em relação à resistência direta, estes camponeses adotaram estratégias como vigília, barreira humana formada pelas mulheres e crianças, entrincheiramento. Neste caso, ainda foi destacado manifestações como invasão do barracão do fazendeiro para quebrar os cocos babaçu e apresentação em grupo na delegacia para se defenderem mutuamente.

O clima de tensão social, aliado aos princípios de liberdade, justiça e igualdade trabalhados pela Igreja Católica, pode ser visto como fator decisivo na tomada de atitude pelos camponeses. A situação dos camponeses diante deste contexto social de tensão era bastante crítica, inclusive às suas sobrevivências. Neste sentido, José Soares Sobrinho – Antonino – (63 anos, entrevistado em agosto de 2012), relata a seguinte situação: “nós fomos ficando apertado feito o gado quando bota dentro duma solta, que não tem mais o que comer, aí o bicho vai procurar jeito, rebenta cerca, invade, tem que sair, assim foi nós. Nós tava sem terra para trabaiá”.

As famílias camponesas estavam cercadas e limitadas em suas ações pelo fazendeiro. Toda esta situação resultou na decisão dos camponeses de que deveriam lutar coletivamente e unir suas forças contra esta condição imposta pelo fazendeiro. A partir desta decisão passaram a intensificar a prática de trabalho coletivo na agricultura e extrativismo que eles designavam como mutirão e também ressignificar o termo para designar novas práticas. Este sistema de trabalho e de organização dos trabalhadores foi significativo na luta em prol de seus interesses.

Conforme explicado, todas as ações que o grupo fazia, qualquer estratégia contra as ações do fazendeiro, tudo era feito por meio desse trabalho em conjunto. Foi assim que os camponeses enfrentaram as reações do fazendeiro quando enviou seus jagunços e policiais para acabar com o movimento. Por várias vezes os jagunços foram a São Manoel na tentativa de acabar com o movimento, porém os camponeses se adentravam na mata pondo-se em trincheiras armadas. Como os camponeses conheciam melhor os caminhos conseguiram ficar próximo as suas casas sem serem percebidos. No entanto, caso alguma coisa mais séria fosse ocorrer com seus familiares o jeito era atacar, advertiu Raimundo Vital (54 anos, entrevistado em julho de 2011).

Da mesma forma, afirmou Raimundo Vital, que por meio de mutirão cultivavam as roças, se refugiavam em esconderijos na mata, se defendiam reciprocamente diante das ameaças de morte fazendo vigílias, construíam e reconstruíam suas casas. Como se observou, as ações de mutirão foram e têm sido crucial ao longo da história do grupo. Essa era uma luta que se afirmava sob os princípios de solidariedade e reciprocidade como será tratado no capítulo 5.

Quando os jagunços derrubaram as casas e o povoado foi destruído, houve depois uma mobilização de trabalho em mutirão entre diversas comunidades para a reconstrução das casas. O poder de luta e resistência do grupo teve nesta prática o suporte necessário para oporem aos desafios enfrentados. Isto fez com que os camponeses, mesmo diante deste clima

de tensão social e risco de vida, não desistissem da luta. Por meio da organização de trabalho em mutirão os camponeses permaneceram no enfrentamento e resistiram às reações do fazendeiro obtendo êxito. Em tom comemorativo, destacam que o confronto a tiros não chegou a acontecer em São Manoel.

O ano de 1991 é significativo para o grupo de famílias que participaram do mutirão de luta e resistência, pois em fevereiro do ano supracitado eles obtiveram a garantia da posse da terra. Apesar das intensas lutas e da tensão sofrida durante esse período, finalmente puderam, na condição de assentados pelo ITERMA, ser donos do seu território.

A partir do ano de 1988, uma série de estratégias comunitárias dera prosseguimento às transformações sociais locais. Em 1988 eles criaram a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) e no ano de 1989 eles criaram juntamente com lideranças de outros três municípios a ASSEMA. Em 1991, com o apoio da ASSEMA criam a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), importante organização no fortalecimento da economia camponesa. As ações coletivas, voltadas para concretização de objetivos comuns e a criação de estratégias, tiveram papel fundamental para garantir a permanência dos camponeses na terra conquistada, valorizando desta forma sua economia através da melhora nos preços dos produtos oriundos da roça e do extrativismo. Entre as ações voltadas ao fortalecimento do bem comum foram criadas a COPPALJ, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), a associação dos trabalhadores rurais de São Manoel, a casa de farinha e a usina de arroz.

Estas ações comunitárias e as estratégias criadas para o apoio dos camponeses foram bases na construção de uma nova realidade. Sobressaiu-se a partir deste período uma aprendizagem sobre organizações comunitárias que vem possibilitando o grupo transformar suas condições de vida.

### **3.2.4 Uma nova construção social baseada na coletividade**

Com as mudanças sociais que ocorreram no modo de vida das famílias a partir de novas formas de organização social e de relações de produção. Elas tiveram que criar um novo modelo de organização e economia que pudesse dar conta de atender às novas demandas do grupo. Foi neste período que predominaram as ações coletivas com vistas à construção e criação de estratégias que pudessem garantir a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na terra reconquistada e a valorização da sua produção. Uma importante estratégia criada pelo grupo foi realizar a maior parte dos trabalhos em espaços comuns realizados de

forma cooperada. Neste sentido, assinala-se que o trabalho de forma cooperada, quando esta cooperação é espontânea, é importante por que, segundo Scopinho (2007, p. 84),

a cooperação espontânea dá continuidade ao movimento político de luta pela melhoria das condições de vida, amplia e dinamiza as formas e as redes de convivência social que favorecem à resistência e à permanência no assentamento, chegando mesmo a configurar um padrão de assistência social próprio, uma vez que a escassez generalizada torna precárias as condições de vida nesses espaços.

Conforme observado em São Manoel, as práticas de mutirão, entendidas como ação de cooperação, se configuraram como um importante recurso social usado para resolver os problemas enfrentados. No entanto, como se observou, somente a libertação da terra e dos babaçuais não foi o suficiente para garantir melhorias para o grupo. Neste sentido, os camponeses construíram a partir da luta um conjunto de conhecimentos sobre organização comunitária.

Desta forma, entende-se que as práticas de mutirão como ação cooperada em busca de objetivos comuns, têm sido mais do que a organização dos camponeses para trabalharem na roça, nas quebras de coco babaçu, taipamento de casa, limpeza de açudes. Essas práticas tem significado mais do que isso. As observações indicaram que as práticas realizadas em cooperação foram encontradas em diversos contextos da vida comunitária. Este estudo mostra que há divergências quanto à compreensão destas práticas, principalmente sobre a que esteve relacionada à luta por terra. No entanto, mesmo levando em conta algumas divergências sobre a prática do mutirão, esta ação foi vista como um meio pelo qual os camponeses se organizaram em relação aos aspectos político, econômico, pedagógico e cultural. Estes aspectos observados serão tratados detalhadamente no capítulo que trata dos novos significados do mutirão.

Mesmo que as práticas de mutirão sejam tratadas a partir de uma perspectiva plural devido ao campo de aplicação em que observou estas práticas, é válido ressaltar que, conforme observado em São Manoel, o início da mobilização desta ação estava relacionado quase que exclusivamente ao contexto econômico. Por meio do mutirão os problemas enfrentados pelas famílias camponesas em relação à terra e aos babaçuais foram superados. Na década de 50, as práticas de mutirão eram bastante estudadas na região Norte e Nordeste do Brasil. Entre estes estudos, destacam-se os autores Galvão (1959), Caldeira (1956) e Marcondes (1948).



Embora o aspecto econômico fosse, talvez, o principal ingrediente motivador da luta em favor da defesa dos interesses comunitários, o que se notou foi que anteriormente uma das características do mutirão era prestar auxílio para alguma família que estivesse mais necessitada, tendo como princípio a reciprocidade (MARCONDES, 1948).

Em São Manoel, este caráter do mutirão, como prática de trabalho para atender uma família que estivesse mais necessitada, conforme apontado por Marcondes, reveste-se de um sentido mais coletivo, ou seja, esta prática passa a ser desenvolvida mais em função dos interesses do grupo na busca dos recursos comum do que no atendimento de uma família em particular. Ou seja, a diferença está exatamente na intenção do uso do mutirão. Isto porque as práticas agrícolas e extrativas designadas sob o termo mutirão beneficiava uma família que ficava no dever de retribuir aos que participaram do seu mutirão, com a participação no mutirão destes. Em São Manoel, a reciprocidade está presente, porém se amplia a ideia de acionar o mutirão para obter proveito para todo o grupo.

Considerou-se que as práticas do mutirão, mesmo tendo como pano de fundo o aspecto econômico, não se resume a este aspecto. Não é um mutirão utilitário, isto é, para resolver problemas que são restritos a alguma ação imediata como limpeza de roça, colheita, quebra de coco babaçu. As práticas de mutirão saem desta esfera utilitária para o campo das ideias, do debate, das estratégias, sendo percebido mais pelo peso político dos atores sociais envolvidos e de sua força comunitária.

Como será visto mais detalhadamente no decorrer deste estudo, o mutirão enquanto prática de cooperação entre as famílias camponesas se constituiu como um mecanismo encontrado para superar inúmeras dificuldades enfrentadas em seu cotidiano. Entre estas dificuldades continuam as que estão relacionadas ao aspecto econômico. Deste modo, de acordo com Scopinho (2007, p. 88),

Economicamente, a cooperação configura-se como uma estratégia de proteção dos trabalhadores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela pequena produção rural. É uma forma de administrar a escassez e enfrentar a pobreza, pois a quantidade de terra e os créditos recebidos do Estado para produzir são, individualmente, insuficientes.

No capítulo 5, será tratado das diversas atividades realizadas pelos camponeses de São Manoel desenvolvidas em mutirão.

### 3.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo parte do interesse em compreender formas de organização social camponesa, principalmente as que sofreram no percurso de suas histórias, um processo de invisibilização e negação de direitos. Desta forma, ao abordar uma prática consuetudinária como a do mutirão, pretendeu-se trazer à tona a visibilidade tanto da prática como a dos atores sociais participantes. Esta prática tradicional, desenvolvidas essencialmente pelos camponeses, pressupõe uma maneira de “existir coletivamente” (ALMEIDA, 2006).

O mutirão, enquanto movimento de resistência camponesa, pode ser tomado como uma prática que foi “adequada às características particulares do campesinato” em São Manoel (SCOTT, 2002, p. 13). Entre as diversas possibilidades de construir uma realidade, estas particularidades das organizações camponesas foram relevantes, mesmo que não seja uma condição geral dentro do próprio campesinato, pois a diversidade sociocultural tem se apresentado como uma de suas condições mais peculiares.

Considerou-se as práticas de mutirão em São Manoel como um modo singular de organização social que se adequou às condições concretas dos camponeses, por isso, entendeu-se que esta prática representa, segundo Almeida (2006, p. 65), “a existência dessas formas coletivas que estimulam novos laços solidários que reforçam lutas e mobilizações”. Neste sentido, o estudo destas práticas apontou para as transformações que vem ocorrendo nas relações interfamiliares, no trabalho coletivo designado por mutirão e em seus sinônimos como atividades de auxílio mútuo e cooperação. Por outro lado, o entendimento é que estas transformações implicam em alterações no interior da vida coletiva e comunitária.

Outro dado fundamental na definição deste estudo foi que a prática do mutirão, mesmo sendo uma estratégia de fortalecimento recíproco entre as famílias rurais, vinha sendo apontada em estudos feitos na década de 50, por uma tendência ao desaparecimento desta prática de trabalho no meio rural (CALDEIRA, 1956). Para Caldeira (1956, p. 10), a “invasão dos costumes urbanos e a desintegração da sociedade cumulativa vão dificultando a manutenção dessas formas espontâneas de cooperação”. Em seu texto Caldeira tomava como ponto de partida a fragmentação das relações de cooperação mútua em função de um novo modelo econômico que se mostrava em ascensão.

O autor ao considerar a força do novo modelo econômico entendia que isso provocava uma invasão de costumes sobre as formas de organização camponesa. A ideia de invasão não supunha a capacidade dos grupos sociais de reagirem ou recriar novas estratégias. Como contraponto, tem-se que as observações feitas a partir da comunidade de São Manoel

evidenciou que as famílias estudadas desenvolvem várias práticas em regime de cooperação mútua. Isso demonstra a capacidade que certos grupos sociais têm de recriar estratégias de fortalecimento recíproco e não simplesmente ser impactadas passivamente por outro modelo econômico como pregava Caldeira quando admitia a desintegração forçosa destas práticas.

Embora nas observações não ficasse evidente a constatação da necessidade premente destas famílias trabalharem em mutirão, levando-se em conta somente os aspectos econômicos, já que se trata de um grupo de famílias que usufruem de patamar econômico razoável. A realização de trabalhos em mutirão reforçam os vínculos sociais baseados nas relações de parentesco, vizinhança, compadrio e amizades. Observou-se que a prática do mutirão vem sendo mantida por estar relacionada a condicionantes históricos do grupo, principalmente no que diz respeito à luta pela terra e a libertação dos babaçuais. Para se compreender as práticas do mutirão estudadas aqui nesta pesquisa foi necessário percorrer o caminho da história das famílias camponesas e de suas lutas.

As famílias camponesas, mesmo que imersas num contexto de amplo domínio das relações mercantilizadas influenciadas pela sociedade industrial conseguem preservar práticas tradicionais como é o caso do mutirão. Isto, de certo modo, desperta a atenção não somente pela capacidade dos camponeses em preservar elementos de uma cultura particular, mas, sobretudo, pelas novas formas de relações baseadas nos laços que se criam a partir dos princípios da solidariedade e reciprocidade. Este fato justifica esta pesquisa, especificamente, em São Manoel, zona rural do município maranhense de Lago do Junco, onde estas práticas ocorrem com frequência<sup>10</sup> em espaços como organizações comunitárias, escolas, igrejas e entre as famílias.

À medida que estas ações de cooperação voltadas para o bem da comunidade alicerçadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade, vêm se sustentando no meio rural, por si só já constituem como objeto a ser investigado. Além do mais, considera-se o fato desta comunidade sustentar uma prática que foge às imposições de uma sociedade capitalista que força para relações individualistas e fragmentadas (MÉSZÁROS, 2008). Quando estes camponeses criam alternativas que visem sua promoção social e fortalecimento econômico recíproco das famílias, então a forma como eles vêm se organizando e melhorando as condições de vida, no sentido coletivo e comunitário, merece ser estudada e compreendida.

---

<sup>10</sup> A frequência com estas práticas vem sendo realizada depende dos espaços onde são utilizadas. No caso da EFA e nas áreas de uso comum, o mutirão ocorre semanalmente. Noutros casos, são eventuais, pois depende de condicionantes sociais das famílias. Um dado interessante a ser ressaltado sobre o mutirão é que sua natureza dinâmica faz com que esta ação comunitária não seja, na maioria das vezes, definidas a priori, embora noutros locais têm notícia que se trata de atividade semanal. Quando isto ocorre, esta prática é comumente entendida como uma troca de dias entre os participantes do grupo.

A relevância deste estudo é trazer ao debate uma discussão sobre as ações comunitárias voltadas para a conquista de benefícios comuns. Não menos relevantes são as transformações provocadas na organização dos camponeses que se encontravam dispersos e individualizados e depois do mutirão passam a ser notados como importantes atores sociais do desenvolvimento local. Através da organização política do grupo eles construíram, como colocado anteriormente, espaços comunitários que têm sido fundamentais para o fortalecimento do campesinato em São Manoel. Assinala-se com isso, que este fortalecimento comunitário tem contribuído no reconhecimento dos camponeses, inclusive com repercussão internacional. O espaço político de atuação deste grupo tem se ampliado e em função disso, outros estudos tem sido realizados sobre seus modos de vida e de sua organização social e econômica (FIGUEIREDO, 2005; AYRES JÚNIOR, 2007).

É neste intuito de contribuir para continuar ampliando a visibilidade destes povos que se propôs este estudo. Primeiro, porque diz respeito a um grupo social que desenvolve em seu cotidiano práticas tradicionais, que geralmente tendem a ser transformadas pela sociedade capitalista. Neste sentido, os camponeses de São Manoel vêm modificando suas condições de vida, sem deixar de desenvolver suas práticas aprendidas com as gerações anteriores. Segundo, ao mesmo tempo em que transformam sua realidade, mantém os princípios fundamentais para a existência da comunidade. Terceiro, apresenta possibilidades de gerar desdobramentos a outros estudos em outras comunidades. Finalmente, espera-se que as aprendizagens que decorrer deste estudo contribuam para outras experiências de pesquisa visando à compreensão das ações coletivas e comunitárias camponesas.

### 3.4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.4.1 A Pesquisa

Este estudo procura compreender cientificamente as práticas do chamado mutirão, como parte do processo de organização socioeconômica de um grupo de camponeses, com ênfase nas transformações do conhecimento tradicional. Partiu-se do pressuposto de que o fazer científico é o resultado de um processo de escolhas feitas pelo pesquisador. Neste caso, estas escolhas marcam todo o processo de investigação, desde a delimitação do campo de pesquisa até a maneira de comunicar os resultados.

Buscou-se um referencial teórico que permitisse entender o fazer científico levando em conta que a “ciência é somente um modo possível de ver a realidade, nunca único e final” (DEMO, 1995, p. 28). A ciência, enquanto comunicação da pesquisa é entendida como um

produto da sociedade acadêmica, sendo assim, o resultado desta construção científica é, segundo Lowy (1999, p. 110), “um processo de produção do conhecimento da verdade” e pode ser assumida por diferentes membros da sociedade. Segundo Haguette (1992, p. 156), a “ciência é social”, e deve levar em conta, como um princípio, a rigorosidade metodológica.

A investigação em questão caracterizou-se como estudo de caso, com abordagem apoiada no método etnográfico que utiliza “estratégias de contato e inserção em campo” (MAGNANI, 2009, p. 36). Inserção em campo e a convivência com as famílias, nesta pesquisa, foram de 75 dias. Incluiu-se nesta pesquisa o uso de técnicas de cunho qualitativo. A definição do estudo de caso se deve às estratégias utilizadas na obtenção dos dados, que demandou a convivência social com o grupo de famílias.

O estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2010; SILVA, 2001).

Para isto, foram utilizadas técnicas qualitativas de cunho etnográfico para auxiliar na investigação: as entrevistas abertas tomadas em sequências, num tempo relativamente prolongado, permitiu ao informante contar histórias de vida e narrativas de eventos da memória individual e coletiva. Metodologicamente esta pesquisa foi guiada por uma abordagem qualitativa, com análise interpretativa dos discursos e de práticas empiricamente observadas. A investigação pautou-se ainda numa abordagem histórica. Para análise dos dados, utilizou-se uma abordagem que articulou os referenciais teóricos com dados sobre a realidade, entendendo-a como fruto das relações sociais imersas num campo social permeado por antagonismos e das relações entre grupos sociais e a natureza.

A coleta de dados nesta investigação se deu através de técnicas de observação direta, sistemática e participante. Recorreram-se ainda aos registros de observação com o uso de diário de campo, gravador de voz, registros fotográficos; entrevistas abertas onde o narrador fizesse o relato da sua história de vida, entrevistas focais com roteiros semiestruturados e diálogos informais. Houve participações em reuniões familiares, geralmente à noite, ocasião na qual a memória sobre os fatos locais está muito presente. As entrevistas abertas, em função do pesquisador ter uma atuação mais ativa dentro do grupo, fazendo o papel de um membro do grupo, permitiu o acesso às informações de forma que puderam ser discutidas e revisadas (GIL, 2010, p. 103).

Neste estudo, leva-se em consideração que os grupos sociais tradicionais, são em maioria, de culturas orais ou “ágrafas”, conforme apontado por Goody (1977). Por esse fato, e por terem-se como fontes principais as narrativas orais, adotou-se a perspectiva assinalada por Soares (1981), considerando as falas dos entrevistados como uma “versão” e não a expressão

única do dado. Este trabalho apresenta a versão do grupo de camponeses que participaram ativamente do mutirão. Partiu-se então das suas verdades, levando em conta que “os agentes têm um ‘vivido’ que não constitui a verdade completa daquilo que eles fazem, mas que, no entanto, faz parte da verdade da sua prática” (BOURDIEU, 1983, p. 26). Neste sentido, o que se obteve em campo, embora não seja a totalidade histórica dos sujeitos pesquisados, faz parte do mundo real e de suas lutas.

Estabeleceu-se uma postura de investigação que levou em conta a participação em diversos espaços sociais: roça, escolas, igreja, mutirão, rodas de conversa familiar, festas e campo de futebol. Estes diferentes lugares, de certa forma, permitiu, em muitos casos, checar as versões narradas pelos sujeitos da pesquisa. Portanto, destaca-se que ao conviver diariamente com as famílias se aproveita todo o tempo da pesquisa, a isto se acrescenta que a relação entre pesquisador e pesquisado é mediada pelo diálogo, importante forma de obter informações.

De acordo com Freitas (2002, p. 24-25),

Isso muda tudo em relação à pesquisa, uma vez que investigador e investigado são dois sujeitos em interação. O homem não pode ser apenas objeto de uma explicação, produto de uma só consciência, de um só sujeito, mas deve ser também compreendido, processo esse que supõe duas consciências, dois sujeitos, portanto, dialógico.

Para tanto, buscou-se, num primeiro momento, apresentar o povoado de São Manoel onde residem as 31 famílias que participaram do mutirão. Em seguida, apresenta-se o povoado como espaço de construção de estratégias de mudança social e construção de novos conhecimentos. Neste caso, procurou-se avaliar as implicações do mutirão em seu sentido restrito e geral nas alternativas de desenvolvimento local e na tomada de decisões que dizem respeito à vida comunitária.

Os 75 dias utilizados para coleta de dados foram distribuídos em intervalos que permitiram acompanhar o cotidiano das famílias em diferentes momentos e situações. Os primeiros 15 dias aconteceram em setembro de 2011. No primeiro contato com os sujeitos sobre os quais se realizou a pesquisa, foi uma oportunidade de apresentação do pesquisador e levantamento preliminar. O restante da pesquisa ocorreu em 2012, quando se permaneceu 15 dias em maio no acompanhamento da colheita do arroz, 15 dias em junho no acompanhamento de colheitas de milho e outras atividades de roça e ao festejo do santo padroeiro São Manoel, 15 dias em julho para observar a participação dos filhos dentro da

unidade familiar e atividades de roça, e, finalizou-se com mais 15 em agosto onde se concentram atividades como colheita do feijão e preparo da futura roça.

#### 3.4.1.1 Universo da pesquisa

O universo desta pesquisa corresponde ao grupo de 31 famílias do povoado de São Manoel que participaram diretamente das ações coletivas e comunitárias designadas como mutirão. Neste caso, considera-se como totalidade a perspectiva assinalada por Magnani (2009, p. 38), entendendo que,

uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade. Posto que não se pode contar com uma totalidade dada, postula-se uma, nunca fixa, a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais do que generalidades e platitudes a respeito do objeto de estudo.

A presente pesquisa teve como *locus* o povoado de São Manoel, localizado no município maranhense de Lago do Junco, região do Médio Mearim. A convivência direta com as famílias participantes do mutirão tornou possível obter dados para a compreensão do objeto de estudo.

#### 3.4.1.2 Unidade de análise

As unidades de análise foram as unidades familiares que exercem práticas relacionadas ao trabalho de mutirão realizado conforme interesses do grupo. As definições destas unidades estão correlacionadas, primeiro, pelas próprias histórias de vida do grupo de famílias camponesas que se autoidentificam como agroextrativistas<sup>11</sup> do coco babaçu, e segundo, pela maneira como elas se organizaram na luta pela terra e pelos babaçuais visando sua libertação do sistema de opressão e assim poderem garantir condições de produzir, viver com autonomia.

---

<sup>11</sup> Como se observou na pesquisa, a autoidentificação das famílias estudadas tem a ver com duas questões: uma é que o prefixo *agro* denota para práticas agrícolas específicas, principalmente pelo sistema de corte-queima. Segundo, o termo *extrativista* denota para uma atividade econômica, social e política pela qual tem predominado no reconhecimento desse grupo social como atores sociais. É bem verdade que essa designação não é fixa, por isso, está sujeita a variações que dependem dos espaços onde são acionadas e da natureza da designação. Como exemplo tem-se que a título de aposentadoria, estas mesmas famílias se designam como trabalhadoras rurais, neste caso, levando se em conta a sua representação sindical (STTR).

Este grupo de famílias ressignificou as práticas do mutirão, atribuindo a estas ações comunitárias um ideário de agregação de forças e instrumento de luta na defesa dos interesses comuns. Uma compreensão mais detalhada destas práticas será tratada no capítulo 5, onde se faz uma leitura à luz de referencial teórico bem como a descrição empírica das atividades realizadas em regime de cooperação no âmbito de ação destas famílias. No capítulo 6, trata-se da compreensão destas práticas a partir de uma perspectiva do seu significado para as famílias participantes.

#### 3.4.1.3 Os entrevistados

A definição dos entrevistados levou em consideração sua participação nas ações de luta pela terra e os babaquais e no enfrentamento com o fazendeiro. Neste estudo, optou-se por valorizar as suas vivências e memórias relacionadas às histórias de vida no contexto da luta, indiferentemente da função social do informante exercida no grupo. Entretanto, ressalta-se que há nas versões narradas pelos sujeitos entrevistados lapsos na memória, por isso, uma estratégia adotada para superar estas lacunas foi dialogar e conviver com todas as famílias participantes do mutirão.

Destaca-se que um fato bastante peculiar ocorrido foi que não raras vezes alguns informantes apontavam outros sujeitos que eles consideravam mais preparados para conceder informações. Entre estes informantes apontados estavam: Raimundo Vital, José Soares – Antonino, Raimundo Hermino Neto, Ivete Vital, Raimunda Rodrigues dos Reis e Francisca Rodrigues dos Reis. Estas justificativas são compreensíveis em função das diversas funções sociais exercidas na luta e na representação política destas famílias dentro e fora do contexto local. Por outro lado, evidencia-se uma relação de confiança interfamiliar que prevalece nas relações locais.

Durante o período de campo e convivência com as famílias que participaram do mutirão pela libertação da terra e dos babaquais, foi sendo definindo um grupo de informantes chaves com quem se manteve um contato mais aprofundado. Esta convivência permitiu a construção de relação de confiança entre pesquisador e informantes. Esta relação de confiança é apontada por Cedro (2011, p. 134), como sendo um aspecto “essencial para o bom andamento da entrevista”.

É importante destacar que tal relação construiu-se a partir da participação do pesquisador em diversos momentos do cotidiano das famílias entrevistadas. Registra-se que houve a participação no trabalho de roça, participando do dia a dia, pousando em suas casas.



As entrevistas gravadas tiveram como informantes chaves o senhor Raimundo Vital, José Soares (Antonino), Raimundo Hermino Neto, Raimundo Vieira Lima (Mundeiro), que exercem ou exerceram diferentes cargos em associação, cooperativa, sindicatos, escolas e igreja.

A participação no campo de pesquisa possibilitou: 13 entrevistas gravadas com duração total de 262 minutos de gravação, 75 registros diários em caderno de campo, participação direta em: dois mutirões, 20 eventos com atividades da roça – corte e bateção do arroz, apanha de milho, colheita de feijão, arranco de mandioca –, um dia de coleta do coco babaçu, seis ocasiões de quebra do coco, uma pescaria, três eventos de descascamento de mandioca e farinhada, três festejos de santo (São Francisco de Assis, no povoado Centro do Aguiar, Nossa Senhora de Fátima, no povoado Fortaleza e São Manoel) duas partidas de futebol e cinco festas dançantes.

Esta convivência estreitou laços de afinidade, permitindo aproximação constante entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. As diversas participações possibilitaram abordar o passado das famílias, principalmente questionando como eram as condições de vida em tempos passados, indicadores usados para aferir as transformações.

#### 3.4.1.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi uma atividade rica em aprendizagens, pois antes de coletar os dados foi feita uma etapa de reconhecimento prévio sobre as histórias dos atores sociais estudados. Nesta pesquisa utilizou-se diferentes fontes e procedimentos para realização desta coleta de dados a fim de proporcionar uma compreensão mais abrangente sobre o problema de pesquisa no intuito de se aproximar das perspectivas do próprio grupo. Assim, foi possível obter diferentes ângulos de observação do objeto. As informações sobre o objeto investigado foram obtidas a partir de dados primários e secundários.

Os dados primários foram coletados nesta pesquisa através de entrevistas abertas, entrevista semiestruturada, observação direta e participante, levantamento de registro documental. Ressalta-se que as técnicas utilizadas estavam com foco direcionado para as práticas de mutirão. Para atender esta pesquisa utilizaram-se vários procedimentos, como trabalhar na roça na colheita de arroz, milho, feijão, descascar mandioca, pescar. Nestas oportunidades eram dirigidas questões mais gerais aos entrevistados sobre o cotidiano das famílias e questões específicas direcionadas para as práticas de mutirão.

Reconhece-se que há uma limitação na forma de registrar algumas informações em situações que envolveram a participação direta nas atividades. O uso do gravador, nestes casos especiais, ficou comprometido, porém foi possível utilizar outros recursos como o registro fotográfico e o caderno de anotações. Observou-se que nestas circunstâncias, pelo fato do entrevistado estar em locais importantes para a reprodução das famílias como é caso da roça, as narrativas são expostas de forma mais direta. Desta forma, foram registrados objetos e lugares que são significativos na simbolização da luta vivida pelos informantes.

Entende-se que a metodologia adotada é consequência de escolhas que levam em conta tanto as formas de apreender o objeto quanto para facilitar as interações entre pesquisador, informantes e o objeto investigado. Reconhece-se, as limitações que uma escolha pode levar, pois, ao escolher se faz uma aceitação de alguma coisa, mas do outro lado, implica a negação de outras. Por isso, compreende-se que existem variáveis que estão diretamente ligadas à área abrangida, mas que não são percebidas dentro do espaço delimitado para estudo.

Na pesquisa social uma de suas limitações diz respeito à própria natureza dinâmica do objeto em questão. Entende-se que no núcleo social onde se projeta o estudo há uma variabilidade de comportamentos dos sujeitos e, por isso, os dados podem ser implicados por influência destes comportamentos, entretanto, espera-se que, da mesma forma autêntica em que se pesquisa, sejam autênticos os depoimentos dos entrevistados. A inter-relação entre pesquisador e entrevistados que marca o diálogo dos sujeitos da pesquisa com o objeto estudado, que faz da pesquisa um processo autêntico, é a ética (SCHMIDT, 2008).

Esta autenticidade entre pesquisador e entrevistado é um passo fundamental na coleta de dados, principalmente, quando isto se faz por meio de entrevistas. Neste caso, a opção pelas entrevistas se deve à sua contribuição na coleta de dados, pois para Gil (2010), esta técnica favorece à interação social e permite obter informações que a observação não consegue revelar, fundamentalmente quando se estuda fenômenos passados.

A vivência em espaços de trabalho, onde o pesquisador é um observador participante, se mostrou como uma condição favorável ao desenvolvimento da entrevista aberta e focalizada, pois o pesquisador participa na situação vivida pelo informante. Neste caso, o diálogo foi a forma pela qual o entrevistador vai procurando um direcionamento que possibilite obter informações sobre o objeto de pesquisa. Uma das vantagens observadas por meio deste tipo de entrevista é a facilidade na comunicação, pois não há aquele clima de formalidade, predominante em situações de entrevista estruturada. Além do mais, numa

entrevista aberta e focalizada há a possibilidade de avançar e retroceder no diálogo, sem torná-lo exaustivo ao informante.

Nas entrevistas semiestruturadas, houve o agendamento prévio com o informante. Estas entrevistas foram realizadas em situações individuais com o uso do gravador de voz. Algumas entrevistas abertas focalizadas sobre a vida na comunidade e as lutas enfrentadas foram realizadas individual e coletivamente no campo agrícola, nas rodas de conversas noturnas em visitas às famílias. Dirigiu-se entrevista aberta com as quebradeiras durante as atividades de apanha e quebra do coco, pesquisa em documentos mantidos em posse das famílias, observação direta e observação participante.

As entrevistas foram agendadas junto aos informantes, sendo determinada a hora, local e data de acordo com a disponibilidade de cada um. Destaca-se que cada entrevista gravada foi realizada nas próprias residências em horários de intervalo das atividades de roça, à noite, conforme indicação do entrevistado. Muitas vezes se aproveitava dos momentos de descanso para questionar sobre as práticas de mutirão e as histórias de vida das famílias. Esta convivência com os camponeses facilitou o trabalho de pesquisa, pois a condição era de observação constante.

A convivência com as famílias estudadas foram imprescindíveis para ouvir, observar e descrever situações do seu cotidiano. Neste período, buscou-se participar de vários eventos sociais festejos de santo, bailes dançantes, que numa situação somente de visita para entrevistar dificultaria o entendimento da realidade. Procurou-se viver como os próprios camponeses vivem, realizando as atividades que eles realizam, pois se compreende que uma maneira de entender o outro é tornar-se, de certa maneira, “um de entre eles” (GERANKO, apud COPANS, 1971, p. 19).

A partir desta vivência foram sendo realizadas as entrevistas com roteiro semiestruturado (Anexo F). Estas entrevistas foram gravadas em aparelho de voz com algumas notas registradas em caderno de campo, onde o entrevistado tinha a liberdade de relatar sua participação no contexto histórico local. O foco das questões nestas entrevistas era as práticas do mutirão. O entrevistado tinha a liberdade de contextualizar a sua história individual, da família e de relações com outros sujeitos. Ao contextualizar historicamente o informante vai revelando elementos que compõem um material empírico de pesquisa que vai além do objeto de estudo. O total de entrevistas foi definido pelo critério de saturação dos dados, haja visto que os discursos eram análogos, variando apenas ao nível de algum detalhe, portanto, não acrescentando mais em relação ao objeto.

Tanto na observação direta quanto na observação participante ocorreu maior interação do pesquisador com os informantes. Neste caso, assinala-se que alguns espaços foram imprescindíveis para a pesquisa como a própria residência, a roça, a casa de farinha e a igreja. Ressalta-se que nesta situação de pesquisa, principalmente quando se trata de entrevistas é bom ter os instrumentos de coleta de dados, gravador, caderno de campo e máquina fotográfica.

Para garantir a transcrição literal dos dados apresentados nos discursos dos informantes, fez-se acordo prévio de que algumas entrevistas seriam gravadas. Nem todas as entrevistas foram gravadas, neste caso, o procedimento era registrar em caderno de campo. O fato de não gravar todas as entrevistas é que quando se tratava de explicar o objeto de estudo havia bastante consenso. A fim de dar reconhecimento aos que participaram das práticas de mutirão acordou-se entre pesquisador e entrevistados que os nomes próprios podem ser referenciados, dando crédito à sua informação. Segundo entendimento do autor e dos entrevistados, esta condição não prejudica a imagem do informante.

As fontes secundárias foram obtidas através de bibliografia que trata do tema mutirão, campesinato, situação de conflito de terras no Maranhão, agricultura familiar, comunidades tradicionais e produção do conhecimento.

Por dados secundários entendem-se aqueles que estão disponíveis na literatura, como os publicados em livros, teses, dissertações, artigos, entre outros. Nesta pesquisa, os dados secundários se constituíram de referencial bibliográfico. A consulta a essa fontes permitiu adquirir conhecimento teórico sobre o assunto pesquisado e, paralelamente analisar e interpretar as generalizações já alcançadas por outros autores. Foram estas leituras que possibilitaram compreender o objeto de pesquisa e a dinâmica dos camponeses, as transformações e permanências em seus modos de vida.

Por pesquisa bibliográfica considera-se um tipo de pesquisa que abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo. Tem como finalidade situar o pesquisador e colocá-lo em contato direto com tudo o que foi escrito, falado, registrado sobre determinado assunto. Neste sentido, destaca-se que o arcabouço teórico sobre o mutirão, possibilitou compreendê-lo como prática de trabalho em regime de cooperação mútua, expressando a ideia de trabalho associado e unido, fundamentados pelos princípios de solidariedade e reciprocidade.

De igual modo, este acúmulo teórico sobre a produção do conhecimento a partir da práxis, sobre comunidades tradicionais e agricultura familiar são pilares que sustentaram esta pesquisa. A literatura apoiou o pesquisador na construção de categorias analíticas para o

estudo além de contribuir no refinamento do olhar sobre os sujeitos com os quais estavam sendo tratada a pesquisa. Um fator de destaque é que esse acúmulo teórico se constituiu como suporte para a compreensão das práticas de mutirão.

Neste estudo, a metodologia qualitativa contribuiu para a descrição completa sobre esta prática. Diante disso, compreendeu que esta opção metodológica permite analisar a interação de determinadas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Da mesma forma contribuiu para o entendimento das particularidades dos grupos sociais bem como das suas manifestações individuais e coletivas.

Esta pesquisa tem uma característica de temporalidade histórica, o que cobra do pesquisador uma aproximação com o cotidiano dos sujeitos pesquisados para realizar o mergulho na história relatada e, assim, poder compreender como os fatos e os fenômenos sociais foram acontecendo e as motivações pelas quais aconteceram, situações estas que não estão no presente em forma de dados observáveis, mas que repercutem nos dados que foram observados e na análise que delas é feita.

#### 3.4.1.5 Critérios para análise dos dados coletados

A análise dos dados foi feita após a transcrição das entrevistas gravadas, procurando identificar categorias explicativas do objeto de estudo. Lenoir (1998, p. 105) ao se referir às categorias, assinala que “as categorias servem de base para a construção da realidade social e que, por conseguinte, se apresentam diante do sociólogo, são o resultado de lutas”. Os dados observados foram agrupados por semelhança entre si, na perspectiva de identificar as transformações nas práticas de mutirão passadas e presentes. Esta investigação apresenta três eixos de dados. O primeiro constituiu o núcleo central do estudo e trata das práticas sociais associadas ao mutirão, e este por sua vez se desdobra em duas abordagens: uma que caracteriza movimento popular de luta pela terra e babaquais e a outra que se refere às relações de trabalho desenvolvidas coletivamente em forma de cooperação mútua e ajuda. O segundo eixo é o que trata das atividades extrativas do coco babaçu especificamente e o terceiro é o eixo das atividades agrícolas.

As análises do objeto foram feitas levando em consideração que a realidade na qual se encontravam os sujeitos participantes das práticas de mutirão expressa o resultado das lutas entre classes. Por isso, entende-se que a dialética de Marx contribui para compreender os sujeitos e sua realidade, principalmente quando se analisa as relações sociais pautadas por uma oposição social e econômica. Em relação ao método dialético, Siena (2007, p. 52)

“assinala que este método busca interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis”. Fato este que é tomado como ponto de partida para compreender a prática do mutirão como expressão de um grupo social face às condições de oposição vivenciadas em sua realidade.

A compreensão da realidade como processo resultante dos antagonismos sociais implica em compreender que as condições históricas de vida dos sujeitos é consequência das relações antagônicas. O mover histórico dos sujeitos insere-se num fluxo constante de ações contraditórias, mas é nesta contradição que se caracteriza a existência de cada classe a qual pertencem os sujeitos. Ao observar a realidade como expressão dialética, constatou-se que as transformações ocorrem, segundo Siena (2007), em função das “contradições”.

Para Siena tudo está em movimento. Neste movimento compreende-se que, a existência de um sujeito está relacionado à existência do outro, onde ambos transformam a realidade e se transformam como sujeitos a partir dela. De acordo com o autor, é a luta desses contraditórios que forma o conteúdo do processo de desenvolvimento **histórico** (SIENA, 2007, p. 53, grifo do autor).

É a partir desta compreensão de realidade que se procurou contextualizar as práticas como produto destas relações contraditórias. Constatou-se que no percurso de reconstrução da história de vida dos camponeses, foi observado que a partir das relações sociais de subordinação e exploração mantidas com o fazendeiro, estabelecidas sob condicionantes econômicos como falta de terra para plantar ou babaçu para colher foi que os camponeses se puseram a campo para lutar. Esta reação em forma de luta comunitária contribui para transformações e permanências em relação aos modos de vida locais.

De certa forma, o confronto das relações entre camponeses e fazendeiros pode ser compreendido como o reflexo do modelo de desenvolvimento econômico pensado para a Amazônia. Neste caso, observou-se que tanto a condição social dos camponeses e dos fazendeiros quanto os condicionantes que culminaram na luta entre eles, estão inseridos em um contexto mais amplo que influenciou a existência da relação de exploração e subordinação estabelecidas entre estes atores sociais.

A estratégia analítica escolhida nesta pesquisa tem como ponto de partida a interpretação com base nos dados de campo. Adotou-se nesta análise critérios de evidência e relevância social. Isto conduziu para a compreensão sobre as diferentes interpretações dos sujeitos sobre as práticas de mutirão, ressaltando que nem sempre são percebidas localmente

da mesma maneira. Em seguida, estabeleceu como prioridade a análise dos aspectos mais significativos deste estudo, inclusive, recorrendo a outros estudos que discutem o tema.

Depois de verificados, os dados foram encaminhados para análise inicial, confrontando-os com os objetivos da pesquisa e se as informações obtidas ajudariam a responder à pergunta norteadora desta investigação. Essa fase foi denominada de checagem de dados. Assim, foi sendo sistematizado e organizado todo o material colhido agrupado pelo critério de relevância em relação ao objeto investigado. De posse desta sistematização, passou-se para a fase de elaboração da escrita e da revisão teórica sobre dados que pudessem contribuir na compreensão final do objeto estudado. Posteriormente, estes dados possibilitaram a construção dos capítulos, nos quais se estabeleceu uma correlação entre teoria e empiria, seguindo critérios de interpretação, compreensão e análise.

Para que esta pesquisa conseguisse alcançar seus objetivos, optou-se por utilizar o método qualitativo, entendendo que nas “ciências sociais em geral, diferentemente das ciências naturais, os fenômenos são complexos, não sendo fácil separar causas e motivações isoladas e exclusivas. Não podem ser reproduzidas em laboratório e submetidos a controle” (MARTINS, 2004, p. 291).

O método qualitativo difere do quantitativo, à medida que não emprega geralmente os mesmos meios na obtenção dos dados, principalmente o estatístico como base do processo de análise de um problema social. Neste caso, a interpretação, compreensão e análise, são etapas de explicar o problema e assim, poder chegar a um resultado. Uma advertência feita pela autora, é que não há singularidades no momento da análise dos dados, pois a “variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica, que por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva” (MARTINS, 2004, p. 292).

Finalmente, compreendeu-se que a abordagem qualitativa lida com uma complexidade procurando-se descrever o problema social e analisá-lo a partir da interação com as variáveis sociais e econômicas. Deste modo, interpretar, classificar, compreender constitui-se como etapas de um processo dinâmico, portanto, sujeitas à transformação. O método interpretativo analítico sobre o conteúdo dos dados possibilitou compreender as características mais significativas das práticas de mutirão.

#### 4 O CAMPESINATO DO VALE DO MEARIM: O CASO DE SÃO MANOEL

*“Quando a terra era liberta, as famílias não se preocupavam em cercar as terras, os mais velhos não se importavam em cercar a terra. Quando a terra não era nossa a pobreza era muita” (Francisca Rodrigues dos Reis, 55 anos, entrevistada em julho de 2012).*

*“Meus pais vieram pra cá em 58, realmente fugindo (...) da seca<sup>12</sup> lá do Ceará, porque lá a situação era difícil e eles estavam passando por dois momentos difíceis. Um por questão da seca e o segundo, porque eles eram de famílias pobres e viviam trabalhando nas terra de patrão e a situação era muito difícil, renda muito alta sem condições de vida e acharam que deviam vir faturar a vida aqui no Maranhão porque (...) aqui no Maranhão (...) era dito que era uma terra boa, terra fértil de muitas matas, muita água, muita caça e terra “sem dono”, então eles vieram pra cá em 58, (...) meus pais quando chegaram aqui, essa terra não tinha dono (...) eram terra de todo mundo” (Raimundo Hermino Neto, 50 anos, entrevistado em agosto de 2012).*

Estes dois entrevistados trazem importantes elementos que servem para compreender o campesinato de São Manoel. Do início da ocupação de São Manoel até a década de 60, predominava uma concepção de *terra liberta*<sup>13</sup>, por isso não havia a preocupação em cercar as terras, conforme assinalou dona Francisca. Outro dado interessante é que a situação de *pobreza* das famílias em seus lugares de origem e a exploração a que estavam submetidas exerciam pressão sobre elas para sair. A perspectiva de melhorar de “condição de vida” contribuía para o processo migratório, ao mesmo tempo em que era influenciada por motivos sociais, pessoais e ambientais, conforme visto no depoimento de Raimundo Hermino Neto.

Então, diante disto, optou-se por iniciar a discussão sobre o campesinato a partir do estudo de São Manoel, levando em consideração a realidade vivida e narrada pelos próprios camponeses. Os elementos que a memória dos entrevistados foi capaz de trazer à tona já expõem algumas características do campesinato local, abrindo, dessa forma, a discussão. Neste sentido, procurou-se creditar inicialmente aos próprios sujeitos, que viveram e vivem esta construção, os primeiros passos. Assim como Soares (1981) fez, ao retratar a história dos

---

<sup>12</sup> As secas, como ordinariamente entendemos, são fenômenos físico-sociais. (...) Num meio atrasado, a ruína pode ser completa e arrastar o despovoamento ou uma grande redução demográfica, pela emigração forçada ou a morte pela fome, depois de enormes sofrimentos. Na primeira metade do século XX, o Nordeste experimentou quatro secas calamitosas, nos anos de 1915, 1919, 1932 e 1942 (SOBRINHO, 1982).

<sup>13</sup> Este termo é analisado por Musumeci (1988).



camponeses de Bom Jesus<sup>14</sup>, onde percebeu que não se trata de uma história de neutralidade, fria e impessoal.

A análise sobre São Manoel indica a existência de diversos aspectos que devem ser melhor esclarecidos, demandando aprofundamento teórico. Esses aspectos observados empiricamente indicam a existência de práticas sociais particulares. Estas particularidades se devem ao fato de que “os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico, movendo-se continuamente entre dois polos em busca de uma solução para seu dilema fundamental” (WOLF, 1976, p. 34). O que Wolf, assinala é que os camponeses vivem buscando balancear as exigências do mundo exterior em relação às necessidades de seus familiares como maneira de assegurar à sua sobrevivência, principal dilema.

Este caráter dinâmico das sociedades camponesas faz com se esteja diante de um quadro social em um contínuo processo de mudança, no sentido de encontrar melhores meios para a sobrevivência das famílias. Em São Manoel, observou-se um dado interessante quanto a esta dinamicidade, quando comparada às centenas de povoados que sucumbiram ao assédio dos fazendeiros.

O grupo de famílias camponesas quando se viu em condições de impossibilidade de acesso à terra e aos babaçuais e o conseqüente impedimento a estes recursos usaram o mutirão como estratégia de luta. De certo modo, a luta travada em regime de cooperação mostrou como os camponeses procuraram balancear os dois polos apontados por Wolf. Ao agirem em mutirão este grupo de famílias demonstrou que, mesmo se tratando da sobrevivência enquanto unidade de produção individual, o mutirão foi meio estratégico tanto para se defenderem individualmente como na defesa coletiva. Neste caso, a pluralidade de famílias envolvidas no movimento de luta apontava para existência de problemas comuns que punham em riscos a sobrevivência delas em seus territórios.

Nesta construção do campesinato em São Manoel, uma das coisas que está evidente é que não se trata de camponeses isolados em ações individuais, ou “como batatas num saco formam um saco de batatas” (MARX, apud, Wolf, 1976, p. 126), nem tão pouco se mostraram inábeis para manterem-se organizados após a “ação conjunta” conforme assinalava o próprio Wolf ao se referir à forma como as personalidades políticas modernas viam os camponeses.

---

<sup>14</sup> Comunidade camponesa formada por descendentes de ex-escravos. Os camponeses de Bom Jesus, traz como elemento social passado a história de escravidão e servidão. Tanto geograficamente quanto socialmente observa-se que há semelhanças entre a história dos camponeses de São Manoel (Lago do Junco) e os de Bom Jesus (Lima Campos).

Como será visto no capítulo 6, esta ação cooperada dos camponeses, designadas por eles como mutirão, não se limitou a um evento temporário e casual. Por isso, compreendeu-se esta ação como prática refletida a partir da realidade de opressão em que viviam. Com a formação da coalização entre as famílias para alcançar objetivos comuns, estes camponeses passaram a ser visibilizados, através da formação de novos atores e seus movimentos sociais, conforme assinalado por Almeida (2008a). Neste caso, o mutirão visto como uma ação de coalização entre as famílias camponesas teve significativas contribuições para o campesinato do Médio Mearim. Este fenômeno social possibilitou ao grupo e às outras comunidades participantes obterem resultados positivos na luta contra o sistema de exploração do patronato local. Essa análise será feita no próximo capítulo.

A formação do campesinato em São Manoel ilustra a formação de um campesinato que se estendeu a outras localidades do Médio Mearim. As influências na formação deste campesinato levavam em conta a migração dos nordestinos de outros estados para o Maranhão. Além disso, o governo Vargas reforçava a ideia da corrida para o oeste. Com a criação do programa “Rumo ao Oeste”, a ideia de Vargas era construir a nacionalidade visando integrar as culturas, sob o discurso de um estado único (VELHO, 1979).

O silêncio de um entrevistado quando narra a sua história de vida, o olhar de angústia ao descrever sobre as dificuldades enfrentadas no decorrer deste processo de formação do campesinato reflete os antagonismos vividos pelos camponeses no decurso de sua luta pela sobrevivência. A partir de suas histórias de vida ficou evidente a situação social de dificuldades que eles enfrentaram. Os depoimentos a seguir ilustram essas dificuldades.

*“Nossa história traz muito sofrimento, fome, história de separação, morte, separação dos pais. A gente trabalhava de meia quebrando coco para o dono da terra. Sofremos ameaça com revólver!” (Francisca Rodrigues dos Reis, 55 anos, entrevistada em julho de 2012).*

*“Quando a gente juntou aqui, aqui tudo era capim, a gente foi pedir uma terra pra trabalhar pro proprietário, aí ele disse que não tinha terra pra dar para ninguém trabalhar. A gente comê [como é] que vai fazer, é o jeito trabalhar aqui mesmo que mora todo mundo é aqui, aí começamos a fazer leira bem aqui de traz do aviamento, aí nós fizemos uma linha de leira, não tinha gado nesse tempo, aí quando ele viu botou o gado pra comer o feijão, aí a gente já disse pra ele que não queria mais nem era só botar o lastro, já queria mesmo era um pedaço da terra” (Raimundo Vieira Lima – Mundeiro –, 57 anos, entrevistado em agosto de 2012).*

Na história de vida dos camponeses de São Manoel, verificou-se uma história de luta e resistência camponesa, pois “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (WANDERLEY, 1996, p. 10). O que era exposto, a partir das entrevistas realizadas com os camponeses, geralmente, retratava sobre as dificuldades que se impunham a todas as famílias. Esse aspecto comum constituiu-se como um dos motivos pelos quais os camponeses fortaleceram os vínculos de solidariedade e reciprocidade.

Segundo Kropotkin (2009), onde a luta pela vida é mais dura, os *laços tribais* são mais fortes. Embora a análise de Kropotkin faça referência a laços tribais, entende-se que, apesar do estranhamento causado pelo termo tribal, a contribuição do autor é no sentido de compreender o significado destes laços que unem certos grupos sociais em torno de objetivos comuns. No caso da prática do mutirão em São Manoel observou-se que estes laços são dotados de um significado político, consciente e intencional. Não se trata de uma união casual, mas de uma luta conjunta para solucionar os problemas comuns enfrentados pelas famílias camponesas. Ressalta-se que este laço não necessariamente seja peculiar às tribos primitivas, mas uma ação que é característica da natureza humana solidariedade, de modo que são reforçadas em situações de hostilidade (ALCÂNTARA, 2010).

Todos esses aspectos implicaram numa análise mais rigorosa desta história específica, e contribuiu para uma compreensão do campesinato no decorrer da história agrária do país. Observou-se que esta história do campesinato *livre* de São Manoel predominou na lógica dos camponeses até o fim da década de 50. Entretanto, como se constatou, esta lógica camponesa fora confrontada, a partir da década de 60, pela lógica capitalista. De acordo com Musumeci (1988) esse confronto entre camponeses e fazendeiros marca a oposição entre as lógicas de apropriação e uso sobre a terra. Em São Manoel, este confronto entre as lógicas camponesa e capitalista fizeram emergir os conflitos sociais e a disputa pelo território, conforme exposto anteriormente.

Esse foi um dos motivos pelos quais se procurou compreender esse campesinato local a partir das vivências dos camponeses. Acreditou-se que, dessa forma, ao tomar como base a versão dos que viveram ativamente a luta, pode se evitar uma interpretação por um olhar exterior, hegemônico e dominante que, segundo Almeida (2008b), tem prevalecido nas interpretações sobre a Amazônia.

Então, no caso da concepção dos camponeses de São Manoel de *terra livre*, como se observou, esta referência foi usada pelos camponeses tendo como base a noção de liberdade em relação ao jugo do patrão. Neste caso, entendeu-se que a busca pela liberdade e autonomia

justificava o deslocamento estudado por Velho (1979). Para os camponeses, a justificativa sobre a existência de *terra livre* explicava tanto a saída dos seus lugares de origem quanto a busca por novos territórios onde a pressão por terras fosse menor. Isto por sua vez, demandou uma compreensão de liberdade que leva em conta a não sujeição ao patrão, conforme se observou na fala do entrevistado Raimundo Hermino Neto logo no início deste capítulo.

Neste sentido, o termo *livre*, usado por eles, refere-se ao sentido de liberdade não somente do indivíduo, mas de todo um grupo que se vê em situações semelhantes. No fundo, o que se observou, segundo as explicações dos entrevistados, é que a liberdade significava na concepção dos camponeses a fuga do regime de exploração e servidão. Desta forma, o que movia estes camponeses era a ideia de encontrar um lugar onde pudessem produzir sem ter que viver explorados.

As condições de vida dos camponeses, sua relação com a terra não foi levada em conta pela lógica do sistema dominante. Assim, à medida que os fazendeiros cercavam as terras, transformando-as em propriedades privadas sem levar em conta esta ocupação tradicional e as formas de uso por parte dos camponeses, demonstravam nesta ação, que a expansão do capital e do desenvolvimento não cabia as condições de atraso que supostamente viviam os camponeses de São Manoel.

De acordo com Almeida (2008b), esta racionalidade com que autoridades interpretam a Amazônia, partindo de um olhar hegemônico, não consegue abarcar as múltiplas formas sociais aqui existentes. Segundo o autor, pior que isso, é que os conflitos e problemas existentes, são decorrentes desta interpretação dominante. Essa interpretação feita a partir de uma abordagem econômica dominante está inserida dentro de “um movimento contraditório do desenvolvimento do capitalismo” (OLIVEIRA, 2001, p. 185). Conforme se constatou, foi a partir desta forma de interpretação dominante e da implantação de um sistema econômico centrado no capital que se instauraram as relações de conflito entre camponeses e fazendeiros no Vale do Mearim a partir da década de 60.

As histórias de vida dos camponeses foram revelando também como foi sendo construída a relação com os outros camponeses e o território ocupado. À medida que eles expunham sobre esta relação surgiram dados que permitiram elaborar teoricamente a questão do campesinato em São Manoel. Suas concepções de “terra liberta”, “terra de mundo”, “terra sem dono”, eram maneiras pelas quais eles concebiam a terra. No entanto, essas explicações locais foram afrontadas com a chegada da lógica capitalista na década de 60. Isso fez com que essa concepção sobre a terra como um bem comum fosse desafiado.

De acordo com Velho (1979) e Musumeci (1988), observou-se que esta transformação na concepção dos camponeses era decorrente do próprio encontro na *fronteira* das lógicas camponesas e capitalista. Segundo Velho, a *fronteira* pressupõe a existência de “terras livres”, como um lugar que oferece oportunidades, local de exploração destes recursos, principalmente, ouro, madeira e terra. Desta forma, tanto os camponeses quanto os capitalistas se deslocaram para estas áreas tidas como “livres”.

Neste caso, esta *fronteira*, de acordo com Velho (1979, p. 14), apresentava a possibilidade da existência de “terras livres”, sendo assim, utilizada tanto pelos camponeses em “fuga” que buscavam terras para trabalharem, quanto pelo próprio capital que buscava novas oportunidades de exploração destes recursos. Nestas condições, ocorria uma dualidade de concepção sobre o uso e a posse da terra, isto é, o confronto entre terra de trabalho na visão dos camponeses e terra de negócio para o capital (MUSUMECI, 1988; HÉBETTE, 2000).

De acordo com Musumeci (1988, p. 30), para os camponeses a terra pode ser apropriada de uma forma não mercantilizada, pois os “camponeses-posseiros” entendem que a terra faz parte das condições que eles precisam para sobreviver. Assim, a terra é um elemento do trabalho e não agrega valor em si mesma, a não ser o valor do trabalho, utilizado para que a terra possa produzir.

Desta maneira, os camponeses ao se apropriarem das terras livres visavam garantir sua reprodução social. Por isso, a terra passa a ser instrumento de trabalho e de mediação entre o trabalho do camponês e sua sobrevivência. O acesso à terra, para os camponeses de São Manoel, significava entre outras coisas, a sua autonomia e a liberdade em relação ao jugo do patrão, da opressão e da exploração do seu trabalho.

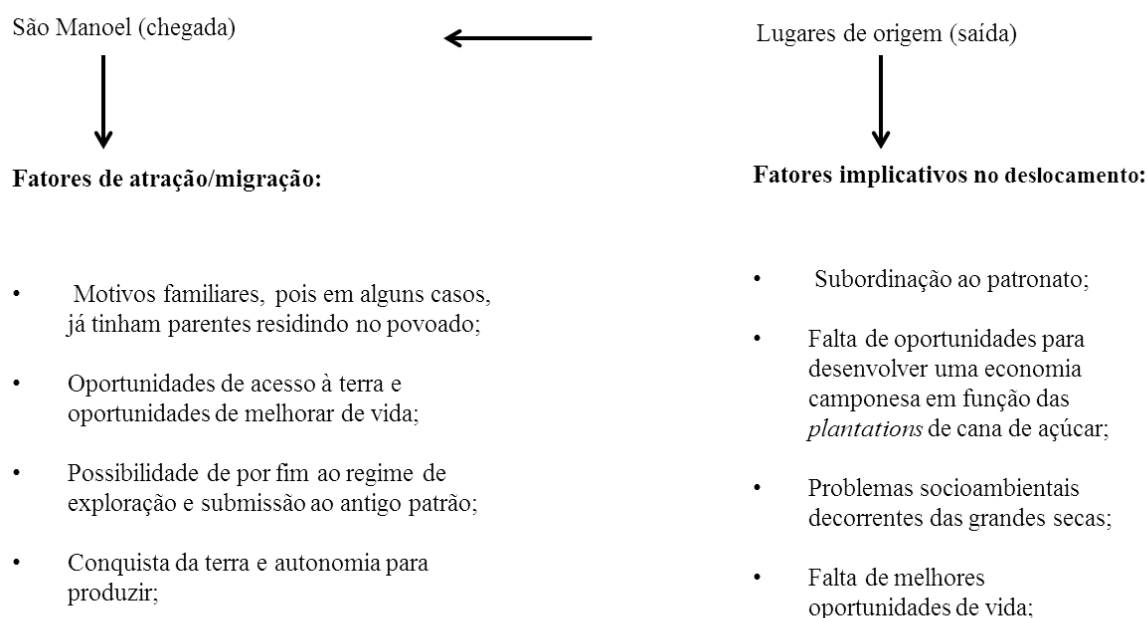
Como se evidenciou no decorrer da convivência com os camponeses de São Manoel, estava muito presente nas histórias de vida dos entrevistados a ideia de buscar novas oportunidades para construir a vida noutra lugar. As lembranças que reportam a um passado de sofrimento permanecem nas memórias das famílias. Esta situação social de sofrimento e dificuldades influenciou tanto na saída destes camponeses de onde moravam quanto marcou os primeiros anos da chegada a São Manoel.

Os camponeses trazem em suas trajetórias de vida os reflexos das questões ambientais como as fortes secas que ocorreram no Estado do Ceará, na década de 30 e 50. Essa busca por novas oportunidades de vida era vista como uma tentativa de escapar das formas de exploração do trabalho pelo patrão nordestino. O pagamento de renda e a vida miserável que

levavam, foram fatores decisivos para que muitos camponeses se deslocassem em busca de “*faturar*<sup>15</sup>” a vida no Estado do Maranhão.

A trajetória de vida destas famílias aponta para alguns fatores que repercutiram tanto na impulsão do deslocamento de seus lugares de origem quanto na atração dos novos lugares que foram ocupados. A síntese destes fatores pode ser visualizada conforme o quadro abaixo, (Quadro 1).

Quadro 1 – Fatores socioambientais que repercutiram no deslocamento de famílias de estados do Nordeste para o povoado de São Manoel



Fonte: Sousa, E. R. Pesquisa de Campo 2011/2012.

Os problemas enfrentados em seus lugares de origens e as possibilidades de ter acesso a novas oportunidades de vida noutros territórios constituiu como pontos centrais desse deslocamento populacional. Estas famílias marchavam em direção do por do sol acreditando na existência de terras livres e férteis, para, assim, poder fugir tanto da exploração e dos domínios do patrão quanto da escassez e da vida miserável.

Uma das explicações usada pelos camponeses para se referir a terra como recurso liberto leva em conta o princípio de trabalho livre. Neste caso, na concepção dos

<sup>15</sup> Termo utilizado por Raimundo Hermino Neto, expressando a ideia que os moviam na busca por novas oportunidades e novas áreas, numa tentativa de levar algumas vantagens que não tinham em seus lugares de origem. Assinalou o entrevistado que devido a situação de dificuldade enfrentada no Ceará, em função da seca, da pobreza e viverem trabalhando nas terras de patrão, pagando renda muito alta sem condições de vida, então a sua família decidiu vir *faturar* a vida aqui no Maranhão porque era dito que era uma terra boa, terra fértil de muitas matas, muita água, muita caça, e terra “sem dono”, esses foram os motivos (Raimundo Hermino, agosto de 2012).

entrevistados, o trabalho livre estava referindo-se à sua autonomia no gerenciamento da terra apossada, sem ter que pagar renda e poder produzir o que quiser. De posse de uma “terra livre” o trabalho haveria de ser da mesma forma. O trabalho livre tinha a ver com o que seria produzido pela unidade de produção familiar a fim de suprir as necessidades de consumo da unidade familiar.

A partir de Chayanov (1981), constatou-se que os camponeses estudados, trabalhando de forma livre, poderiam manter o equilíbrio entre a penosidade do trabalho gasto na produção e a satisfação de suas necessidades de consumo. Era o contrário ao que faziam quando eram explorados pelo patrão, pois nestas circunstâncias era elevada a autoexploração do trabalho porque, além de produzir para satisfazer suas próprias necessidades de consumo, tinham que pagar renda pelo uso da terra ao patrão.

Cabe ressaltar que a permanência dos camponeses em lugares de origem significava uma maior penosidade, pois continuariam vivendo em situação de exploração. Neste caso, a busca por terra livre e a sua posse, conforme se evidenciou, trouxe aos camponeses de São Manoel, além do controle dos meios de produção, a sua autonomia que ficou estabelecida até fins da década de 50.

O que se constatou em relação a esta autonomia do camponês que tem a posse da terra foi que ele possui, além da própria autonomia no gerenciamento do lote, a liberdade de controlar o seu trabalho subordinado apenas às condições biofísicas. Entre estas condições biofísicas apresentam como limitantes as questões climáticas, da vegetação e do solo.

Conforme constatado, a partir deste relativo controle, o camponês pode decidir ir mais cedo ou mais tarde para o trabalho na roça, ou fazer qualquer outra coisa dentro dos limites do tempo e do espaço. Esse controle sobre seus meios de produção lhe permite delimitar o que plantar, quanto plantar, onde plantar, como limpar e quando colher.

Da mesma forma, este camponês pode decidir não voltar para a roça depois do almoço, dormir à tarde quando o sol estiver quente, sair mais cedo do trabalho para jogar bola, dependendo apenas das condições climáticas e de seu próprio cultivo e não da vontade do patrão. No caso da quebradeira, ela decide quebrar coco somente três dias por semana, podendo quebrar somente à tarde, não quebrar, parar aos finais de semana pra ir às festas comunitárias e descansar segundo sua própria avaliação das necessidades da família e não dos mandos de um patrão. Acredita-se que tudo isso são formas indeléveis de se afirmar na condição de camponeses livres, sendo tudo isso, as especificidades da economia camponesa. Musumeci (1988, p. 30) assinala que,

na forma de ocupação praticada espontaneamente pelo posseiro nas *terras livres*, reflete-se, segundo alguns autores, a especificidade da “economia camponesa”, da produção baseada no trabalho familiar, orientada essencialmente para a subsistência e reprodução da família produtora, e oposta, por conseguinte, à lógica capitalista do trabalho assalariado, do lucro, da acumulação, da reprodução ampliada.

É essa busca incessante pela liberdade, de não se conter com a submissão e a exploração do trabalho, não perder a autonomia, para não se deixar serem usurpadas suas forças pelo sistema capitalista, que faz do campesinato um modo de organização social, um modelo de vida distinto. Mesmo que a economia camponesa conviva no interior deste sistema de acumulação, constatou-se que em São Manoel, os camponeses não se deixam ser dominados e procuram criar meios de estarem se autogerindo.

Assinala-se, diante disso, que a posse da terra foi fundamental para a construção da autonomia camponesa. A posse da terra garante ao camponês a condição de, por sua força de trabalho, produzir tanto para seu autoconsumo quanto para vender os excedentes quando houver. Sem a terra, o camponês passa a viver em condição de exploração. Isto significa dizer que “a terra é um instrumento de trabalho, pois sem o trabalho ela não oferecerá seus frutos, não alimentará a sociedade” (MARTINS, 1995, p. 138).

Como vários entrevistados colocaram, a principal preocupação deles em relação à terra era ter lugar que pudessem fazer uso. Inicialmente, a concepção utilizada pelos camponeses sobre a ocupação espontânea das terras consideradas livres, dispensava o registro formal da propriedade. Desta forma, o valor jurídico atribuído sobre a posse da terra para os camponeses estava alicerçada pelas regras específicas de uso. De acordo com Martins (1995), a propriedade da terra passa a vigorar a partir da Lei de Terras de 1850<sup>16</sup>. Esta Lei regulamentava juridicamente a forma de se apossar a terra. No caso do Maranhão, esta regulamentação se deu através de uma legislação própria por meio da Lei nº 2979/1969 conforme visto anteriormente. No entanto, para os camponeses havia outra lógica em relação à propriedade, pois a terra era concebida como um bem divino, portanto, para todos. Porém, quando estas mesmas terras começaram a ser negociadas e concedidas instituindo uma relação mercantil sobre elas, garantidas por um direito jurídico, os camponeses foram destituídos de sua forma tradicional de ocupação e produção.

Constatou-se a partir de São Manoel que a concepção de “terra de todo mundo”, era uma concepção pela qual os camponeses viam a terra como um bem comum. O fato

---

<sup>16</sup>A Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850, em seu Artigo 1º, define que as aquisições de terra devolutas não pode ter outro meio de acesso que não seja o título de compra.



predominante era que cabia a cada família camponesa botar trabalho numa determinada área, isso ia se constituindo como fator para a “demarcação” da posse por uma família. A chegada dos camponeses em São Manoel trazia como característica a forma de *assituamento*. Este *assituamento* ocorria em função de uma, duas ou três famílias irem ocupando uma área e gradativamente este núcleo situado se expandia por meio dos laços principalmente de parentesco, compadrio ou através das imigrações e casamentos. Vários povoados tem sua formação a partir destes núcleos. Em alguns casos, esses povoados são designados como centro<sup>17</sup>. No povoado de São Manoel e outros povoados próximos esta forma de ocupação permaneceu com poucas alterações até fins da década de 50 do século XX.

A vida social nestes centros girava basicamente em função do trabalho nas roças voltadas para uma economia familiar de subsistência e festividades familiares<sup>18</sup>. Em relação à forma de expansão do povoado, acredita-se que a situação descrita a seguir ilustra esse processo. De acordo com a senhora Zélia, sua vinda para São Manoel se deve ao fator familiar.

*“Eu mesmo não tinha não [parentes], o home [referindo ao esposo] era quem tinha dois primos que morava aqui. Eu chorava pra não vir pra cá, né. Que eu não queria vir porque o povo disse que aqui no Maranhão era ruim, só tinha era feiticheiro, eu tinha medo, né. Aí eu disse, eu não vou pro Maranhão não, mas o Antônio disse: nós vamos! Aí eu fui pedi ela [a mãe] pra mim ficar mais ela. Ela disse: não, cê tem que acompanhar seu marido, cê num casou com ele, você tem que acompanhar ele. Se ele entrá dentro do fogo, você tem que entrar também, então fui obrigada vim” (Zélia Maria dos Anjos, 84 anos, entrevistada em agosto de 2012).*

Esta condição<sup>19</sup> que motivara a vinda da senhora Zélia Maria dos Anjos é traço característico do campesinato de São Manoel, haja visto que muitas outras famílias vieram em condições semelhantes. Como foi dito anteriormente, os dados presentes nas histórias de vidas

<sup>17</sup> Centro, na linguagem local, refere-se a um povoado cuja formação vem desde o período em que se fez a ocupação de uma área e que recebe o nome ou sobrenome do seu fundador, atribuído em homenagem a santo ou à uma referência coletiva. Esta ocorrência se deve à forma de ocupação espontânea que ocorreu em décadas passadas. Como exemplo, temos Centro do Aguiar, Centrinho do Acrísio, Centro dos Custódios, Centro do Toim, Centro dos Alípios, Centro dos Cabaceiras. O mesmo termo é utilizado pelos camponeses para se referir à sua área de trabalho que, geralmente fica distante do povoado. Assim, quando alguém diz que “eu vou lá no centro”, está dizendo que vai à roça ou ao lote.

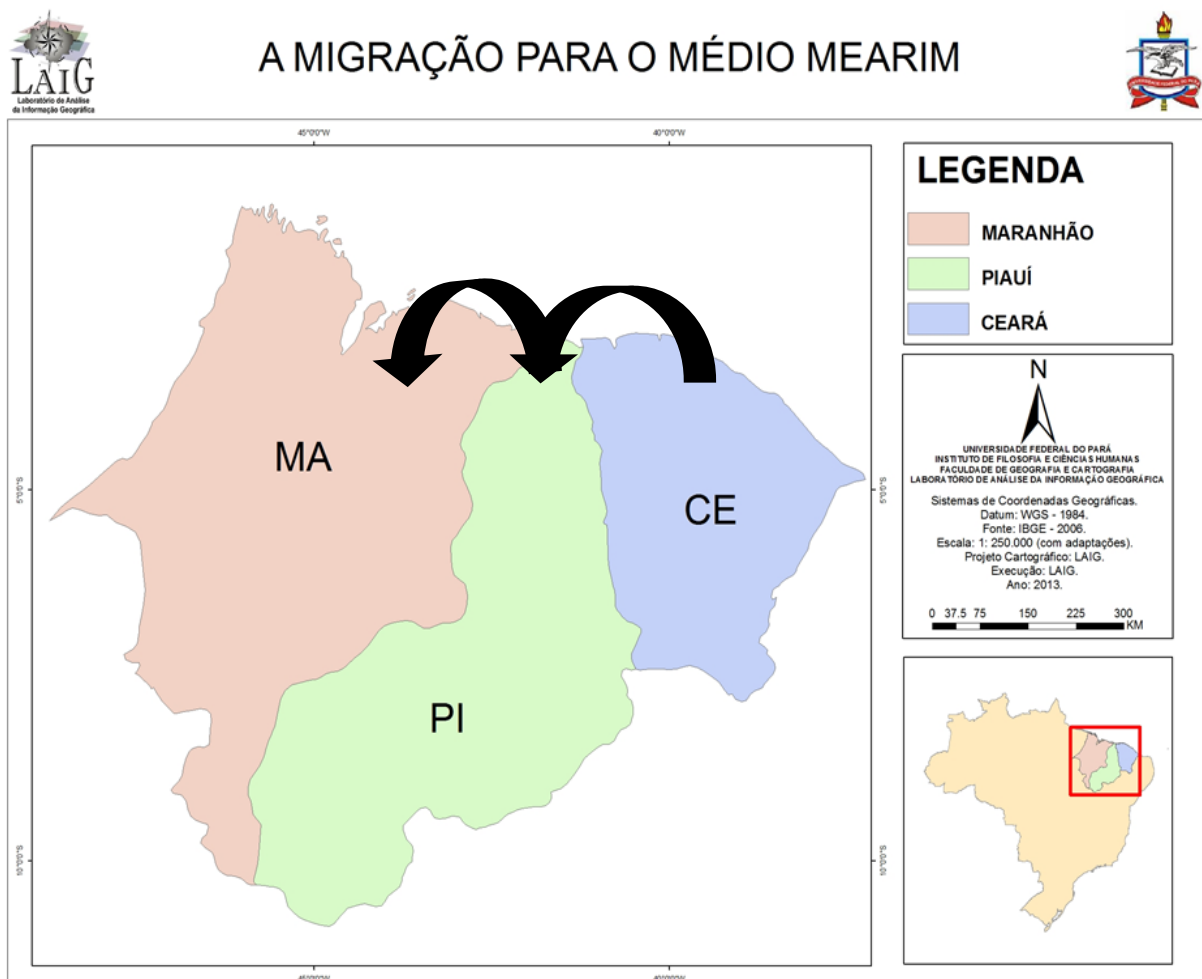
<sup>18</sup> De acordo com Luzia Vital (79 anos, São Manoel, entrevistada em setembro de 2011), as festas aconteciam à noite. No início, usava lamparina para iluminar o salão, depois é que veio o uso do lampião. Era um período referido como bom, tinha alegria. A bebida era a chamada “cachaça da terra”.

<sup>19</sup> A condição que motivou a vinda da entrevistada está relacionada diretamente ao papel da mulher naquele momento, pois a mesma encontrava-se subordinada ao esposo, fato este que implicava na sua submissão à decisão dele.

das famílias que foram estudadas permitiu uma compreensão do campesinato local. Entendeu-se que estes aspectos foram os principais apontados em campo. Um dos dados destacados com mais ênfase foi à noção de “terras livres”. Esta concepção de terra livre constituiu como um dos elementos presentes na questão da imigração para o Oeste (MARTINS, 1995).

A imigração das famílias estudadas tem como ponto de referência em relação à saída o Estado do Ceará, passando pelo Estado do Piauí até a chegada no Médio Mearim. Este processo de deslocamento está ilustrado no Mapa (3).

Mapa 3 – Sentido do processo de deslocamento dos camponeses que se dirigiram para a região do Médio Mearim



Fonte: Sousa, E. R. maio de 2013. Com adaptações.

Estabelecer o Estado do Ceará como ponto de partida para situar o deslocamento destas famílias é meramente ilustrativo, haja visto que esse processo migratório de fuga dos camponeses livres ou de escravos ocorre desde os tempos coloniais. As famílias pesquisadas geralmente fazem referência ao Estado do Ceará como o lugar de origem enquanto o Estado do Piauí é apenas mencionado como um lugar transitório do deslocamento. Por outro lado, reconhece-se que essa imigração ocorreu para outros estados da região Norte, principalmente o Estado do Pará.

#### 4.1 POSSE E USOS DA TERRA

##### 4.1.1 Acesso a terra

Conforme descrito anteriormente, as formas de acesso à terra em São Manoel vem se alterando. Até 1960, predominou a concepção de terra como um bem comum entre os camponeses, onde os limites eram estabelecidos pelo critério de uso e ocupação. Entre 1960 e 1986, a terra esteve sob domínio de fazendeiros. Entre 1986 e 1991, ocorreu período de disputa e conflito. Depois de 1991, os camponeses garantiram a posse definitiva, desta vez obtiveram o acesso como área de assentamento promovido pelo ITERMA.

Nem todos os camponeses do povoado de São Manoel participaram diretamente do mutirão de luta pela terra. Alguns participantes deste mutirão tinham parentes no povoado como foi o caso de algumas famílias como a dos Vital, dos Soares, dos Hermino. Quanto aos que não participaram é que alguns já possuíam pequenas propriedades nas proximidades do povoado, em áreas que haviam sido compradas ou então porque “não queria bater de frente com o fazendeiro” (Raimundo Hermino Neto, agosto de 2012). Desta forma, manteve-se o foco do estudo nos camponeses que participaram ativamente da luta.

Neste sentido, se faz oportuno esclarecer que o acesso a terra, pelos camponeses de São Manoel, não ocorreu de forma igual. Conforme se observou durante os dias da pesquisa são várias as maneiras dos camponeses se apossarem da terra. Entre as maneiras que este estudo teve acesso e puderam ser observadas destacam-se os acessos por meio de: 1) inicialmente ocorreram as ocupações das terras livres, áreas devolutas; 2) através de doações de terra que ocorreram há muitas décadas atrás; 3) compra<sup>20</sup>; 4) aluguel; 5) assentamento e 6)

---

<sup>20</sup> No período da pesquisa, a venda de terras nas proximidades ocorria a preços que variavam entre R\$ 2.000,00 a 3.000,00 por ha, mas isso dependendo das benfeitorias existentes e a localização. Geralmente os melhores preços são atribuídos às áreas que correspondem às pastagens (soltas).

partilha, que geralmente ocorre quando os membros da família tem direito a herança<sup>21</sup>. O grupo estudado teve acesso a uma posse de terra através de assentamento promovido pelo Estado do Maranhão em uma área de uso comum de 442 ha dividida entre as 31 famílias participantes diretamente do mutirão de disputa pela terra e os babaquais.

#### 4.1.2 Posse da terra

Conforme se constatou, os camponeses vieram ao longo dos anos transformando as suas formas de se apossar da terra. Em São Manoel, desde o início da ocupação das terras livres até os dias desta pesquisa foram observadas as seguintes peculiaridades: primeiro, a posse era com base nos critérios de ocupação e uso, nesta situação os camponeses viam a terra como um bem a ser utilizado por todos. Segundo, com a posse da terra nas mãos de fazendeiros a relação camponesa com a terra passou a ser através de contratos de arrendamento, geralmente estabelecido de forma verbal com pagamento de renda, em alguns casos a terra era cedida em troca da formação de pastagens ou cedida em troca de outros favores. Então, nestas condições os camponeses para poderem cultivar suas roças precisavam ter a anuência do fazendeiro para uso sem pagamento, mas geralmente por curto prazo. Terceiro, os camponeses adquiriram o direito de permanecer no território que ocupavam antes do fazendeiro, desta vez em sistema de assentamento pelo Estado.

No sistema de assentamento e terra pertencente ao Estado foi inaugurada uma nova forma de acesso a terra, isto é, passa a vigorar o sistema jurídico do Estado que concede o direito aos camponeses para ocupar o território. Neste último período, a posse da terra esteve dividida em dois momentos. O primeiro momento foi quando os camponeses utilizavam a área ocupada no assentamento como um bem de uso comum do grupo. O segundo momento, foi quando esta área foi dividida e entregue a cada família em forma de lotes individuais, sendo que a primeira divisão ocorreu em 2001 quando 13 famílias reivindicaram a posse do lote por problemas internos do grupo. E por último, em 2011, o segundo grupo composto por 18 famílias realizou também a divisão do restante da área de uso comum e cada família se apropriou do seu lote. Portanto, até o fechamento dos dados desta pesquisa, em 2012, a situação se encontrou desta forma.

Estas transformações, de certo modo, estão refletidas no que Shanin (2005) assinala em relação à dinamicidade da organização social e econômica dos camponeses. Para o autor,

---

<sup>21</sup> Devido a fragmentação das propriedades a partir das partilhas de herança, estas vêm diminuindo de tamanho. Por isso é comum a compra de terra em pequenas quantidades. Durante a pesquisa foi relatado sobre a venda de partes de terra equivalentes a um ha.

eles devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva dinâmica, pois entende o autor que estas organizações camponesas não são amorfas nem estáticas, de modo que estas organizações se **movem continuamente no processo histórico, transformando-se e criando novas realidades** [grifo do autor]. À medida que ocorreram transformações nas formas de se apossar da terra, constatou-se que essas transformações implicaram não só na relação dos camponeses com a terra, mas repercutiu nas próprias relações sociais locais. Quando a terra esteve nas mãos dos fazendeiros, principalmente nos últimos anos, onde se acirrou o conflito, os camponeses reagiram em conjunto, prestando mais apoio uns aos outros, como foi o caso do mutirão, embora isto tenha levado algum tempo para acontecer, como foi assinalado no capítulo 3.

Entre as transformações ocorridas nas relações sociais em São Manoel, constataram-se as mudanças nas relações entre os próprios camponeses. Evidenciou-se que, quando a terra era um bem de uso comum, o grupo de 31 famílias, incluindo-se todos os membros, trabalhavam em cooperação no preparo, plantio, zelo e colheita das roças, além das limpezas de pastagens e açudes existentes nesta área e pequenos reparos nas estradas que interligam um povoado a outro. À medida que a relação com a terra, enquanto bem de uso comum, foi sendo substituída por uma relação mais individual, onde os camponeses passaram, literalmente, a cuidar do seu próprio lote, essas práticas de cooperação foram diminuindo em relação às atividades do campo agrícola e passando a existir noutros espaços de uso comum. Entre estes espaços de uso comum constatado estão a cooperativa, associação, igreja e escolas famílias agrícolas. Essas novas práticas serão detalhadas no capítulo 6.

Durante o período que predominou a terra enquanto bem de uso comum os camponeses do grupo exerciam atividades em regime de cooperação mútua. Segundo os entrevistados, as roças eram feitas pelo grupo e ficavam juntas numa mesma área. Conforme explicou Antônio de Jesus, “é o seguinte, de primeiro a gente trabalhava tudo junto mesmo, porque não tinha como a gente trabalhar dividido né, porque tinha que ser agrupado mesmo” (Antônio de Jesus [Zeca], 40 anos, entrevistado em agosto de 2012). Uma explicação sobre os motivos de todos trabalharem juntos se deve ao momento pós-conflito, pois temia uma possível reação armada do fazendeiro, o que não veio a ocorrer.

Diante disso, compreendeu-se que as atividades realizadas em cooperação, segundo Raimundo Vital, produziram bons resultados. No entanto, assinalou que esta relação vem sofrendo transformações. Raimundo Vital fez a seguinte observação,

*“houve uma de luta que se teve e de uma prática que foi implantada e que a gente costumou com essa forma. Pra nós assim, a gente vê assim muito por esse lado, é a melhor forma assim, que existe de desenvolvimento pra uma comunidade é na parte da união porque se não unir não lutar pelos objetivos né, pelo o que a gente quer desenvolvimento, a gente não consegue só individual. E aqui agora né, de 85 até agora [2011] eu fiquei muito triste com essa divisão que teve né, dos lotes porque nós conseguimos trabalhar na propriedade em comum e aqui sempre nós faziam assim, nós se juntávamos e todos anos nós botava nossas roças. As roças eram tudo num corpo só [numa mesma área], claro que era individual as roças, mas era tudo num lugar só e aí, ali no dia do fogo todo mundo faziam acero, todo mundo na hora do fogo tava, né com bomba d’água, com as bassouras para barrer o acero, todo mundo tava ali pronto para combater o fogo na hora que ele, se o fogo passasse, por exemplo, dum acero lá para outro local, a gente ia lá e apagava logo. E agora né, eu tou muito preocupado com essa questão da divisão dos lotes porque eu não sei se cada um vai fazer no seu lote assim né, mais né, ainda continua né, essa questão ainda ficou. Ainda esta parte da associação que continua em comum e a gente continua também os trabalhos de mutirão, mas eu tou muito preocupante, muito preocupado com esta questão da preservação né, e desta questão, da ideia mesmo de continuar com o mutirão porque para mim é a forma mais viável que tem é você fazer um trabalho em comum” (Raimundo Vital dos Santos, 54 anos, entrevistado em julho de 2011).*

O que o entrevistado assinala sobre a mobilidade da prática de mutirão é interessante porque, esta prática como qualquer outra, encontra-se sujeita a se transformar no decurso da própria história dos camponeses. De certo modo, ficou evidente que a maior inserção dos camponeses numa economia mercantil e a conseqüente elevação das condições de renda familiar produzem efeitos sobre suas ações cotidianas. Neste sentido, o entendimento sobre as transformações assinaladas por Raimundo Vital a respeito do mutirão, do trabalho unido e cooperado é uma ação local que sofre influências de um modelo econômico maior, embora eles continuem a realizar determinadas ações pautadas nesta prática.

Entretanto, percebe-se de acordo com Martins (2009), que o avanço do capital sobre o campesinato traz, entre outras coisas, a desarticulação dos modos de organização dos camponeses, a violência sobre eles, a repressão armada e conivente, assassinatos, expulsões de casas e das terras, destruição de casas e povoados. Então, esses aspectos inerentes deste modelo dominante fazem com que determinadas respostas sejam dadas em função das circunstâncias socioeconômicas vivenciadas pelas famílias camponesas. Como se constatou,

em São Manoel, isto não foi diferente, conforme trechos de depoimentos de alguns entrevistados, que ilustram esta relação entre camponeses, capital e o Estado.

*“Esse Raimundo Peão [espécie de gerente a serviço do fazendeiro] comprava [os cocos] em um comércio que o fazendeiro surtia para ele e aí ele que estabelecia o preço da amêndoa do babaçu né, e o preço da mercadoria, quer dizer que a gente era como um escravo, trabalhava a vida inteira e nunca que acabava de pagar a conta aí” (Raimundo Vital, 54 anos, entrevistado em julho de 2012).*

*“(...) quando veio as luta que chegou a polícia para derrubar as casas e os bandidos (...) aí foi o momento que foi derrubado as casas tudo, foi derrubado pela polícia né, quer dizer os policiais moraram no colégio quando vieram derrubar o povoado o colégio foi nós que fizemos através de mutirão pra comunidade e a polícia veio né, e derrubou todas as casas e se arrancharam e fizeram do colégio nosso que nós construímos a morada deles, os policial ficaram dentro deste colégio que nós tinha feito, policial e bandido (..) ficaram lá, isso em agosto, de 6 pra 7 de agosto começou, quando eles saíram foi em março de 87” (José Soares Sobrinho (Antonino), 63 anos, entrevistado em agosto de 2012).*

A situação vivida pelos camponeses de São Manoel, quanto a questão da expropriação das suas terras ocupadas, pode ser ilustrada conforme relato de Marx sobre semelhante processo ocorrido na Inglaterra, no início do Século XIX.

Mas, a todo senhor toda honra. A iniciativa mais mongólica provém da Duquesa de Sutherland. Esta mulher, amparada por boas mãos, logo que assumiu as rédeas da administração resolveu apelar para os grandes meios e transformar em campos de pastagens todo o condado, cuja população, graças à experiência análoga, apesar de feitas em pequena escala, se encontrava reduzida a quinze mil almas. Desde 1814 a 1820, estas 15 mil pessoas, formando aproximadamente três mil famílias, foram sistematicamente expulsas. As aldeias foram destruídas e queimadas e seus campos transformados em campos de pastagens. Os soldados ingleses, enviados para prestar ajuda tiveram que pelejar com os indígenas. Uma velha mulher, que se negava a abandonar a choça, pereceu entre as chamas. Assim foi como a nobre dama se apropriou de 794000 acres<sup>22</sup> de terras que pertenciam ao clã (tribo) desde tempos imemoriais (MARX, 2004, p. 39-40).

Nesta observação entre o processo de expropriação das terras ocupadas pelos camponeses de São Manoel e a situação descrita por Marx , apesar do distanciamento histórico e geográfico entre as duas situações, foram verificadas semelhanças entre elas.

<sup>22</sup> 1 acre equivale a 4046 m<sup>2</sup> ou 0,4046 ha. Ao todo a área desapropriada pela rainha corresponde a aproximadamente 321.321,7 ha.

Nestas duas situações, tanto a versão dos camponeses quanto o relato de Marx, são ilustrativas no sentido de permitir uma compreensão sobre a expansão do capital e a forma como este se apropriou das terras ocupadas pelos camponeses ao longo da história. Em ambas as realidades, o que está por detrás desta expropriação é um novo modelo de desenvolvimento econômico cujos interesses se voltaram sobre o campo tendo em vista o próprio acúmulo do capital através da ampliação territorial. A partir desse avanço da economia capitalista a terra se tornava mercadoria que devia estar integrada à economia, sofrendo neste modelo uma exploração sobre todo o seu potencial de produção.

Este modelo econômico, como se constatou, a partir de São Manoel, não levou em consideração as formas camponesas de ocupação e uso do território e dos modos de produção local. Nesta lógica de capitalização o território ocupado tradicionalmente foi incorporado nos meios de produção do capital como mercadoria. Assim, as terras ocupadas tradicionalmente, são transformadas em propriedades privadas. A permanência dos camponeses em seus territórios, nestes casos, depende da força de resistência contra o modelo capitalista e suas artimanhas. Na situação descrita por Marx, os camponeses foram dizimados e expulsos do campo. Isso também ocorreu em centenas de povoados em Lago do Junco e em todo o Estado do Maranhão, enquanto em São Manoel e noutros povoados próximos ocorreu basicamente o contrário.

Desta forma, os *acts* na Inglaterra e a Lei de Terras no Brasil e no Estado do Maranhão se constituíram como instrumentos legais que reduziram a chance dos camponeses em ter acesso à terra. A partir dessa condição, no caso dos camponeses ingleses, segundo Marx, foram obrigados a mendigar, roubar ou se submeter às mais cruéis formas de exploração. No caso do Brasil, como tem ocorrido, aconteceu um êxodo rural e um crescimento das cidades, onde os camponeses tentam encontrar novas formas de sobrevivência seja vendendo sua força de trabalho ou se transformando, em alguns casos, em trabalhadores autônomos. Mas há ainda que considerar como alternativa encontrada pelos camponeses, que tiveram suas terras expropriadas, a migração para outras regiões em busca de “terras livres”, ou a sua capitalização que fosse suficiente para adquirir um pedaço de terra e em casos mais recentes na história agrária do país, os movimentos sociais e suas formas de resistência para forçar o Estado a realizar os assentamentos rurais. No Estado do Maranhão, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de 1994 a 2012 foram assentadas 148.148 famílias (BRASIL, 2013).

A partir desta concentração fundiária e das dificuldades impostas aos camponeses na obtenção do acesso à terra e no reconhecimento de seus direitos, eles passaram a promover



várias situações de enfrentamento com os donos do capital e o Estado. A concentração e a expropriação fundiária expuseram os camponeses de São Manoel ao risco de não garantir suas formas de reprodução. Assim, a permanência das famílias camponesas, com a posse da terra e os seus modos de apropriação e uso centrado em práticas tradicionais, passaram a demandar novas estratégias.

Constatou-se que a prática do mutirão, a ser mais detalhada no capítulo 5, se constituiu como uma estratégia de luta e resistência dos camponeses para permanecerem nos territórios ocupados. As terras reconquistadas ficaram sob a tutela de uma associação dos agricultores permanecendo como área de uso comum não podendo ser transferida a outros camponeses através da venda. O dono do direito de posse pode até deixar o lote, mas não tem como negociar a venda da terra que ocupa. Porém, há que destacar que esta forma de uso da terra vem se fragilizando, à medida que as famílias optaram pela demarcação e distribuição dos lotes para cada família.

O fato desta área ocupada ser de uso comum, segundo membros do grupo, dificulta possíveis negociações relacionadas à venda. Os “donos”, neste caso, detém o direito de explorar seu lote podendo realizar outras formas de negociação como alugar, arrendar, doar por certo tempo de uso, deixar abandonada, exceto vender. Maria Lúcia dos Anjos (47 anos, trabalhadora rural e quebradeira de coco babaçu), quando questionada sobre uma possível venda do seu direito nesta área assinalou o seguinte:

*“Não. Pode não. Mais fácil ficar lá virando só mata. Ah! Se aquelas terras, se estas terras fosse uma coisa que vendesse, dos 13 que foram tirado primeiro, tô achando que hoje, se tivesse lá era uns dois. Já tinha vendido. Eu mesmo, não vou mentir, já tinha vendido! Já tinha vendido quase toda, não vou mentir. [no entanto, advertiu que] arrendar pode. Posso dar pra quem quiser botar roça. Eu posso zelar e dar aí pro pessoal botar o gado, depois me paga é assim” (Maria Lúcia dos Anjos, entrevistada em agosto de 2012).*

Esse posicionamento da entrevistada não reflete a opinião geral do grupo. Porém, quando contextualizada a fala desta trabalhadora, o que se observou foi que a falta de mão de obra disponível pela unidade de produção familiar, neste caso em particular, inviabiliza a realização de algumas atividades e até a posse do lote. Assim, segundo a entrevistada não há muito que fazer. Para os demais camponeses membros do grupo, notou-se que essa relação com a terra tem sido diferente, eles cultivam roças, formam pastagens e têm a perspectiva de produzir mais. A referência à entrevistada foi no sentido de caracterizar que mesmo numa

área de uso comum, há certas divergências entre os próprios camponeses quanto as suas formas de lidar com a terra. Sua condição de trabalhar e retirar do seu lote o sustento da família se deve em primeiro plano pela escassez da mão de obra familiar, segundo, o pagamento de mão de obra externa encareceria a produção nestas condições.

A mesma questão sobre a venda do direito do lote na área de uso comum foi colocada por Antônio de Jesus.

*“Não [podemos vender]. Porque ela [a terra] é do Estado. Foi uma coisa que a gente conseguiu pelo Estado e a gente não pode vender. [sobre o direito de uso], o direito é o seguinte: aqui nós tem essa casa aqui, tudo o que a gente quiser fazer aqui neste quintal a gente faz, lá no meu lote também. Mas só que é o seguinte, aqui é pra gente ficar, trabalhar e ir até o final da vida se disser que vai, que precisa ir embora, pois tudo o que você fez fica. Eu acho até correto. Porque é o seguinte, aqui em 1985 até 1990 por aí, aqui quase todo tempo era mesmo briga por terra. Teve lugares aí que o pessoal venderam. No Pau Santo foi vendido, e em outros lugarzinhos por aí foi vendido. Só que no Pau Santo, agora o INCRA veio, quem vendeu perdeu, quer dizer que não perdeu porque vendeu e pegou o dinheiro e gastou, agora quem comprou perdeu, porque o INCRA veio, tomou e entregou para outra pessoa. Porque é o seguinte, se a gente tivesse liberado para vender, por qualquer necessidade eu ia lá e vendia um hectare de terra, ou às vezes até pra brincar porque tem gente pra tudo né, e aí não. Trancamos [a terra] pela gente mesmo, porque pelo governo não. Porque quando ele [o Estado] vier chegar aqui já tem vendido é tudo já, mas o negócio mesmo é o grupo que segura pra não vender.”*

Como se constatou, nem todas as famílias têm a mesma concepção de uso e manejo do lote. Esta concepção está influenciada pelas condições de cada família. Ocorre uma variação nas formas de exercício do direito sobre a sua parcela no território conquistado e isto implica no modo como cada camponês utiliza e produz no seu lote. Entretanto, é predominante a noção de terra como um bem coletivo. Sobre possíveis negociações de venda de terra nesta área de uso comum, assinala-se que a venda de uma parcela está vinculada a questões internas do próprio grupo. Predominam-se dessa forma os interesses gerais sobre os particulares, ou seja, mesma que uma família não tem como produzir no lote, ela fica condicionada pelo interesse do grupo.

De acordo com Raimundo Vital, a venda de terra seria uma contradição, pois o esforço deles era para conseguir um pedaço de *chão* para produzir e não para vender. A ideia

predominante dos que lutaram pelo direito de permanecer no território que vinham ocupando é que a terra é vista como “terra de trabalho” e não como “terra de negócio”. É em função disto que o grupo adotou o critério de área de uso comum, restringindo-se, com isso, a comercialização. O impedimento de negociações relacionadas à venda de terras, como se constatou, é um meio que os camponeses têm para não cair na contradição em relação ao princípio que fundamentou a disputa pela terra.

Esta aparente contradição, entre o camponês ter direito a uma parcela individual e ao mesmo tempo não poder fazer o que quiser, restringe a autonomia do detentor e subordina-o às regras de uma organização pensada por eles. Percebeu-se que esta foi uma estratégia para manter os interesses individuais subordinados aos interesses comuns, que faz sentido quando contextualizada com a história de vida das famílias. Além do mais é preciso considerar, além da própria história dos camponeses, o contexto em que esses fatos ocorreram em nível nacional. A história social do país apresentava uma constituição que regia o princípio de função social da terra.

É nesse novo cenário que o movimento de luta das famílias estudadas se direcionaram, ou seja, seus esforços foram centrados para reconquistar o direito de posse de seus territórios. Neste caso quando negam coletivamente a vender parte na terra conquistada observa-se que há uma lógica coerente desta negação com os princípios que fomentaram a luta. Se toda luta dos trabalhadores foi em busca por conquistar a liberdade de cultivar, produzir e viver, então a venda dos direitos seria, ao que tudo indica, uma possibilidade dos camponeses mais capitalizados ampliarem seus lotes.

Conforme constatado, a área de uso comum, desde 2001, vem sendo dividida. Inicialmente, em 2001, um grupo de 13 famílias optou para que cada membro cuidasse do seu próprio lote. Os motivos apontados foram que não dava para trabalhar igual, pois as condições individuais das famílias implicavam na atuação diferenciada. Assim, cada família sabendo o que é seu, poderia cuidar do próprio lote da forma como lhe fosse conveniente. A outra divisão ocorreu em 2011, quando o grupo de 18 famílias dividiu a área restante. A terra comum foi distribuída em partes iguais a cada uma das 31 famílias. Entretanto, constatou-se que essa divisão da área comum em lotes não significou o rompimento das relações comunitárias, no caso do coco babaçu continua como recurso de uso comum, podendo ser acessado por qualquer família independentemente do lote em que se encontra a palmeira do babaçu.

Um fato interessante observado em campo, como já evidenciado anteriormente por Herédia (1979), é que para os camponeses a posse da terra se constitui de circunstâncias

imprescindíveis para garantir seus modos de vida, de organização social e a sua sobrevivência. Desta forma, constatou-se que a terra para o camponês, independente da forma como é utilizada, significa a liberdade em relação à opressão e à exploração, e à garantia de, pelo trabalho, produzir o sustento da família e sua permanência no campo.

#### 4.1.3 Formas de uso da terra

Conforme salientado anteriormente, cada família ou grupo de famílias pode ter uma concepção diferente de uso da terra. Neste caso, as famílias pertencentes a este grupo implementa o trabalho no lote conforme fatores como disponibilidade de mão de obra, quantidade de consumidores da unidade familiar, localização da área, qualidade do solo, etc. Assim, notou-se que cada família estudada usa a terra de forma que atenda às suas necessidades de consumo.

De acordo com Velho (1979, p. 50), ao tratar da produção camponesa sob o capitalismo autoritário, assinala que essa economia deve ser vista “como uma forma subordinada de produção”. Deriva daí o fato de considerar a economia camponesa como sendo uma produção não capitalista inserida no sistema capitalista e, portanto, pode ser caracterizada por suas especificidades percebidas em função da sua disseminação no tempo e no espaço.

Ao analisar o percurso histórico das famílias em São Manoel constatou-se que ocorreu diferentes situações destas em relação à terra. Estas situações implicaram diretamente nas formas de ocupação e uso da terra. O fato é que ora a condição de acesso à terra se orientava pelas regras do próprio grupo, ora influenciadas por agentes representantes do capital ou do Estado. A partir de um mapeamento histórico destas formas de ocupação, posse e uso da terra foi possível traçar um quadro levando-se em conta o aspecto cronológico narrado pelo grupo. Assim, mediante os dados obtidos junto aos entrevistados, chegou-se às principais formas de ocupação e de uso da terra que foram agrupadas em períodos (Quadro 2).

Quadro 2 – Resumo das formas de concepção dos camponeses sobre ocupação, posse e uso da terra em São Manoel entre o período de 1926 a 2011

Entre 1926 e 1960	Entre 1960 e 1985	Entre 1985 e 1991	Entre 1991 e 2000	2001	2011
-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------	------

“terra livre”, “terra sem dono”, “terra de todo mundo”, “terra devoluta”	“terra de dono”, “terra de capital”	“terra de conflito”, “criação de assentamento”	“terra de assentamento e uso comum”	Primeira divisão dos lotes (13 famílias)	Última divisão e distribuição dos lotes (18 famílias)
--	-------------------------------------	--	-------------------------------------	--	---

Fonte: Sousa, E. R. julho de 2012.

Este quadro sintetiza uma movimentação das famílias e nas maneiras pelas quais elas têm si apropriado da terra em diferentes momentos. Neste quase século de ocupação contam-se seis períodos distintos. Isto é um indicador de que a posse da terra, principalmente nesta região, é implicada por uma conjuntura socioeconômica a nível nacional. Não se pretende assinalar estes períodos por um olhar de evolução, mas compreendê-los como parte de um processo de transformação social alicerçado num modelo econômico centralizador e privado.

As transformações socioeconômicas que ocorrem num nível mais amplo produzem um efeito como onda sobre outras regiões. Na década de 60 intensifica uma expansão do capital para regiões consideradas devolutas e desabitadas como era vista a Amazônia. Esse deslocamento do capital implicou em transformações nas tradicionais formas de ocupação do território, promovendo não só uma desarticulação nos modos de organização dos camponeses, conforme assinalado por Martins (1973), mas uma reconfiguração destas formas. Esta cronologia permite uma visualização das etapas de transição pelas quais tem passado a relação dos camponeses com a terra.

#### 4.2 A PRODUÇÃO DOS CAMPONESES DE SÃO MANOEL

Segundo Chayanov (1981), cada unidade familiar<sup>23</sup> constitui ao mesmo tempo uma unidade de produção e uma unidade de consumo. Em São Manoel, constatou-se realidades diferentes do ponto de vista das famílias em relação à unidade de produção, principalmente, no que se refere ao que é produzido. Entretanto, constatou-se que ocorre, em relação à prática dos camponeses, algumas semelhanças quanto ao cultivo e ao manejo do lote, salvo em situações específicas como falta de mão de obra disponível dentro da unidade de produção familiar.

Neste sentido, observou-se que fatores como o envelhecimento do dono do lote, a aposentadoria, doenças, redução do número de membros da família através da saída das gerações mais jovens para estudar e trabalhar noutros lugares, repercute tanto na produção

<sup>23</sup> Por unidade de produção familiar considera-se todos os membros que residem numa mesma casa, que produzem e consomem e visam prioritariamente a manutenção das condições de reprodução da família.

quanto no consumo. Assim, como foi relatado e observado, à medida que se reduz a área cultivada cai a produção local. Neste caso, para suprir as necessidades de consumo da unidade familiar é preciso comprar alimentos o que por sua vez influencia em novos hábitos alimentares. Um exemplo dessa mudança de hábitos está relacionado ao uso do azeite de coco babaçu que tem sido substituído por óleo de soja, o bolo de puba trocado por biscoitos industrializados, o arroz regional vem sendo substituído pelo arroz importado do Sul do país.

Conforme dados apresentados pelos entrevistados, a área cultivada vem sendo reduzida assim como a produção tem decaído. O fato de estar sendo ampliada a criação de bovinos e reduzindo as áreas destinadas ao cultivo de roça e a produção de amêndoa tem como fatores a diminuição do número de membros residentes na unidade familiar, mas por outro lado, constatou-se que isto também ocorre como reflexo da melhoria das condições de vida das famílias camponesas.

Mesmo assim, com essa redução apontada pelos camponeses estudados, as principais atividades exercidas por eles estão centradas basicamente nas práticas agrícolas e no extrativismo do coco babaçu, a serem examinadas nas próximas duas seções. Esta separação se faz apenas para efeito didático porque na prática o que se observou foi que essas atividades fazem parte do mesmo conjunto de elementos que gera renda na unidade de produção. No entanto, o extrativismo do coco babaçu, tem sido para estas famílias uma atividade complementar dentro da unidade de produção familiar.

Evidenciou-se que em relação à roça há que destacar a diversidade de plantios, enquanto que no extrativismo, o que se notou foi o seu aspecto de economia complementar. O extrativismo do babaçu em São Manoel tem como aspecto principal a produção de amêndoas, produto que se troca na cantina por gêneros de uso doméstico, ou o carvão, produto bastante utilizado nas cozinhas.

#### **4.2.1 A roça**

Em relação à roça foi observado que estas são cultivadas com o uso de técnicas e ferramentas tradicionais, além do mais, constatou-se que determinadas práticas são dotadas de elementos simbólicos como o dia de derrubar, queimar, plantar e colher. Paralelamente às atividades agrícolas, homens e mulheres dedicam parte do tempo disponível do trabalho para realizar a extração do coco babaçu, que envolve a apanha do coco no mato, o transporte, a armazenagem, a quebra e a comercialização. Em todas as atividades da roça notou-se a participação direta dos membros da unidade de produção familiar, onde a família é a gestora

de todo o processo de produção, fato este que tão bem representa uma das faces do campesinato de São Manoel.

Através do acompanhamento do trabalho dos camponeses na roça, observou-se a realização de diferentes atividades como o corte e empilhamento de arroz, quebra de milho, limpeza de plantio de mandioca, limpeza para plantio de feijão, colheita do feijão, bateção do arroz e arranque de mandioca para produção de farinha.

Esse acompanhamento e as explicações fornecidas sobre o que eles fazem e quando fazem reforçou a ideia de que os fatores climáticos são fundamentais para a dinâmica social das famílias camponesas, incluindo-se, desde as atividades ligadas ao trabalho na roça como na vida social. Assim, a participação noutros contextos, como as festividades de santos, os jogos de futebol, as festas dançantes está da mesma forma ligada a esses fatores.

As atividades ligadas ao campo, ou seja, as tarefas da roça seguem um calendário agrícola, pois cada tarefa tem o seu tempo determinado para ser feito. Como se notou, as ações humanas estão, de certa forma, influenciadas pelas ações da natureza. Nada é forçado por um padrão. Isto acontece com o coco que tem o seu tempo de cair, com o feijão que é apanhado pela manhã para que as vagens não se abram com o sol escaldante, com os dois dias de molho da mandioca durante a espera para triturá-la. Há uma relação direta entre o tempo da natureza e a dinâmica social, pois muito das atividades que foram observadas são realizadas seguindo os critérios naturais.

Uma das características do campesinato em São Manoel observadas junto aos camponeses foi a dinamicidade com que eles realizam as mais diversas funções de trabalho no decorrer do dia. Um mesmo trabalhador está de manhã no trato com a roça e a tarde tem que sair para resolver problemas relacionados à organização social local como reuniões de cooperativa, igreja ou associação. Os papéis sociais são variados. Assim, constatou-se a partir das observações que a cada momento há uma atividade diferente a ser executada, em parte determinadas pelo tempo da natureza, em parte controlada pelo próprio camponês. Diante disto, convém salientar que a vida no campo é dinâmica, isto porque há uma grande diversidade de atividades a serem feitas, inclusive com algumas em paralelo à outra.

Em maio a colheita do arroz, uma das culturas mais tradicionais do Médio Mearim, se torna a principal tarefa das famílias camponesas. A colheita do arroz é feita de forma artesanal, ou seja, o trabalhador utiliza uma faca empunhada nos dedos para realizar o corte

dos cachos. Primeiro corta-se o arroz pelos cachos e vão sendo ajuntados num cesto<sup>24</sup> (Fotografia 2).

Fotografia 2 – Cesto (cofo), utilizado para guardar e carregar volumes, é feito da palha nova da palmeira babaçu (comumente denominada de olho da palmeira), cujos folíolos são trançado pelos camponeses de mais idade



Fonte: Sousa, E. R. Pesquisa de campo 2012.

Quando se enche este cesto com os cachos de arroz que são cortados estes são transportados e postos sobre uma base, designadas pelos camponeses como girau. Nesta base os cachos ficam armazenados por cerca de 30 dias ou mais, dependendo das condições de armazenamento, das necessidades de consumo da família e da disponibilidade de mão de obra. Este período em que fica armazenado, segundo Raimundo Vital, é importante para que o arroz termine o processo de maturação (Fotografia 3).

---

<sup>24</sup> Este objeto é de largo uso entre os camponeses maranhenses. Foram observadas algumas variações em relação ao termo pelo qual é designado localmente este objeto. Entre estas variações, constatou-se “cofo”, “pacará”, e “paneiro” quando é um pouco maior. Não há um padrão fixo quanto às medidas para este objeto que mede aproximadamente 30 a 40 cm de altura por 20 a 25 cm de largura.



Fotografia 3 – Raimundo Vital em processo de empilhamento dos cachos de arroz sobre a base feita de talos das folhas mais velhas da palmeira babaçu, colocados sobre troncos de sabiá. Os cachos de arroz são empilhados de maneira que as pontas dos cachos fiquem em direção à borda, até formar uma pilha



Foto: Sousa, E. R. Pesquisa de campo, 2012.

Como se observou, a confecção desta base ocorreu em etapa anterior ao início do corte de arroz e levou algumas horas de trabalho de dois trabalhadores. Uma característica peculiar em relação aos cultivos nas roças foi que, de maneira geral, predominam os cultivos em forma de consórcio entre diferentes plantas. Notou-se que é bastante comum numa mesma roça o cultivo de arroz, mandioca, milho e alguns legumes, evidenciando assim, a existência de práticas culturais diferentes no campesinato.

As espécies anuais tinham uma organização de plantio em fileiras de modo que o sol penetre em todas elas. Essa forma de plantar difere de alguns legumes que estavam plantados de forma aparentemente aleatória. Um dos informantes que havia abandonado um plantio de mandioca e milho depois de ter colhido o arroz, tido por ele como o principal cultivo, depois de certo tempo, ao ver as culturas que tinha abandonado, achou que dava para zelar, entendendo que a produção compensaria o emprego da mão de obra a ser disponibilizada.

Embora a cultura do arroz seja um traço característico nas unidades de produção camponesa em São Manoel, essa cultura vem sendo implicada por um aspecto negativo. Os camponeses têm alegado que o cultivo do arroz necessita de um grande volume de mão de obra, porém tem sido baixo o retorno em forma de produção. Isto tem provocado desânimo entre eles, trazendo implicações sobre o tamanho da área a ser cultivada. Como se observou, os camponeses apontam a redução de mão de obra, a pouca produtividade da plantação, o baixo preço do arroz importado do Centro-Sul do país e a criação de bovinos como fatores que têm sido levados em conta na hora de planejar a nova roça. Outro fator observado é que uma atividade crescente na economia camponesa é a criação de bovinos. Esta atividade tem exercido uma pressão sobre as áreas destinadas aos cultivos agrícolas. Soma-se às dificuldades enfrentadas pelos camponeses quanto a produção em seus cultivos a própria falta de recursos financeiros para investir em tecnologias que possibilite melhor aproveitamento dos recursos.

Quanto às atividades agrícolas, mesmo que os entrevistados considerem a roça como atividade não compensativa devido aos gastos e a renda obtida com a produção, destacaram-se dois aspectos essenciais que são levados em conta pelo camponês na hora de preparar a nova roça. Uma é a preocupação que eles têm em produzir grãos sem o uso de agrotóxico e adubos químicos, porém lamentam, que em função disso, ainda não estão obtendo um bom desempenho de produção. Para exemplificar esta situação, Raimundo Vital explicou sobre um cultivo de milho que não produziu como se esperava. Segundo o entrevistado, isto ocorreu porque, em sua opinião, o solo encontra-se empobrecido. O outro aspecto que ressaltaram foi a preocupação com a produção de alimentos para garantir a segurança alimentar da família e a dos pequenos animais criados no quintal.

Contudo, observou-se que, em algumas situações específicas, como no caso das roças serem feitas na área de uso comum, elas podem estar ligadas uma à outra. Numa dessas observações, constatou-se que as roças de dois produtores tinham como marco divisório apenas o modo diferente em que se fez o plantio. Enquanto um camponês plantou no sentido Leste-Oeste, o outro fez plantio em diagonal. Conforme se observou, a plantação era semelhante, variando, de uma para outra, apenas os elementos diferentes do consórcio, em uma delas havia o feijão, o quiabo e a fava, enquanto na outra não tinha estes elementos.

#### 4.2.2 O extrativismo do coco babaçu

A economia do extrativismo do coco babaçu, como se constatou, pode até não ser mencionada pelos camponeses de São Manoel em relação à monta produzida. Entretanto, o coco babaçu, por ser tido como um recurso de uso comum, é de livre acesso, não havendo impedimentos de uma quebradeira entrar no lote de outros camponeses para retirá-lo. Desta forma, observou-se que social, econômica, cultural e politicamente são inegáveis as contribuições desta atividade no reconhecimento político e social dos camponeses de São Manoel. Através do extrativismo, eles reivindicaram seus direitos, passando a exercer peso político em outros contextos sociais.

Quanto ao trabalho das quebradeiras na extração do coco babaçu observou-se que esta atividade de quebrar coco é desenvolvida com rapidez e agilidade. Assim, ela bate macete, retira a amêndoa, separa as cascas colocando em pacarás diferentes, para, geralmente no final do dia, trocar por produtos vendidos na cantina.

Como se notou, por traz das macetadas das quebradeiras para extrair a amêndoa existe uma importante atividade econômica para as famílias camponesas. Por meio desta atividade, as quebradeiras fazem girar uma rede de relações comerciais com a economia capitalista. A negociação da amêndoa na cantina, em base de troca de mercadorias ou a venda direta com pagamento em espécie, ocorrida geralmente no fim do dia, contribui para que a quebradeira leve para a sua casa gêneros necessários ao consumo diário.

Esta atividade extrativa do coco babaçu, segue um calendário natural, isto é, possui uma dinâmica própria adequando-se às regras da natureza no que diz respeito a produção de coco. Afirmou Maria Honório da Silva Sousa – Maria do Deusmar – (37 anos, quebradeira, entrevistada em setembro de 2011), que “é preciso respeitar o tempo do coco”.

O período de maior produção de cocos e amêndoas, designado como safra ocorre de setembro a março, quando as quebradeiras mantêm um ritmo de trabalho mais intenso, conforme explicações locais. No período quando a produção é menor, designado como entressafra que ocorre de abril a agosto, as atividades da quebradeira são menos intensificadas e direcionadas para outros afazeres domésticos como bordados, fiação de tapetes, pequenas costuras, auxílio na roça e os cuidados da casa e dos filhos. Mais uma vez se observa-se que os fatores climáticos constitui-se num fator que implica na realização de determinadas atividades rurais, seja este tempo para o extrativismo do coco babaçu ou para a roça, conforme já assinalado anteriormente.

A amêndoa, como as quebradeiras se referem e conforme constatado, exerce o papel de moeda corrente para compra de mercadorias no mercado da cantina. Entretanto, até se chegar à condição de moeda, ou produto para troca, há que se passar por um processo de transformação que vai desde a apanha do coco nas pastagens<sup>25</sup> e o transporte, geralmente realizado por jovens e adolescentes, especialmente do sexo masculino. Nas observações foram raras as vezes que as famílias utilizam do trabalho dos filhos menores para transportar os cocos. Cabe ressaltar que esta tarefa se inicia bem cedo, desde as primeiras horas do dia, onde primeiro se junta os cocos e depois se faz o transporte (Fotografia 4).

Fotografia 4 – Jovens da comunidade de São Manoel em animais (jumento), utilizados para o transporte da produção agrícola e extrativa dos camponeses



Foto: Sousa, E. R. junho de 2012.

As famílias recorrem a esse meio de transporte com frequência em diversas atividades. Particularmente no transporte de mandioca, arroz, milho, coco, legumes, se usa também quando se vai pescar. Um dado interessante que se observou em relação ao uso deste animal é que em algumas situações são as próprias mulheres que manejam os animais.

O fato deste animal ser de pequeno porte, dócil e resistente para o transporte de cargas torna o seu uso constante. Geralmente os trajetos são feitos por caminhos estreitos, em meio à vegetação e em alguns casos é preciso atravessar cercas de arame. Durante as observações

---

<sup>25</sup> Raramente se houve um camponês ou uma quebradeira se referir à área de pastagem. Em São Manoel, foi recorrente o uso do termo solta, para referirem-se ao local onde, geralmente, encontram-se os babaquais.

feitas, notou que é comum o transporte de cargas da roça até o quintal de casa, no caso dos cocos, ou para armazenar no paiol.

O cotidiano das famílias, geralmente, se estende desde o alvorecer ao entardecer e muito do que elas realizam durante o dia está ligado à roça ou à quebra do coco babaçu. Em relação à quebra do coco babaçu observou que esta atividade se inicia bem cedo com a derrubada e apanha dos cocos, depois o transporte até o quintal da casa onde os cocos são depositados no terreiro e expostos ao sol. Para quebrar os cocos, estes são carregados até uma sombra de cajueiro, mangueira ou barraco no fundo da casa, para serem quebrados.

O extrativismo do coco babaçu se constitui numa importante atividade econômica e social para as famílias estudadas. Embora seja considerada como uma atividade tradicional entre as famílias de São Manoel, os entrevistados tem relatado sobre transformações que vem modificando as relações sociais locais. Uma dessas transformações foi assinalada por Ivete Ramos Silva Santos – Ivete Vital – (50 anos, quebradeira). De acordo com a entrevistada a quebra do coco, principalmente no tempo que as coisas eram mais difíceis, ocorria nas soltas, elas iam juntas e se quebrava coco todos os dias, atualmente isto é feito em suas próprias casas e nem todas as quebradeiras quebram coco todos os dias.

A etapa de apanhar os cocos babaçu nas matas de babaçuais, como se observou, ocorreu individualmente, isto é, por unidade familiar. Quando a mulher quebradeira é auxiliada pelo marido, a este incumbe a tarefa mais pesada como arremessar cocos do chão contra os cocos que estão fixos nos cachos das palmeiras. Se a quebradeira não tiver quem a auxilie para esta atividade, o que ocorre, segundo elas, é esperar a palmeira liberar o coco, ou seja, espera-se que ele caia por conta da natureza. Neste caso, ela recolhe os cocos que estão no chão.

Quando o processo não ocorre naturalmente, como acontece em algumas situações, e a quebradeira quer antecipar o início da atividade ou para atender uma necessidade, ela força a etapa da derrubada dos cocos. Constatou-se que, tanto a derrubada dos cocos como o carregamento são etapas penosas, primeiro em função da distância a ser percorrida, segundo, pela força que deve ser usada para derrubar os cocos que não raras vezes estão a uma altura aproximada de 15 metros. Conforme informado por Maria do Deusmar, a quantia ajuntada na segunda-feira era suficiente para trabalhar até sexta-feira, mas assinalou que nem todas as quebradeiras fazem assim.

Geralmente as quebradeiras contam com o apoio de outra pessoa para auxiliar nas etapas de derrubar, apanhar e carregar os cocos até o quintal. Entretanto, observou-se que a quebra dos coco babaçu estava sendo realizada pela quebradeira de forma solitária. Por isso, é

muito comum, ao se caminhar pelo babaçual ou pela rua, quando se passa em São Manoel e povoados próximos, ouvir as pancadas do macete. Em São Manoel o que se ouvia era um som das pancadas que ecoavam dispersamente, dadas às condições atuais em que se realiza esta atividade. No entanto, pela manhã e à tarde, mesmo sendo dispersa a atividade, o som é ritmado e contínuo, por isso, desperta atenção de quem passa pelas ruas dos povoados.

Entre as técnicas para derrubar os cocos, é comum o uso de cocos caídos que são arremessados contra os outros que permaneceram nos cachos. Esta atividade pode ser feita também usando-se uma vara de bambu. No entanto, ressaltou Maria do Deusmar, que o uso deste instrumento traz riscos de acidentes, por exemplo, de um coco cair na cabeça de quem estiver derrubando.

O trajeto para buscar os cocos se faz em pequenas veredas com margens cheias de plantas que arranham as pernas. Apesar de ter palmeiras desde o quintal, a caminhada para apanhar os cocos fica a uma boa distância da casa, cerca de dois quilômetros, e isto se faz em qualquer propriedade porque o coco é um recurso comum e livre<sup>26</sup>, podendo ser acessado por qualquer família quando o coco estiver bom, isto é, caindo.

De acordo com a Maria do Deusmar, a maioria das quebradeiras de coco babaçu de São Manoel destina a segunda-feira para ajuntar os cocos, porém, ressaltou que isto não é uma regra geral. Sua atividade de quebra do coco vai de terça-feira a quinta-feira, pois na sexta e sábado é para cuidar da casa, lavar roupa, enquanto que o domingo está destinado ao descanso.

Com a divisão da área de uso comum em lotes individuais, os camponeses estão construindo cercas de arame para demarcar o lote ao qual o camponês detém o direito de uso e assim delimitar sua área de atuação no caso de cultivar a roça e cercar o gado. Essa separação, ocorrida após a divisão dos lotes em 2001 e em 2011, tem implicado em mudanças nos limites de cada propriedade. Entretanto, notou-se que nem todos os camponeses cercaram seus lotes. Esse cercamento faz com que a atividade de transportar os cocos seja mais penosa, levando-se em consideração que a quebradeira deve atravessar a cerca. Contudo, Maria do Deusmar assinala que, quando há cercas, ela prefere atravessá-las porque ir até onde tem porteiros ou colchetes atrasaria o serviço, e nem sempre os cocos estão num único lote. A quebradeira Maria tem conhecimento das características de cada palmeira e sabe que ora a palmeira boa está de um lado da cerca, ora está do outro lado.

---

<sup>26</sup> O coco livre como é chamado significa que qualquer família pode ter acesso independente de quem detenha o direito de propriedade do lote que esteja localizada a palmeira. A libertação dos cocais foi um dos motivos pelos quais as famílias lutaram comunitariamente para libertá-lo.

Constatou-se que o saber empírico da quebradeira faz com que ela passe ao pé de uma palmeira carregada de cocos e identifica que não pode apanhá-los naquele momento. Maria do Deusmar ressaltou que, “tem hora que a gente está do lado de uma palmeira com cachos cheios, mas não pode pegar porque os cocos ainda não estão bons, ou maduros. Quando ele está bom joga um rebolo no cacho e os cocos caem. Ele tem o seu tempo” (Maria Honório da Silva Sousa, 37 anos, entrevistada em setembro de 2011).

Durante o trajeto percorrido entre a casa e o local onde estavam se ajuntando os cocos, a entrevistada se referiu a uma palmeira como *boa*. Este termo qualificador sobre a palmeira, de certa forma, evidencia que há um conhecimento construído a partir da relação da quebradeira com a palmeira. Os longos anos de extrativismo possibilitou a quebradeira acumular conhecimento sobre a qualidade dos cocos da palmeira, fato este observado até no momento em que ela estava quebrando, pois consegue distinguir a que palmeira pertencia o coco. No caso desta entrevistada, esta relação assinalada vem desde a infância, o que afirma ainda mais a sua identificação com a palmeira e sua atividade.

Ressalta-se que este conhecimento produzido empiricamente evidencia que por detrás da atividade exercida pela quebradeira existe uma construção de um corpo de saberes provenientes desta relação entre quebradeira e a palmeira do babaçu. Este conhecimento associado produzido e repassado às novas gerações, que permite distinguir sobre a qualidade do coco de uma palmeira com os cocos da outra, tem implicações nos resultados da sua produção.

O extrativismo do coco babaçu, em São Manoel, conforme ressaltado pelas quebradeiras, tem sofrido transformações. Uma destas transformações dizem respeito a forma como se quebravam os cocos anteriormente e como se quebram os cocos atualmente. Quando as famílias passavam por dificuldades econômicas e sequer podiam possuir um animal, esta atividade era feita nas matas. Predominava neste tempo as quebras de coco coletivas, isto é, as quebradeiras se reuniam para irem quebrar os cocos babaçu nas soltas (Fotografia 5).



Fotografia 5 – Quebradeiras caminhando em direção às soltas para quebra do coco babaçu (da esquerda para direita, Maria Lúcia dos Anjos e Francisca Rodrigues dos Reis)



Foto: Sousa, E. R. julho de 2012. Acervo de Francisca Rodrigues dos Reis.

As quebradeiras se dirigiam às soltas para quebrar coco, levando consigo seu machado, água e comida e assim passavam o dia trabalhando. A produção de cada quebradeira, embora trabalhassem juntas, pertencia a cada uma e o que produziam durante o dia se destinava à compra de gêneros alimentícios para o consumo da família. De acordo com as quebradeiras entrevistadas era comum, nos períodos mais difíceis, a troca de dias entre elas, principalmente, quando se ajuntavam grande quantidade de cocos.

Convém destacar que quando a quebra de cocos era realizada nas soltas, o aproveitamento do dia de trabalho das quebradeiras levava em conta somente a produção de amêndoas. A distância da casa em relação ao local de trabalho, a falta de animal para transportar os cocos dificultava o aproveitamento das cascas do coco. Entretanto, depois que as famílias tiveram condições econômicas de comprar animal (jumento), a atividade passou a ser exercida no quintal da própria casa e hoje, raramente as quebradeiras de São Manoel se reúnem para a quebra do coco (Fotografia 6 – A, B e C). Significa dizer que uma simples mudança no processo de transporte implicou em modificações na prática de sociabilidade entre as quebradeiras.



Fotografia 6 (A, B e C) – Quebradeiras trabalhando em seus quintais na quebra de coco babaçu. À esquerda Gessandra Silva de Sousa, 21 anos; ao centro Maria Honório da Silva Sousa – Maria do Deusmar, 37 anos; à direita Maria Dalva, 40 anos



Foto: Sousa, E. R. julho de 2012.

De acordo com Ivete Vital, elas só reúnem em condições específicas como doença, quando se realizam mutirões de quebra de coco, ou quando uma quebradeira tem muito coco reunido e precisa levantar dinheiro rápido, nestas circunstâncias, elas trocam dias. Desta forma, constatou-se que, com a introdução de um animal numa das etapas do processo do extrativismo do coco babaçu, novas condições de trabalho foram criadas, implicando na própria relação social das quebradeiras.

Quanto ao trabalho das quebradeiras na quebra do coco constatou que não há uma idade específica que seja limitante para este trabalho. Observou-se a participação nesta atividade tanto de mulheres mais jovens quanto de mulheres de mais idade. A mulher quebradeira, independente da idade, realiza seu trabalho, basicamente, em função das necessidades da casa, tendo em vista que o resultado da produção é vendido ou trocado por mercadorias que são utilizadas na unidade de consumo. Analisando a presença de mulheres jovens na quebra do coco, constata-se que isso está relacionado às oportunidades de trabalho em outros ramos da economia local e das condições socioeconômicas das famílias. As condições socioeconômicas das famílias implicam no trabalho da quebradeira de modo que a quebra do coco possa ser mais intensa ou menos intensa.

A participação do homem nesta atividade de certo modo é bastante limitada. Esta limitação da participação masculina ocorre porque, geralmente, os homens desenvolvem outras atividades que demandam mais esforço físico. Porém, em algumas situações quando o esposo ou filhos encontra-se com tempo livre há uma participação direta nesta atividade. Neste caso, observou-se que a sua tarefa é derrubar, ajuntar, encher o jacá, transportar e, em raras exceções, quebrar coco. A participação da mulher se faz notar em quase todas estas

etapas. Nota-se que atividades desenvolvidas pela mulher exigem força e habilidade, pois na hora de encher os jacás ela usa o cesto e vai colocando os cocos e equilibrando a carga, quando o homem não está por perto. Quando o esposo estava próximo esta tarefa foi dividida.

O extrativismo, do coco babaçu, envolve, como foi verificado, o trabalho familiar. Todavia, esta atividade não tem sido exclusiva em dias atuais como fora noutros tempos. Sua importância atual, de acordo com o que foi constatado, é que o coco babaçu, através da produção de amêndoas possibilita uma conexão das famílias camponesas com o mercado externo. Isto porque a produção de óleo, produto derivado da amêndoa, tem sido destinada à exportação para empresas de cosméticos.

A produção diária do trabalho das quebradeiras entrevistadas em São Manoel varia entre 7 kg e 10 kg por quebradeira. Esta quantidade depende da disponibilidade dela em relação a outros afazeres da casa. A quebra do coco, geralmente, é realizada concomitantemente com outras atividades, principalmente as tarefas domésticas, por isso, o tempo de trabalho empregado não permite uma produção maior, ressaltou Maria do Deusmar. No entanto, acrescentou que uma quebradeira pode extrair mais do que esta quantidade, pois no período de mais dificuldades econômicas, quando quebrar coco era a principal fonte de renda das famílias, se quebrava mais cocos obtendo mais quilos de amêndoa por dia de trabalho. Teve relatos sobre quebradeiras que chegavam a quebrar 20 kg de amêndoa por dia de trabalho.

A redução na produção da quebradeira, de acordo com as entrevistadas, vem se dando em função, principalmente da ampliação das fontes de renda das famílias como bolsa família, salário maternidade, aposentadorias, o não pagamento de renda sobre a produção agrícola, a criação de pequenos animais como porcos, galinhas e do próprio gado. Esse conjunto de fatores tem elevado as condições econômicas das famílias e contribuído para uma melhora significativa na qualidade de vida e da renda das famílias. Desta forma, as quebradeiras acabam dedicando menos tempo à atividade de quebra do coco babaçu. Isto tem sido notado por elas quando comparado a outros momentos na história dessas famílias, pois em “outros tempos quebrar coco era rojão de todo dia e era trabalho exclusivo das famílias” (Francisca Rodrigues dos Reis, 55 anos, entrevistada em julho de 2012).

Diante disto, o que se observou foi que, à medida que outras fontes de renda foram incorporadas na economia familiar, isto implicou numa divisão do tempo de trabalho com essas outras atividades. De certo modo, essa divisão do tempo de trabalho entre as diferentes atividades diárias tem contribuído para a queda da produção de amêndoas. Contudo, esta

redução apontada pelas quebradeiras e o cantineiro pode ser analisada levando em consideração dois aspectos.

O primeiro aspecto está relacionado com a valorização no preço da amêndoa<sup>27</sup>, enquanto que o segundo está relacionado ao tempo destinado a essa atividade extrativa que tem se tornado menor em função da quebradeira dividi-lo com outras atividades dentro da unidade de produção familiar. A economia das famílias camponesas de São Manoel foi observada mais em função da diversidade de atividades produtivas do que pela exclusividade de uma atividade como ocorrera em décadas anteriores quando o extrativismo do coco babaçu era a principal fonte de renda. Assim, constatou-se que a economia destes camponeses se mostrou como o resultado de um sistema de produção misto, desenvolvido por todos os membros que compõem a unidade familiar, pois as diferentes fontes de renda sustentam a reprodução social e econômica destas famílias.

#### 4.2.2.1 As atividades das quebradeiras

As quebradeiras realizam no decorrer do dia atividades que são essenciais dentro da unidade de produção familiar e na unidade de consumo. Quanto às contribuições das mulheres nas atividades de produção constatou-se que a sua participação está vinculada ao equilíbrio da unidade de consumo. Desta forma, seja trabalhando na quebra do coco babaçu, para vender a produção de amêndoa no final do dia e adquirir produtos complementares para o uso na unidade de consumo, participando diretamente em atividades na roça ao lado do marido, ou cuidando da casa, filhos, e preparando a comida para os membros da família, isto constitui uma importante complementação dentro da unidade familiar de produção e consumo.

Conforme se observou, a realização das atividades das quebradeiras, em diferentes momentos, é realizada paralelamente com outros afazeres domésticos como atizar o fogo<sup>28</sup> para cozinhar o feijão, preparar o almoço, lavar louça. O tempo de trabalho da quebradeira é dividido com outras tarefas essenciais dentro da unidade familiar.

Notou-se que a mulher quebradeira de coco babaçu regula o seu tempo de trabalho e o esforço a ser dispensado para obter uma produção diária, pois a quantidade de amêndoas produzidas é relativa, variando entre um dia e outro de acordo com as necessidades da casa. Porém, de acordo com o que foi informado por Maria do Deusmar, ela procura cumprir uma

---

<sup>27</sup> No período de 11 meses em São Manoel houve uma variação no preço da amêndoa na ordem de 25%. Dos R\$ 1,20 pago por kg em setembro de 2011 o preço se elevou para R\$ 1,50 por kg, preço pago em agosto de 2012.

<sup>28</sup> Geralmente as comidas são preparadas em fogareiro aquecidos a carvão feito da casca do coco babaçu.

meta diária, ou seja, quebrar quatro cofos cheios de cocos, os quais dependendo da qualidade do coco, resultam em quantidade de amêndoa que pesa aproximadamente 8 kg.

Em outra observação, desta vez acompanhando a quebradeira Raimunda Rodrigues Reis (55 anos), notou-se que ela parou a quebra do coco para bater uma fava. Enfatizou a entrevistada que seu tempo de trabalho é todo ocupado com alguma atividade. Entre as atividades em que ela se ocupa foi observada a quebra do coco babaçu e a realização de determinadas tarefas relativas ao quintal. De acordo com a senhora Raimunda, a venda da amêndoa destina-se a compras para casa, a fim de atender à satisfação de algumas necessidades básicas<sup>29</sup>.

Em ambos os casos, as quebradeiras entrevistadas apontam em seus relatos que quebrar coco já foi muito difícil e elas enfrentavam dificuldades principalmente quando o coco era quebrado de meia com o patrão e ele mesmo comprava a produção. Segundo essas quebradeiras, o preço era baixo, por isso tinha que trabalhar muito para comprar um quilo de arroz<sup>30</sup>. Outra dificuldade apontada era quando se quebrava coco no mato e só aproveitava a amêndoa.

Convém destacar que, partindo das informações coletadas e das observações feitas, a diminuição da produção de amêndoas em quantidade de quilos, como fora informado pelo cantineiro Jacó (42 anos), não corresponde diretamente à queda do poder de compra das quebradeiras. O fato é que não dá para conjecturar que esta redução da produção somente pelo que entra no depósito da cantina, mesmo que este estabelecimento seja o único ponto de compra do produto no povoado.

A explicação é a seguinte: as quebradeiras ao comercializar na cantina somente a venda da amêndoa, um subproduto<sup>31</sup> do coco babaçu, embora seja considerado como o mais expressivo, não está levando em consideração os outros subprodutos como as cascas, o carvão e a borra. Estes subprodutos não entram, necessariamente, no depósito da cantina e por isso se observou que não estão contabilizados como parte da produção. Diante desta situação foi possível fazer uma leitura mais crítica sobre as considerações apontadas pelas quebradeiras para compreender o porquê dessa redução não implicar diretamente sobre a renda total da unidade familiar. Em se tratando de uma economia diversificada como fora observada em São

---

<sup>29</sup> Conforme observado em algumas compras as donas de casa adquiriram açúcar, café, sabão, palha de aço, biscoitos, balas, fósforos, cuzcuz, sal, entre outros, na cantina da cooperativa no povoado.

<sup>30</sup> Para efeito de cálculo, gastava 10 kg de amêndoa para adquirir 1 kg de arroz. Hoje o preço é equivalente dependendo da qualidade do arroz, quando no muito 1,5 kg de amêndoa por 1 kg de arroz.

<sup>31</sup> Em relação ao coco babaçu, as mulheres afirmaram que hoje aproveitam tudo. Por exemplo: a casca pode ser vendida crua ou na condição de carvão, do carvão fica uma borra – parte mais fina do carvão - que também é comercializada com empresas que utilizam a borra para a produção de asfalto.

Manoel, se faz necessário levar em conta tudo o que está sendo produzido pelas famílias, pois como se observou, uma atividade compensa a outra.

Entre o grupo de quebradeiras está presente a ideia de que a produção de amêndoa diminuiu bastante quando comparada ao período identificado pelas famílias de São Manoel como no período em que enfrentavam mais dificuldades [tempo de pobreza extrema, em versões locais]. Pedro de Jesus (39 anos, entrevistado em agosto de 2012), que atua por algumas horas auxiliando a esposa na quebra do coco disse que a situação hoje é muito boa, pois as famílias recebem ajuda do governo federal através dos benefícios sociais e isso melhorou muito as condições de vida das famílias. Quanto à diminuição da produção de amêndoa, ele acredita que isto também se deve ao atraso na produção das palmeiras, pois o fogo das roças retarda a produção de cocos, isto porque quando a palmeira está para iniciar o ciclo vem outro fogo. Por outro lado, acrescentou que “tem palmeira velha que não bota mais cacho, acho que ela é igual a gente” (Pedro de Jesus, entrevistado em agosto de 2012).

#### 4.2.2.2 Histórias de quebradeiras

É lugar comum nos relatos das quebradeiras a narração das dificuldades vividas pelas famílias no tempo do “coco preso”, quando o fazendeiro detinha o controle sobre os palmeirais e da terra cercada, quando as famílias para poderem cultivar tinha que pagar renda. Entre as dificuldades apontadas estão a exploração nos preços dos alimentos, principalmente o arroz na época da entressafra, fazendo com que muitas famílias se alimentassem em uma única refeição, geralmente o jantar. A produção de amêndoa obtida por dia era suficiente para comprar somente o arroz, por isso, viviam limitadas pela falta de recursos e eram despojadas de vestimentas e utensílios domésticos. Para efeito de comparação, durante os dias da pesquisa estava se gastando o valor de 1 kg de amêndoa para se comprar 1 kg de arroz, no entanto, esta proporção já foi da ordem de 10 kg de amêndoas para comprar 1 kg de arroz. Após a retomada pelos camponeses do direito sobre o território ocupado, houve significativas melhorias na qualidade de vida das famílias estudadas e na valorização de sua produção.

Agora são outros tempos, a vida se modificou, destacam as quebradeiras. Em relação às transformações sociais locais, apontadas pelos entrevistados, quando fazem referência à tempos passados, observa-se mudanças em diferentes aspectos: vestuário, alimentação, habitação, infraestrutura e acesso a fontes de renda e produtos industrializados. Neste sentido, observou-se um dado bastante comum relatado por elas: é que muitas quebradeiras não querem mais quebrar coco como antes, por isso se dedicam menos tempo a esta atividade. Ou

em alguns casos, quando elas quebram é para tirar as cascas pra fazer carvão. Esta situação social encontrada em São Manoel ilustra bem as faces de uma economia camponesa que se renova, à medida que as novas gerações vão ocupando outros empregos. É bem verdade que isto ainda não acontece em todas as unidades familiares, porém as expectativas, geralmente, são as mesmas.

As condições históricas e materiais implicam dialeticamente na relação homem-natureza. Nisso, compreende-se que a melhoria das condições de vida das famílias estudadas influencia em suas práticas tanto sociais quanto as que estão voltadas para a produção no campo, seja na roça ou no extrativismo. Estabelecendo um diálogo do presente observado à luz do passado vivido, chega-se a análise de que as transformações sociais acompanhadas e melhorias no padrão social das famílias fazem com que suas práticas se renovam.

#### 4.2.2.3 Exemplificando a economia do coco babaçu

Tomando-se como notas as informações coletadas junto às quebradeiras sobre a produção total do coco babaçu, esboçou-se o seguinte cálculo. O exemplo que se tem é o seguinte: uma quebradeira ao quebrar 9 kg de amêndoa, terá produzido aproximadamente 2 jacás de casca. A amêndoa sendo comercializada a preços atuais de R\$ 1,50 o quilo gera uma renda de R\$ 13,50. Adicionando à venda da casca natural receberá R\$ 8,00 pelo equivalente produzido. Se ela optar por agregar valor e transformar a casca em carvão, conseguirá aproximados 2 sacos de carvão que corresponde a R\$ 16,00. Certo de que, neste caso, uma coisa anula a outra, isto é, ou faz carvão ou vende a casca.

Estes cálculos podem ser representados conforme exemplificado nos quadros 3 e 4:

Quadro 3 – Cálculo feito a partir da quebra do coco babaçu tomando como referência um dia de trabalho da quebradeira, levando-se em consideração a amêndoa e o carvão

Quantidade	Produto	Preço unitário	Total
9 kg	amêndoa	1,50	13,50
2 sacos	Carvão	8,00	16,00
Total			29,50

Fonte: Sousa, E. R. agosto de 2012.

Quadro 4 – Cálculo feito a partir da quebra do coco babaçu tomando como referência um dia de trabalho da quebradeira, levando-se em consideração a amêndoa e a casca

Quantidade	Produto	Preço unitário	Total
9 kg	amêndoa	1,50	13,50
2 sacos	Casca	4,00	8,00
Total			21,50

Fonte: Sousa, E. R. agosto de 2012.

Os quadros acima ilustram as condições de trabalho das quebradeiras e direcionam para uma reflexão a partir destes números. Para obter um valor em dinheiro maior conforme apresentado no quadro 3, a quebradeira dependeria de mais mão de obra, ou então, dedicar mais horas de trabalho por dia, aumentando assim o esforço físico na realização de suas atividades. A produção de carvão exige que se faça um buraco no chão onde põe as cascas, depois acende o fogo, cobre com terra, cuidando para que as cascas não se transformem em cinzas, depois guarda em sacos e utiliza em casa ou vende. As cascas podem ser dadas de meia para alguém fazer o carvão, prática comum. No quadro 4, o valor a ser alcançado é inferior ao do quadro 3, porém as atividades da quebradeira seriam limitadas a quebrar o coco, vender as amêndoas na cantina e juntar as cascas para negociar posteriormente.

Para se obter o equivalente em dinheiro conforme exposto no quadro 3, ou seja, a quantia de R\$ 29,50, somente através da produção de amêndoas, seriam necessários aproximadamente 20 kg, ou praticamente dois dias de trabalho intenso dentro dos padrões atuais. Esta quantidade se mostra muito superior à capacidade diária para uma quebradeira trabalhando sozinha como foi observado e além do mais tendo que dividir o tempo com outras atividades. Em relação ao quadro 4, a quantidade de amêndoas necessitaria de 14 kg, total ainda acima da capacidade diária para quem entre outras coisas exercem as atividades de dona de casa. O cálculo monetário feito a partir da borra do carvão não pode ser efetuado em função das dificuldades de quantificá-los, pois este produto vai sendo ajuntado à medida que faz o carvão e as pequenas partículas são guardadas até obter uma quantidade suficiente para ser vendida. No caso da borra, do carvão e das cascas geralmente o comprador vem buscar o produto na casa da quebradeira.

Uma das especificidades do sistema de produção das famílias camponesas em São Manoel constatada é que a roça concentra mais a presença do homem, enquanto que a quebra do coco está mais diretamente ligada à mulher, aos jovens, adolescentes, e, por vezes, crianças. Entretanto, em ambos os casos, tanto na roça quanto no extrativismo do coco

babaçu, foi observado à participação de homens e mulheres atuando em cooperação. Vale ressaltar que o trabalho em cooperação realizado na roça ou no extrativismo acontece esporadicamente. O que se constatou é que nos diferentes espaços, roça ou no extrativismo, há uma demanda por trabalhos específicos que ora exigem mais resistência física ou agilidade. A maior parte do tempo de trabalho dos camponeses é dedicada aos cultivos agrícolas, sendo a roça o local de maior incidência da mão de obra disponível na unidade familiar.

Como se observou, a vida em São Manoel é marcada por um cotidiano movimentado. Assim, enquanto umas expectativas dos camponeses se concretizam outras se renovam, é um contínuo processo de transformações sociais.

#### 4.3 O COTIDIANO CAMPONÊS

Segundo os camponeses entrevistados, detentores de terra de assentamento de reforma agrária, proprietários de terra, em sua maioria, vivem uma vida consideravelmente boa. Conforme se observou, as famílias camponesas em São Manoel disponibilizam de bens como motos, na maioria, carros, em minoria, além de vários objetos, eletrônicos como rádio, televisão, geladeira, telefone móvel, boas vestimentas e residem, em bom número, em residências construídas em alvenaria (fotografia 7).

Fotografia 7 – Transformações ocorridas na moradia da família Vital no decorrer de 25 anos de residência em São Manoel



Casa de taipa coberta inicialmente com palha de babaçu, depois foi coberta por telha de barro. Sua construção data do ano de 1987 e serviu como residência até o ano de 2009.



Casa de alvenaria onde atualmente a família está residindo. Esta construção data do ano de 2009 e passou por reformas em 2012.



Construção de área e ampliação da casa realizada no ano de 2012.



Observando as transformações que vem ocorrendo na residência da família do senhor Raimundo Vital, no decorrer dos anos, fica evidente que à medida que o poder aquisitivo da família vai sendo ampliadas, as condições socioeconômicas também se alteram. É certo que estas transformações não ocorrem rapidamente, mas são frutos de um processo gradual e de estratégias, muitas delas, adotadas coletivamente.

Observa-se que são diferentes as habitações em São Manoel. A análise destas diferenças levam em conta principalmente as condições materiais acumuladas historicamente. No entanto, estas diferenças quanto a habitação, levando-se em conta que um número reduzido de famílias residem em casas de taipa – barro batido – (fotografia 8), não significa falta de acesso a recursos que são possuídos por famílias que se apresentam em condições econômicas mais avantajadas, pois nestes casos, observou semelhanças.

As casas construídas em taipa se apresentam como uma situação momentânea da família que processo inicial de formação não se vê em condições financeiras suficientes para construir sua residência em outro tipo (alvenaria), portanto, estas residências em taipa, geralmente, conforme observado, pertencem à gerações mais jovens da comunidade.

Fotografia 8 – Residência da família do senhor João Soares, construída em taipa e paredes com reboco de barro



Foto: Sousa, E. R. julho de 2012.

Os camponeses de São Manoel usufruem de relativo conforto, se apresentam otimistas e agradecidos pelo que possuem, mantêm-se em gozo de autonomia e usualmente trabalham em seus próprios lotes, individualmente ou em companhia de filhos, esposa ou trabalhador contratado em forma de troca de dias.

Em São Manoel, a produção das famílias em relação aos cultivos de arroz, milho, mandioca, feijão estão destinados basicamente ao próprio consumo e, em casos raros, são vendidos algum excedente. Entre os cultivos do ciclo agrícola, a mandioca, guardada as devidas proporções, é o saldo da terra e complementam não só a renda familiar, como em dias de menos trabalho oferece uma forma de ocupar toda a família através da farinhada. A farinha e a tapioca são produzidas para além da unidade de consumo, neste caso, a produção excedente é comercializada no comércio local<sup>32</sup>.

A convivência em São Manoel possibilitou constatações de que o cotidiano do camponês possuidor de terras, que está disposto a cultivar os campos, que se apresenta com disposição física para o trabalho, somente por falta de sorte, fatores climáticos, tenderá a não se abastar do que precisa para o seu consumo. Através do sistema de corte e queima os camponeses conseguem obter produção suficiente para o consumo da família. Se não houver fatores externos como intempéries que impliquem em prejuízos na produção agrícola, pode se dizer que o camponês de São Manoel é um produtor de fartura, um homem livre e cheio de ânimo para o trabalho e para a vida.

Acrescenta-se que, diante das várias observações feitas, as famílias com as quais se realizou este estudo trazem consigo expectativas de melhorarem cada vez mais as condições de vida. Esta constatação tomou como elemento de análise uma comparação entre situações que elas vivenciaram nos tempos da exploração e subordinação ao patrão e o atual momento que vivem, pois na condição de camponeses livres e proprietários de terras, as expectativas de vida são outras.

### Alimentação

Quanto à alimentação das famílias camponesas registrou-se um predomínio no uso de alimentos locais, na grande maioria produzida por eles. Entre as várias refeições<sup>33</sup> que se faz durante o dia os principais alimentos consumidos nestas refeições foram: arroz, feijão, cuscuz,

---

<sup>32</sup> Em junho de 2012, uma saca de farinha de 50 kg, era vendida a R\$ 110,00. Entre as quatro farinhadas que foram observadas a produção em sacas foi praticamente igual em volume. Em média, por farinhada obteve-se uma produção de 7 sacas.

<sup>33</sup> Café da manhã, almoço, lanche vespertino, jantar e lanche noturno.

tapioca, milho, macaxeira, abóbora, farinha de mandioca, leite, café, carne de bovinos e aves, geralmente, aos finais de semana, enquanto que suínos e peixes são consumidos, geralmente, durante a semana, além de, refrigerantes e biscoitos. A complementação com outros gêneros alimentares, principalmente por produtos industrializados, é bastante reduzida.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO EM SÃO MANOEL

A essência no campesinato em São Manoel é a própria natureza da sua dinamicidade apontada por Shanin. As condições históricas sob as quais vem se construindo o campesinato no Médio Mearim, nesta configuração mais atual, é reflexo do que já havia se iniciado nesta localidade com os quilombos, o fim da escravidão formal e a queda das fazendas de algodão. A partir das mudanças nas condições de acesso à terra, o campesinato se reorganizou em novas bases. Por isso, abordá-lo como um ente estático, sem forma, seria negar as condições históricas de sua construção. Deste modo, a aparente inércia em relação aos conflitos pela terra na área estudada, conforme se observou, leva a crer que há uma pressão silenciosa por terras.

Contudo, uma dessas faces recentes que despertou atenção e por isso deve ser destacado dentro desta nova organização e que de certa forma vem atenuando esta demanda por mais terras tem sido a saída dos filhos dos camponeses para trabalharem fora da unidade de produção familiar. Conta para isso os novos vínculos empregatícios que estes jovens vêm tendo acesso principalmente em empregos nos centros urbanos. A saída destes jovens para se empregarem neste novo mercado de trabalho tem a ver com uma maior escolarização eles encontram oportunidades de se empregarem em cargos públicos, empresas privadas ou em seus próprios negócios. Isto, por hora, se apresenta como fator convergente no sentido de aliviar esta situação de pressão por novas áreas.

Outro fator que pode ser considerado relevante nesta discussão é que as aposentadorias dos camponeses, com idade superior a 60 anos, fazem com que se diminua a sua participação nas atividades que demandam mais trabalho como são as atividades realizadas na roça. Neste caso, a prática agrícola e o cultivo de alimentos ficam ao encargo dos filhos que residem juntamente com a família. Porém, há que se acrescentar que aliado a isso está o fato de que a produção dos cultivos de arroz, milho, feijão e mandioca, influenciada por questões ambientais e sociais como redução da fertilidade do solo, da redução de mão de obra disponível pela família e da introdução da criação do gado nos lotes de algumas famílias tem provocado uma diminuição da produção.

De acordo com as observações realizadas verificou-se que as áreas de pousio estão sendo reduzidas tanto em área quanto de tempo para os novos ciclos. Uma das causas dessa redução da área agrícola, que se observou em São Manoel, são as ampliações das áreas de pastagens.

Ao analisar a formação do campesinato de São Manoel torna-se necessário destacar as contribuições de Shanin (2005, p. 3), que assinala para a capacidade que os camponeses têm de se moldar ao ecossistema, equilibrando práticas agrícolas e preservação do meio ambiente, muito embora, o pouco tempo de pousio das capoeiras, cerca de três a cinco anos, possa estar implicando na redução da produção agrícola quanto na redução da produção do coco babaçu. No entanto, entende-se que uma análise mais aprofundada sobre isto demanda estudos mais criteriosos.

A crescente atividade de criação de bovinos é um indicativo deste processo de adaptação dos camponeses ao ecossistema e às novas condições sociais que vem sendo construídas. Entretanto, assinala-se que, mesmo diante de alguns problemas enfrentados como os apontados acima, as práticas agrícolas são meios de fortalecimento da economia familiar contribuindo para sua permanência no campo. Do mesmo modo, se apresenta o extrativismo do coco babaçu, como uma importante atividade econômica para estas famílias, não só pelo aspecto do reconhecimento político, mas na sustentação da unidade de consumo em períodos de maior escassez dos produtos agrícolas.

Através do extrativismo estas famílias mantiveram reunidas passando a se constituir como importantes atores sociais locais. Na condição de atores sociais se fazem representar pelo peso social e político se autodesignando como extrativistas. Assim, estas famílias se representam em outros espaços públicos de debate, fazendo desta atividade, a principal estratégia de reivindicação de direitos e conquistas de melhorias nas condições de vida.

A vida das famílias camponesas passa por uma discussão que é sobre a sua liberdade e autonomia em relação à produção, pois produzem basicamente para seu próprio consumo. A própria família fica encarregada de fazer o controle tanto do lote quanto das atividades realizadas nele, fato este que faz a economia camponesa diferir ainda mais da economia capitalista. Observou-se que a satisfação tanto material quanto subjetiva é o elemento mais importante na produção camponesa. Em alguns casos os camponeses tiveram que sair dos seus lugares de origem para continuarem se reproduzindo em outro, como foi o caso dos migrantes, ou então, enfrentar a ação dos fazendeiros e sua lógica de uso e posse da terra, sendo este enfrentamento a base do conflito social ocorrido em São Manoel.

Constatou-se que a forte pressão exercida pelo capital sobre os modos de vida dos camponeses se acirrou, ameaçando-lhes em sua liberdade física e moral. Quando a sobrevivência em seus territórios corria sérios riscos e a eminência de enfrentar mais um processo migratório se aproximava, estas famílias se articularam e passaram a se defender mutuamente. Com isso, criou-se um processo novo na vida dos camponeses, ou seja, passaram a resolver os problemas em regime de cooperação. Se num dado momento os camponeses viviam uma crença de que a terra era um bem livre, no entanto, tiveram que lidar com a lógica do capital que concebe a terra como propriedade. Esse confronto de lógicas, essa visão dual, preconizada por Musumeci (1988), conduziu para uma situação de conflito e enfrentamento entre a lógica camponesa e os interesses do capital.

De certo modo, e inevitavelmente, este confronto produziu um conjunto de transformações na práxis dos camponeses que tiveram que criar estratégias de enfrentamento para lidar com as investidas dos fazendeiros e de suas formas de apropriação e exploração. Nesta relação de conflito os camponeses foram sendo instrumentalizados a se organizarem para uma ação de resistência. O fato é que a pressão exercida pelo capital ampliava-se exacerbadamente um sistema de opressão sobre as famílias camponesas e o cercamento dos seus territórios ocupados tradicionalmente.

À medida que estes territórios iam sendo cercados iam se construindo novas formas de relação social, principalmente relações de subordinação. Desse modo, quando os camponeses se viram apertados feito animal no curral, sem ter o que comer, então a saída foi arrebentar a cerca e libertarem-se mutuamente. Em São Manoel e comunidades circunvizinhas esta situação social era bastante comum. Os eminentes ataques e a coerção imposta pelos fazendeiros, numa tentativa de impedimento à permanência destas famílias em seus territórios, possibilitou a estas famílias, diante dos riscos também de vida, o uso de uma estratégia coletiva de enfrentamento.

A criação de estratégias pelos camponeses para o enfrentamento do sistema de opressão estabelecido pelo fazendeiro, em São Manoel, se deu a partir do próprio sistema capitalista. Entre as décadas de 60 e 80 foram sendo engendradas, a partir deste antagonismo social e econômico entre camponeses e capitalistas, um modelo de relação de subordinação e exploração da força de trabalho dos camponeses. Porém com o agravamento da situação de maximização da exploração sobre os camponeses para atender interesses do capital e das restrições que estavam sendo impostas ao campesinato, de modo geral, conduziu a um processo de conflito nas relações entre eles.

Vale destacar que, até aquele momento, não havia sido colocado em ação, por parte dos camponeses, nenhuma forma de resistência organizada que viesse contrapor ao fazendeiro respaldado pelo modelo capitalista estabelecido na região. Entretanto, quando a situação dos camponeses ficou, de certo modo, insustentável social e economicamente eles foram motivados para lutar em cooperação e enfrentar a dominação que estava sendo imposta.

Quanto à situação do campesinato em São Manoel, levando-se em conta o processo histórico de sua construção até os dias mais recentes, o relato a seguir é figurativo para ilustrar o que ocorreu.

*“Tenho 55 anos e todos são vividos aqui em São Manoel. Meus pais vieram do Ceará. Hoje tá bom demais! Tinha tempo que eu ia mais o Baetinha [esposo] quebrar coco. Ele só ajuntava. Eu quebrava. A produção era para comprar um quilinho de arroz e uma sardinha. Isso era rojão. Hoje tem carne, feijão. A gente morava era agredido pela cerca do patrão. Nem uma roupa podia estender que o dono mandava tirar” (Raimunda Rodrigues Reis, 56 anos, entrevistada em julho de 2012).*

Neste caso estudado, é contundente a compreensão de que esta realidade observada pode ser entendida como uma parte da história local em relação ao processo histórico da luta pela terra no Brasil. Neste sentido, há de convir que, assim como assinalado por Shanin, esta história local é parte de uma história social muito mais ampla. Neste processo de organização dos camponeses de São Manoel se configura, em si, as especificidades de uma cultura camponesa que se unem nas e pelas diferenças em função de uma luta que é comum aos diferentes grupos sociais.

Desta forma, os camponeses de São Manoel buscaram, de forma comum, garantir sua condição de liberdade e autonomia, para, deste modo, assegurar seus modos de reprodução social e econômica. Assim, entre as muitas aprendizagens que decorreu a partir do estudo sobre o campesinato e sua formação no Médio Mearim, mais especificamente em São Manoel, através da convivência com as famílias camponesas ou mesmo através de uma base teórica que discute esta questão, ficou legível que,

O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo; a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele (SHANIN, 2005, p. 18).

Diante de tudo o que se constatou neste capítulo, pode se dizer que, se o sistema de opressão imposto pelos fazendeiros sobre os camponeses de São Manoel e demais comunidades circunvizinhas produziu desigualdades sociais durante o período de exploração, compreendeu-se, por sua vez, que foi no interior deste mesmo sistema de exploração que foram produzidas, pelos camponeses, as condições de confrontá-lo e vencê-lo, como será visto no próximo capítulo.

## 5 A PRÁTICA DO MUTIRÃO: EM BUSCA DA RE-LIBERDADE

O estudo das práticas de mutirão enquanto movimento social em São Manoel teve como pressupostos declarados pelos camponeses: a luta pela terra e pelo acesso livre aos babaçuais. Observou-se que estes fatores estão correlacionados com fatores como a concentração fundiária, a exploração do trabalho e a subordinação ao projeto de desenvolvimento do capital decorrentes das transformações sociais e econômicas associadas ao desenvolvimento econômico do país (MARTINS, 1973). Este modelo econômico expôs as famílias camponesas a algumas dificuldades econômicas, onde a situação de *penúria* em que viviam foi uma das características do campesinato de São Manoel.

Esta situação social dos camponeses aliada ao desejo de serem livres constituíram-se como pano de fundo para a realização desse movimento social “revolucionário<sup>34</sup>” designado como mutirão. A privatização da terra e dos recursos florestais, neste caso, os babaçuais e a sua destruição para formação de pastagens, se constituiu como aspectos primordiais usados pelas famílias camponesas como justificativas para a realização deste movimento. Aliado a estas questões de ordem local, pode ser observado na história do país que esta prática comunitária de luta por territórios emerge de uma conjuntura nacional da crise agrária ocorrida na década de 80 (GOHN, 2001b, NAVARRO, 1997).

Estes novos movimentos sociais e identitários emergiram num contexto histórico, social, político, econômico e cultural como resultantes de uma história de negação e do não reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais. Por meio destes movimentos, estes povos lutaram para permanecer em seus lugares, defendendo seus modos de vida (ALMEIDA, 2008a). As famílias camponesas ao se lançarem na busca por “novos” direitos e o rompimento com o sistema jurídico tradicional sentiam a necessidade de se emancipar (SANTILLI, 2005, p. 57). Dessa forma, a tomada de consciência crítica da condição de sujeitos explorados, a partir de uma práxis e do aprimoramento político (GRAMSCI, 1991), que, como sujeitos pensantes e reflexivos (CHAUÍ, 2001, 118), procuraram romper com as ordens estabelecidas por um sistema capitalista que ditava as ordens (KASHIURA, 2009, p. 27).

Neste sentido, o movimento popular, de luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais, realizado pelos camponeses em São Manoel e no Médio Mearim contra os fazendeiros, se mostrou como “estágio de uma emancipação” (FIRTH, 1974, p. 31). Este movimento buscou, entre outras coisas, resolver os problemas econômicos, sociais e políticos

---

<sup>34</sup> Este termo revolucionário é uma designação usada pelos camponeses de São Manoel para se referirem ao movimento de luta pela terra e babaçuais. Representa para eles o fim da submissão às ordens do fazendeiro e o livre acesso à terra e aos babaçuais.



locais. Compreendeu-se, desta forma, que a organização dos camponeses de São Manoel em mutirão, para libertar a terra e os babaquais, pode ser entendida como uma estratégia coletiva de luta e de resistência resultante, de certo modo, do medo de perder os meios utilizados na reprodução do seu modo de vida. Assim, de acordo com Hobbes, “o medo da opressão predispõe os homens para antecipar-se, procurando ajuda na associação, pois não há outra maneira de assegurar a vida e a liberdade” (HOBBS, 1997, p. 93).

Corroborando Hobbes, observou-se que, face às ameaças sofridas e do risco de serem expulsos do território que estavam ocupando, esses camponeses passaram a atuar coletivamente em regime de cooperação. Desta forma, visavam alcançar objetivos que pudessem ser compartilhados entre todos os participantes da ação. A partir da ação de luta comunitária designada como mutirão, iniciou-se todo um processo de enfrentamento social e reivindicação de direitos.

Este estudo registrou a existência de duas práticas relacionadas ao mutirão que permanecem presentes na memória coletiva das famílias estudadas. Uma dessas práticas é a que atribui ao mutirão, ação realizada em cooperação entre as famílias e entre as comunidades, uma característica de movimento popular na luta entre fazendeiros e camponeses pela disputa da terra e dos babaquais. Por outro lado, o mutirão refere-se às práticas de trabalho realizado em diferentes espaços sociais, mas principalmente no campo agrícola onde é desenvolvidas ações de cooperação mútua ou simplesmente como ajuda. Essa estratégia, como se notou, tem sido utilizada em diversos momentos da história local, sendo acionado tanto em tempos de luta, de mais adversidade, quanto em tempos de paz.

Deste modo, procurou-se examinar estas práticas camponesas, tanto as que convergiram no enfrentamento ao modelo econômico expropriador quanto as práticas de trabalho em regime de cooperação mútua e ajuda, como estratégia de realização de serviços no campo agrícola. No entanto, vale ressaltar que, em ambos os casos, a análise destas práticas estão alicerçadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade e ambas sustentaram a coesão necessária ao enfrentamento dos adversários.

Conforme assinalado anteriormente, o sistema de reprodução social das famílias camponesas passou a ser ameaçado em função da nova relação com a terra imposta pelo fazendeiro, entre as décadas de 60 e 80. Por isso, este grupo de famílias teve que procurar alternativas que viessem garantir não só o direito de permanecer em seu território e de produzir nele, como criar uma relação de estabilidade para o próprio grupo. A partir dessa necessidade, os camponeses de São Manoel passaram por um processo de transformações e reorganização socioeconômica e política. Assim, diante da ameaça de perderem suas terras e a autonomia,

este grupo de famílias iniciou a demanda pelo território que vinham ocupando tradicionalmente.

Embora seja tratado em separado, cada uma das práticas variantes do termo *mutirão*, dadas à natureza das atividades que envolveram essa prática de trabalho coletivo, é oportuno dizer que em ambos os casos estas práticas estão alicerçadas pelos mesmos princípios. Estas práticas constituíram-se por ações de cooperação mútua e ajuda, construídas a partir de relações de reciprocidade entre as famílias e outras comunidades. Neste sentido, o estudo a parte, de cada uma destas formas de cooperação adotadas pelos camponeses de São Manoel, visa ilustrar como as famílias se apropriaram de uma noção de trabalho coletivo, culturalmente reconhecida, e aplicaram em situações que se mostraram adversas.

### 5.1 O MUTIRÃO À LUZ DO ENFOQUE TEÓRICO

A literatura sobre *mutirão* trouxe importantes elementos para o debate desta prática camponesa. É oportuno assinalar que o exame teórico das práticas de trabalho coletivo que são designadas como *mutirão*<sup>35</sup> com base em referenciais e a luz do entendimento pelo grupo social estudado indicam que o termo *mutirão* é utilizado em diversas partes do Brasil. Esta prática está muito ligada às atividades do campo como uma forma de caracterizar o auxílio mútuo, que segundo Caldeira recebe numerosas denominações, variáveis, geralmente, de uma unidade política para outra, e dentro do próprio âmbito regional, de uma para outra zona (CALDEIRA, 1956; GALVÃO, 1959; MARCONDES, 1948).

Entre as diversas designações utilizadas para se referir ao auxílio mútuo apresentam-se, principalmente, *mutirão* ou *muxirão*, *adjunto*, *adjutório* ou *ajutório*, além de outras variações dialetais. Segundo Caldeira e Marcondes, o auxílio mútuo é uma forma de trabalho comum a quase todo o Brasil. Dada a abrangência de dialetos sobre a prática de trabalho em forma de ajuda mútua este estudo adotou o uso do termo *mutirão*, não só pela abrangência com que ocorre em diferentes regiões do país, mas por ser termo utilizado pelos camponeses de São Manoel para designar práticas locais realizadas em regime de cooperação e ajuda. O termo *mutirão* foi adotado como termo designativo, genérico, que se refere às atividades coletivas solidárias desenvolvidas a partir de critérios como união e associação e traz como

---

<sup>35</sup> O termo *mutirão* pode ser encontrado em diversos lugares do Brasil como: *mutirom*, *mutirum*, *muxirão*, *muxirã*, *muxirom*, *muquirão*, *putirão*, *putirom*, *putirum*, *pixurum*, *ponxirão*, *punxirão*, *puxirum*; *ademão*, *adjunto*, *adjutório*, *ajuri*, *arrelia*, *bandeira*, *batalhão*, *boi-de-cova*, *corte* (ô), *junta*. Cf. *suta*, *traição*, *troca de dia e estalada* (5). (O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3ª. edição, 2004).

característica principal a reciprocidade nas relações intra e interfamiliares (CALDEIRA, 1956, p. 25-28).

Quando se busca identificar a origem do termo mutirão, uma das dificuldades que se apresenta, segundo Caldeira, é especializar geograficamente a sua origem, pois há controvérsia quanto a isto. De acordo com Figueiredo Filho (1942) citado por Caldeira, (1956, p. 19) é atribuída ao mutirão uma origem ameríndia. O chamado adjunto é um termo sinônimo do mutirão sendo usado em algumas regiões do Brasil para caracterizar as mesmas atividades realizadas nos mutirões, sendo visto como uma “tradição legada pelo índio” (FIGUEIREDO FILHO, 1942, apud CALDEIRA, 1956, p. 19). Arthur Ramos, numa tese contrária, entende que, embora o termo mutirão ou putirão seja de origem tupi, é uma forma de trabalho coletivo de origem africana (ARTHUR RAMOS, 1943, apud CALDEIRA, 1956, p. 20-21).

Esta divergência sobre a origem é discutida por Hélio Galvão (1954) citado por Caldeira (1956, p. 21) como uma maneira simplista de dar aos costumes uma só origem, sendo isto por ele denominado de “mania de monogênese”. Segundo Galvão, “tal costume, tal hábito, tal estória, só nos pode ter vindo de um dos elementos que integram a nossa formação etnográfica” (GALVÃO, 1954, apud CALDEIRA, 1956, p. 21). Para Galvão, o auxílio mútuo não tem uma origem local, sendo visto mais em função do instinto gregário do homem, resultante da vida em sociedade. Neste sentido, assevera que “cada grupo social o organiza segundo seus hábitos e tendências peculiares” (GALVÃO, 1954, apud CALDEIRA, 1956, p. 22).

De acordo com Marcondes o mutirão se trata de um “fenômeno universal, existente ainda hoje em muitas sociedades primitivas, é um traço cultural que tipifica bem a solidariedade humana de todos os povos. No Brasil, é um amálgama de várias culturas” (MARCONDES, 1944, apud CALDEIRA, 1956, p. 22). A ressalva que se faz aqui quanto ao uso do termo “sociedades primitivas” por Marcondes, precisa ser vista criteriosamente pois, o entendimento é que o mutirão não se trata de uma prática de grupos sociais “atrasados” como parece ser a intenção do autor nesta referência. Portanto, esta prática tem mais a ver com as condições adversas em que os grupos sociais se encontram e, por isso, encontra na cooperação uma maneira de solucionar os problemas enfrentados.

Caldeira (1956, p. 29), assinala que as práticas de auxílio mútuo são realizadas por diversas motivações, que entre elas estão: amizade, parentesco e compadrio, ora se revestem de caráter pessoal e se traduzem na prestação recíproca de vários serviços, ora se realizam em grupos familiares ou coletivos e envolve a maioria dos elementos que formam a vizinhança.

De acordo com Caldeira (1956, p. 42), o auxílio mútuo pode ser visto como atividade aplicável a uma parte do sistema econômico ou como comportamento social. Esta atividade é um costume desenvolvido à margem da grande propriedade fundiária, interessando principalmente às camadas pobres do campo, dispersas ou mais ou menos agrupadas em explorações e que de ordinário faltam recursos para custear a mão de obra, onde, geralmente, predominam as atividades com base no sistema de trocas.

Veiga e Albaladejo (2002, p. 13) assinalam que as trocas são importantes recursos para os agricultores na produção dos bens, na tentativa de melhorar as condições de vida através da acumulação, consolida uma capacidade frente a imprevistos como doença, má colheita, etc., mobiliza e fideliza a mão-de-obra disponível localmente, diminuindo a incerteza quanto à sua capacidade de mobilizá-la quando necessário. Geralmente, ocorre em condições com baixo capital produtivo, pequena capacidade de investimento em máquinas ou ferramentas, “monetização” das relações de trabalho pouco desenvolvida e considerando-se que não se apresenta nenhuma alternativa técnica que faça uma diferença significativa na produtividade do trabalho. Pode ser visto ainda como uma das razões que explicam a densidade de relações de trabalho entre agricultores, acrescida de uma função social de produção de capital simbólico.

Embora não haja uma disposição contratual que obrigue as partes tanto a que doa como a que recebe ajuda, elas ficam no dever de retribuir a prestação de serviço na primeira oportunidade em que lhe for solicitada. Sendo assim, o mutirão pode ser entendido como um contrato com fundamento moral e não legal, tendo como componente característico a retribuição com a mesma unidade, ou seja, o dia de serviço (CALDEIRA, 1956, p. 32).

A prática do mutirão, mesmo que reconhecida como uma estratégia relevante de fortalecimento recíproco entre as famílias rurais, fora apontado pelo respectivo autor, em estudos na década de 50, por uma tendência de desaparecimento destas práticas de trabalho no meio rural. A análise feita por Caldeira partia de uma visão positiva considerando basicamente o aspecto econômico, pois para ele a “invasão dos costumes urbanos e a desintegração da sociedade cumulativa vão dificultando a manutenção dessas formas espontâneas de cooperação” (CALDEIRA, 1956, p. 10).

Segundo Caldeira (1956, p. 92), “o desuso destas práticas é mais acentuado nos lugares onde a economia monetária, resultante das facilidades de venda de produtos agrícolas, vai substituindo as relações econômicas tradicionais, caracterizadas pela produção para consumo próprio e permuta do excedente entre os membros do grupo local”.

Concorda-se com Caldeira (1956) que as condições econômicas exercem influência sobre a realização destas práticas conforme observados neste estudo. Porém, em São Manoel notou-se que a melhoria de renda das famílias não tem se constituído como elemento desagregador dessas relações, aliás, são estas relações de trabalho em forma de cooperação mútua que se constituem como um importante meio de fortalecimento econômico e melhoria de renda dos camponeses.

A partir das observações feitas na primeira década do Século XXI, em São Manoel, constatou-se que a prática do mutirão ocorre em diversas situações sociais como nos festejos de santos, tapagem de casas, limpeza de açudes, atividades de limpeza de caminho, roço de pastagens, trabalhos nas escolas famílias agrícolas e, em situações cada vez menos frequentes, como as tarefas ligadas ao cultivo da roça. Ao observar as práticas de mutirão mantidas pelo grupo estudado verificou-se a existência de razões não econômicas envolvidas nesta relação comunitária, ou seja, várias atividades são realizadas entre as famílias sem o envolvimento de moeda. Isto faz com que algumas atividades sejam realizadas tendo como base o princípio da solidariedade, benevolência sem fins diretamente produtivos, mas que no fundo, entende-se que a expectativa de um possível retorno do gesto e da ação feita. Neste caso, se presta auxílio àquele que depende da força coletiva para realizar uma tarefa de cunho social em menos tempo ou em situações emergenciais.

De acordo com Caldeira (1956, p. 93),

Ao impacto das mudanças que se vêm processando na vida econômica das populações rurais, traduzidas em parte na constante individualização do trabalho, a instituição da ajuda mútua entra em crise e não raro deixa de ter validade. Isto, porém, não se verifica sem transição, dando lugar à prática de formas intermediárias em que, a par da permanência de algumas características do antigo costume, se assinalam os germes do moderno sistema mercantil baseado nas relações monetárias.

As transformações assinaladas pelo autor sobre as práticas do mutirão vistas como etapas de um processo de relações de uma economia mercantil, em São Manoel, não vem desagregando esta prática, porém foi constatado que a prática do mutirão está se transformando. As relações monetárias passam a estar envolvidas em algumas atividades<sup>36</sup>, à medida que novos comportamentos sociais vêm sendo alterados em função das próprias condições monetárias e melhoria da renda familiar. Em São Manoel, observou-se, a partir das próprias habitações, que as condições econômicas das famílias vêm melhorando.

---

<sup>36</sup> Serviços mais específicos como torração de farinha, construção de casa de alvenaria, carpintaria são atividades remuneradas.

O mutirão fora visto como uma maneira cooperada de trabalho tendo, nos estudos de Mannheim (1962) sobre cooperação e auxílio mútuo e de Mauss (1974) sobre o sistema de dádivas ou trocas, em que há as obrigações de dar, receber e retribuir, os fundamentos teóricos pelos quais se sustentam esta prática. O mutirão como forma de trabalho em regime de cooperação mútua, leva em conta a definição de cooperação de Mannheim (1962, p. 146), que a define como uma força agregadora dos indivíduos, ou seja, para ele, “a cooperação é uma atividade integradora”.

O mutirão é um termo que designa e expressa formas de trabalho realizadas em regime de cooperação mútua e ajuda. Mannheim assinala que auxílio mútuo pode ser visto como uma das três forças mais importantes nas atividades cooperadas. De acordo com Mannheim, um dos motivos mais antigos e frequentes de união tem sido a cooperação no combate ao inimigo podendo se recorrer a esta força tanto no ataque quanto na defesa.

Essa cooperação assinalada por Mannheim, foi verificado nas ações dos camponeses de São Manoel, quando tiveram que lutar em favor da defesa do território e dos babaçuais e enfrentar as reações do fazendeiro, um processo semelhante. Desta forma, entende-se que é na defesa de interesses comuns que se criam as uniões mais duradouras, pois o medo do ataque do inimigo se constitui, segundo o autor, numa “razão construtora de uniões grandes e permanentes” (MANNHEIM, 1962, p. 146). Mannheim cita alguns momentos da história em que a força da cooperação teve destaque, entre eles, a conquista da terra de Canaã, o aparecimento de cidade-estado italiana, a necessidade de controlar as águas dos grandes rios, na construção de trabalhos públicos, a caça coletiva, a proteção comum dos rebanhos, a ceifagem dos campos da comunidade e os cultos religiosos.

De acordo com Mannheim (1962, p. 149), “a cooperação mais espontânea entre grupos é o auxílio mútuo de vizinhos, que consiste na combinação espontânea de esforços, sem submissão à autoridade”. Para ele a característica dessa espontânea prontidão de dar auxílio mútuo é que ele funciona melhor em épocas difíceis do que nas fáceis. Vale ressaltar que, “de modo geral, as classes mais baixas praticam mais o auxílio mútuo do que a classe média ou mais alta” (MANNHEIM, 1962, p. 149-150). Neste sentido, entende-se que, onde as adversidades são maiores e impõem certas condições no modo de sobrevivência dos grupos sociais eles buscam se defender mutuamente. Assim, os homens reúnem suas forças, pois no lugar que a “luta pela vida é mais dura, os laços tribais são mais fortes” (KROPOTKIN, 2009, p. 83).

A prática do mutirão traz intrinsecamente como princípio básico a reciprocidade. Nela está implícita a ideia do possível retorno, mesmo que isto não venha a acontecer no sentido

imediatos. Então, em alguns casos a participação no mutirão em apoio a uma família pode ficar como uma poupança para quem prestou a ajuda. No caso da luta pela terra, como os benefícios são compartilhados a reciprocidade funciona como o vínculo que une os camponeses em função dos objetivos serem comuns.

Sabourin (2008, p. 137), ao examinar a reciprocidade a partir dos estudos de Mauss, diz que, o primordial entre as contribuições deste autor, é não considerar apenas a qualificação da dívida como uma forma de relação social e transação econômica, mas, sobretudo, a universalidade da tripla obrigação “dar, receber e retribuir”. Para ele, o princípio de reciprocidade deve ser visto como essa “rocha”, matriz das relações e das civilizações humanas.

## 5.2 O MUTIRÃO DE LUTA PELA TERRA

O mutirão de luta pela terra foi um movimento social de defesa não somente pelo território e os babaquais, mas por toda uma conjuntura social em busca da “cidadania coletiva” e dos “novos direitos” (GOHN, 2001, p. 17). Na condição de atores sociais, estes camponeses participantes do movimento, tornaram visíveis as suas ações (ALMEIDA, 2008a), motivos pelos quais puderam se emancipar politicamente (GRAMSCI, 1991). Observou-se, a partir das informações locais, que as ações sociais desenvolvidas por meio do mutirão não se deram de forma aleatória. Compreendeu-se que havia por trás destas práticas uma racionalidade política vinculada, de certa maneira, aos ideais religiosos<sup>37</sup> que, entre coisas, tinha como intuito contribuir na construção de um sistema local mais livre, justo, fraterno e igualitário.

Este movimento de luta pela liberdade e reconquista da terra, liderados pelas famílias camponesas do povoado de São Manoel, pode ser percebido como consequência de um processo de conscientização política e educativa emergido na década de 80. Os camponeses visavam construir comunitariamente melhores condições de vida para as famílias, levando em conta os problemas locais e as lutas daí decorrentes de um sistema antagônico. Neste sentido, destaca que essa luta em prol de sua cidadania e reconhecimento dos direitos foi engendrada “no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram” (GOHN, 2001, p. 17).

Todavia, assevera-se que este processo de organização do grupo de camponeses, para lutar contra fazendeiros, que representavam o sistema de opressão, foi sendo engendrado

---

<sup>37</sup> A Igreja Católica, por meio da ACR, tem importante papel no processo que forjou as bases da luta dos camponeses contra o sistema de opressão e exploração.

processualmente face aos antagonismos socioeconômicos em que viviam estas famílias. Uma das razões que motivaram a realização do mutirão de luta pela terra, de acordo com Rony Vital<sup>38</sup> (entrevistado em julho de 2012), teve origem a partir das necessidades das famílias trabalhadoras rurais. Segundo Rony Vital, “a pobreza foi o estopim de tudo”. Para o entrevistado, é nesse momento de dificuldades que as coisas acontecem, “as famílias se juntam e somam as forças para mudar a situação social em que vivem”. A essência da luta dos camponeses de São Manoel estava ligada à necessidade de se defender cotidianamente de um sistema econômico explorador.

Este movimento, em versões apresentadas pelos camponeses, não ocorreu apenas em função do cercamento das terras e do impedimento de acesso aos babaçuais, mas devido a uma série de acontecimentos repressivos e atitudes dos fazendeiros que motivaram a luta. Além do mais, fazia parte deste contexto a derrubada dos babaçus<sup>39</sup>, o “coco preso”, o baixo preço pago pela amêndoa e a diminuição do espaço de morada. A repressão às famílias era feita sob vários aspectos. Segundo a quebradeira Raimunda Rodrigues dos Reis (entrevistada em agosto de 2012), “o fazendeiro quebrava os cestos, não permitia estender roupas no arame para não espantar o gado, se estendesse o dono mandava tirar”.

Estes fatos repressivos e as limitações impostas aos camponeses foram aspectos que motivaram para que eles lutassem coletivamente em cooperação mútua para libertar a terra e o babaçu. Segundo Raimundo Vital, o objetivo inicial era ter livre acesso aos babaçuais, mas que devido ao clima de tensão entre eles e os fazendeiros da região, entenderam que precisavam libertar também a terra.

Nesta luta comunitária em regime de cooperação mútua estiveram envolvidos homens, mulheres e crianças. As mulheres e crianças faziam a linha de frente no enfrentamento contra os jagunços e policiais, defendendo as casas e dando guarida aos homens. Por outro lado, os homens ficavam na retaguarda e escondidos no mato fugindo da perseguição. Os camponeses armados com espingardas e facões tiveram que se refugiar no mato, fazer vigília<sup>40</sup> nas roças

---

<sup>38</sup> Funcionário da Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), articulador de práticas de mutirão em diversas comunidades rurais.

<sup>39</sup> Havia, como ainda há, por parte dos camponeses de São Manoel, uma preocupação ambiental em garantir às futuras gerações o acesso aos recursos disponíveis. Essa posição dos camponeses frente a devastação se mostra como um paradigma produtivo, cujos princípios se voltam para uma produção ecologicamente sustentável, representando uma reação ao modelo depredador, sendo assim orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta (LEFF, 2002).

<sup>40</sup> Durante algum tempo as roças eram feitas num mesmo espaço, ou seja, era tudo junto como uma maneira de facilitar o trabalho do grupo na proteção de suas vidas e como meio de produzir os alimentos de que necessitavam. No período mais tenso do conflito, os homens utilizavam esta técnica de defesa, assim enquanto um grupo de homens trabalhava nos cultivos outros realizavam a defesa da área.



para escapar das agressões e ataques dos algozes enviados a mando do fazendeiro e do Estado.

A mata verdejante por algum tempo fora o esconderijo e as veredas construídas em seu interior o caminho que ligava um povoado a outro. As relações interfamiliares e intercomunidades tinham na troca de favores e na cooperação mútua uma nítida demonstração da solidariedade e reciprocidade em defesa de seus interesses. A mata não era somente o lugar de abertura para o cultivo das roças, mais do que isso, metaforicamente, a mata era o espaço da proteção contra o “*mal*”.

O termo “*mal*” foi uma expressão usada pelos camponeses para expressar o contexto social em que eles estavam inseridos fazendo alusão ao sistema opressor e às formas de violência deste sistema contra seus familiares. Porém, “*mal*” também foi usado pelos camponeses para se referir ao fazendeiro. Pelo fato desta ação comunitária, designada por mutirão, receber influências religiosas, o processo de resistência dos camponeses traz um embate que, metaforicamente, pode ser visto como a luta entre o “bem” e o “mal”. Os camponeses, se colocando ao lado do “bem”, pretendiam reconquistar a liberdade e a autonomia, suprimidas pelo fazendeiro, tido como o lado do “mal”, e assim, acabar com a servidão que os mantinham presos ao patrão.

Ideológica e politicamente os camponeses entenderam que o mutirão, além de representar a união do grupo, sendo visto como uma estratégia de maximizar a força da comunidade poderia ser uma maneira de enfrentar o sistema socioeconômico antagônico que estavam enfrentando. Desta forma, a união do grupo lhes possibilitaram melhores condições de resistência contra as reações estabelecidas pelo fazendeiro e a anuência do Estado. Neste entendimento, esta ação comunitária camponesa realizada através do mutirão, compreendida por eles como uma *revolução*, foi decisiva para eles na luta e no enfrentamento do inimigo comum.

Uma das justificativas locais utilizadas para explicar o uso do termo mutirão está na quantidade de pessoas envolvidas no movimento e nas características do mutirão, pois era, segundo eles, *todo mundo ajudando um ao outro*. Era essa *multidão* de gente envolvendo homens, mulheres e crianças em ações, principalmente na luta pela terra, que de certa forma, explicava a designação desta prática local. No entanto, alguns entrevistados ressaltam que certas práticas solidárias já eram desenvolvidas pelas famílias em situações de mais dificuldades ou quando eram extremamente necessárias como levar alguém doente na rede até a cidade. Porém, a prática do mutirão ficara marcada na história do grupo em função da

reocupação das terras e do povoado, fato este que mobilizou inúmeras famílias e apoio mútuo de outras comunidades.

Diante disto, destaca-se que o princípio da solidariedade e reciprocidade, aspectos intrínsecos no mutirão, cooresponsabilizara a todos os envolvidos na luta. O fato foi que além de se defender mutuamente os participantes tinham direitos iguais nos benefícios, ou seja, o direito de posse na terra conquistada e no acesso aos babaçuais. Deste modo, os camponeses de São Manoel que participaram da luta tiveram como meta a repartição dos benefícios alcançados por meio desta prática. Estes benefícios conquistados foram considerados inicialmente como recursos comuns<sup>41</sup> a todas as 31 famílias.

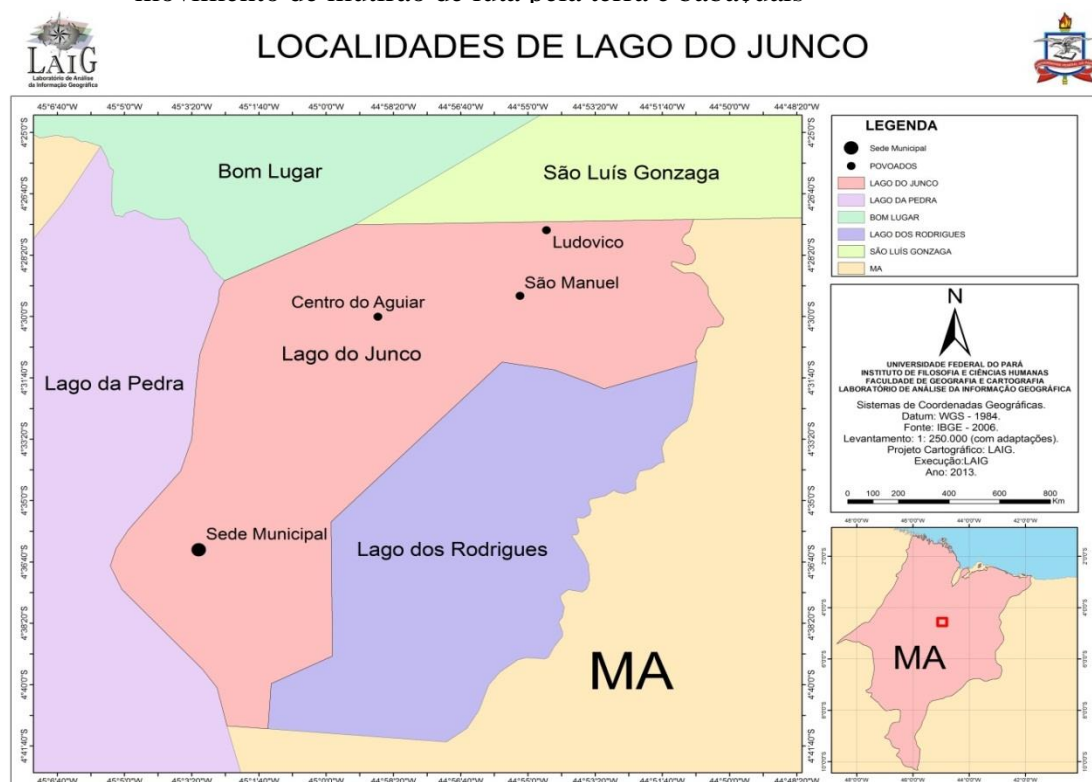
### **5.2.1 A força da união**

Em São Manoel a prática do mutirão de luta pela terra e os babaçuais iniciou com uma participação de 45 famílias. Do início até a conquista definitiva da terra houve a desistência de 14 famílias. De acordo com versões apresentadas a desistência de algumas famílias ocorreu em função do tempo de resistência na luta, por medo da reação do fazendeiro. No entanto, convém salientar que esta prática do mutirão de luta e resistência pela terra ocorreu em várias comunidades rurais do Médio Mearim praticamente ao mesmo tempo. Outras comunidades próximas de São Manoel como Ludovico (Centro Aparecida), Centrinho do Acrízio, Centro do Aguiar, Pau Santo, Centro do Zé Machado, São Sebastião e Sítio Novo enfrentavam o mesmo problema com os fazendeiros e usaram da mesma prática de mutirão (Mapa 4).

---

<sup>41</sup> Pode-se entender que os recursos comuns são aqueles acessados e utilizados em regimes de uso comum, onde um grupo particular de indivíduos divide os direitos sobre os recursos, assim caracterizando uma forma particular de se tomar como posse estes recursos. Esta situação de participação do grupo no acesso aos recursos de uso comum foi assinalada por Mckean e Ostron (2001).

Mapa 4 – Algumas localidades no município de Lago do Junco onde ocorreu o movimento de mutirão de luta pela terra e babacuais



Fonte: Sousa, E. R. maio de 2013. Com adaptações.

Um dado que se registrou na versão contada pelos entrevistados foi que essa prática de defesa e reconquista da terra, em alguns casos, e da ocupação inicial em outros, estabelecidas entre as famílias e entre as comunidades constituiu-se por uma espécie de rede de relações que visavam o fortalecimento desses grupos nesta luta. Estas relações interfamiliares e intercomunitárias se sustentavam num sistema de trocas recíprocas o que ampliavam ainda mais o poder de resistência dos camponeses.

Na prática, a divisão entre mutirão para práticas agrícolas e extrativas e o mutirão para práticas de mobilização social e política é bastante artificial, uma vez que os princípios que as sustentam são os mesmos. De acordo com Valdir, através do mutirão “um grupo de homens reunidos consegue fazer qualquer trabalho: botar e colher roça, limpar açude, enfrentar os pistoleiros do fazendeiro” (Senhor Valdir, 40 anos, entrevistado em junho de 2012).

### 5.2.2 Entidades de apoio aos camponeses na prática do Mutirão

A realização do mutirão de luta e resistência pela posse da terra contou inicialmente com a participação de entidades religiosas como Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), Comissão Pastoral da Terra (CPT), sob influência do Frei Adolfo. Posteriormente,

com a criação da AMTR em 1988 que contou com o apoio do frei Adolfo, o movimento foi sendo fortalecido. Além do apoio de organizações ligadas à Igreja Católica, destaca-se o apoio de entidades representativas dos trabalhadores rurais como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de quatro municípios: São Luís Gonzaga, Lima Campos, Esperantinópolis e Lago do Junco. Na década de 90, os camponeses receberam apoio de instituições como ASSEMA, COPPALJ e puderam fortalecer as ações comunitárias no âmbito da associação dos trabalhadores rurais de São Manoel. Estas entidades tinham como objetivo assegurar a permanência dos camponeses nas terras conquistadas e dar sustentação social, política e econômica.

### 5.3 A PRÁTICA DO MUTIRÃO COMO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E LUTA DOS CAMPONESES EM SÃO MANOEL

A reforma agrária no Brasil nunca estivera na pauta do dia nos assuntos políticos, com exceção de algumas pouquíssimas lideranças políticas nacionais. Além do mais, são os próprios trabalhadores rurais e suas estratégias de luta quem mais impuseram no debate este assunto e levaram para campo as batalhas por terra. Estas lutas que se travaram no campo por iniciativas dos próprios camponeses, constituíram-se verdadeiramente numa batalha de luta por terra. Segundo Martins (1999), estas lutas fazem parte de uma relação desigual de mando e obediência entre fazendeiro e trabalhadores.

Martins (1999, p. 89), assinala que a pressão por reforma agrária cresce bastante entre os anos de 1985 e 1986, e, em alguns casos sem o devido retorno às famílias, tendo em vista que muitos projetos de desapropriação não eram colocados em prática. A menção nesta seção sobre a luta por reforma agrária que justifica alguns movimentos sociais no campo, conforme assinalado por José de Sousa Martins, foi somente para situar o foco do objeto de estudo que se apresenta neste contexto nacional dos movimentos sociais e luta pela terra como parte do problema nacional.

A partir deste contexto social em nível nacional de luta e pressão por reforma agrária foi que as práticas do mutirão, enquanto movimento social camponês, se destacou. Em meados da década de 80, a participação de um grupo de famílias camponesas agricultoras e extrativistas do coco babaçu que estavam enfrentando uma situação de exploração do trabalho, dificuldades econômicas de todas as ordens, vendo-se encurraladas pelo fazendeiro foram a campo reivindicar seus direitos. No caso de São Manoel, o fazendeiro pretendia

expulsar estas famílias das proximidades de suas propriedades. Isto contribuiu para que estas famílias pudessem se organizar e participar desta prática de mutirão.

Como já exposto anteriormente, os incentivos recebidos das lideranças católicas foram decisivos na construção do ideário de organização e de luta. A partir destas influências, os camponeses de São Manoel viram na atuação comunitária e solidária uma forma de contrapor ao processo de expulsão de suas terras ocupadas tradicionalmente desde a década de 20. Um aspecto curioso deste movimento é que a nível nacional a pressão por reforma agrária era feita basicamente sob a orientação e coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST). No entanto, conforme registrado nesta pesquisa, estas famílias estudadas não estavam vinculadas ao MST que na época ainda não tinha expressão no Maranhão. Mesmo assim, esta ação coletiva local teve poder de forçar o Estado do Maranhão a reconhecer os direitos deste grupo de famílias, adquirindo a posse da terra e promovendo a implantação de um assentamento de reforma agrária na localidade.

Como se viu anteriormente, esse movimento de luta e resistência foi resultante de mais de duas décadas de opressão pelo fazendeiro. Porém, no início da década de 80, mais precisamente em 1984, com a intensificação da Igreja Católica no povoado de São Manoel, foi que essa resistência teve força e adquiriu status de luta, inclusive, luta armada e ações de repressão e violência contra os camponeses. Isto, de certa forma, se justifica pelo que Wanderley está assinalando, pois, para a autora, “a reprodução da agricultura familiar, sobretudo num país com uma história como a do Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores” (WANDERLEY, 1996, p. 30).

### **5.3.1 26 anos de opressão**

Entre os anos de 1960 e 1986, é coro o relato de que as famílias camponesas estiveram sob um regime de exploração do trabalho e assistiram de perto o cercamento de suas terras ocupadas tradicionalmente. Ressalta-se que até 1960, período em que iniciou a venda de terras e a doação por parte do Estado, as famílias ocupavam as terras com fins de subsistência. A produção camponesa era suficiente apenas para a sobrevivência. Lamarche (1998) observou que a agricultura camponesa voltada para a subsistência se apresenta por uma forte predominância das lógicas familiares e pouca dependência em relação ao exterior. Neste caso, as unidades familiares utilizam técnicas bastante tradicionais, pois o objetivo primeiro aqui é garantir a satisfação das necessidades familiares (LAMARCHE, 1998; MUSUMECI, 1988).

Nestas circunstâncias de subordinação aos interesses do fazendeiro, interessava a estas famílias que a produção a ser obtida pelo trabalho pudesse garantir as condições de se reproduzirem e de pagar o exigido pelo pretense dono da terra. A preocupação não era obter a propriedade em si, mas de ter o acesso à terra de trabalho.

Com o sistema de venda de terras para fazendeiros ou mesmo a doação por parte do Estado, ocorreu, nesta região, uma sobreposição de usuários e de interesses. Esta sobreposição vai ocasionar o que Martins (2009) denomina de “conflito social” como decorrência do encontro das frentes de expansão (de camponeses) com a frente pioneira (agentes capitalizados). Esta situação de tensão social provocada pelos antagonismos sociais pode ser entendida como reflexo do que o autor percebe como desencontro das temporalidades históricas. Além disso, há por trás deste desencontro de tempos históricos uma divergência nos aspectos econômicos e culturais, ou seja, um antagonismo social.

Este antagonismo, caracterizado pelo sistema dual, ou seja, para os camponeses a terra pode ser apropriada de uma forma não mercantilizada, pelo fato dos “camponeses-posseiros” entender que a terra faz parte das condições que eles precisam para sobreviver. A lógica camponesa difere da lógica da propriedade privada capitalista, pois para o capital a terra é concebida como parte de um conjunto de elementos que serve para a acumulação, condição pela qual a terra passa a ser vista como “terra de negócio” (MUSUMECI, 1988, p. 32).

Este contexto de antagonismos marcado pelo encontro das frentes de expansão e pioneira, ou pela visão dual da terra, se constituiu como o ponto de onde emergiram os conflitos sociais. De acordo com Martins, na frente de expansão estão os camponeses que se movem de acordo com as suas necessidades de sobrevivência, pois o seu ciclo de produção obedece a práticas culturais que lhes são peculiares. Assim a fronteira se expande em direção à mata, que vai sendo lentamente incorporada à pequena agricultura. Por outro lado, a frente pioneira se instala lado a lado da frente de expansão promovendo um verdadeiro cerco aos trabalhadores rurais, assumindo uma postura do próprio capital que submete a si tanto os sujeitos quanto o próprio território (MARTINS, 2009; HÉBETTE, 1991).

### **5.3.2 “Luta” e “Resistência”**

O grupo de famílias camponesas, diante da necessidade de lutar por suas terras e babaçuais promoveu um processo de luta e resistência contra o sistema opressor mantido pelo fazendeiro. Estas famílias que estavam submetidas à exploração do trabalho, tendo como obrigação, pelo uso da terra para cultivar a roça, o pagamento de renda e formação de

pastagens. Elas eram coagidas a vender o coco em sistema de aviamento, por isso, recebia o preço estipulado pelo proprietário. Elas não tinham acesso à casca do coco para fazer o carvão e enfrentavam uma situação de dívida constante. Os camponeses assistiam o gado do patrão destruir suas roças, sem poder revidar. Em alguns casos, quando a produção era insuficiente para pagar a renda ao fazendeiro, estes camponeses eram obrigados a pagar, pela “*falta de sorte*” na produção, uma compensação ao fazendeiro em forma de diárias no roço de pastagens. Além disso, estas famílias eram constantemente ameaçadas moralmente pelo fazendeiro que lhes impunham uma coerção moral, fazendo com que o grupo se sentisse psicologicamente desestabilizado.

Sob este sistema social de negação dos direitos e de imposições arbitrárias, este grupo decidiu lutar mutuamente em prol dos seus interesses. A prática do mutirão se apresentou como uma estratégia de luta comunitária e solidária. Segundo os sujeitos pesquisados o mutirão foi uma forma de união e fortalecimento entre famílias contra os desafios que colocavam naquele momento e aos que vieram posteriormente à deflagração do conflito. Esse movimento teve a duração de seis anos e envolveu diferentes táticas de luta como resistência, refúgio nas matas e entrincheiramento, vigília, defesa mútua, resultando na conquista da terra no início da década de 90.

É importante ressaltar, neste período de efervescência das demandas sociais, o contexto nacional de mobilização social que resultou na Constituição Federal de 1988. Na Amazônia, esse período de luta dos camponeses tem como fato marcante a vida e morte de Francisco Alves Mendes Filho – Chico Mendes, 1944/1988 – (CHICO, 2013), e toda a sua luta na defesa dos seringais. Neste período, em São Manoel, a prática do mutirão em atividades agrícolas e extrativas foi muito recorrente não só para se defender socialmente como para preparar e cultivar as roças que eram feitas coletivamente. Assim, enquanto um grupo de homens vigiava a área outros trabalhavam na roça. Essa era uma estratégia de defesa em amplo sentido, ou seja, garantir alimentos suficientes para a manutenção das famílias e defenderem-se contra as ameaças de morte e expulsão da terra.

De certo modo, o pano de fundo desta luta comunitária foi à luta pela permanência no território e o acesso aos recursos disponíveis como os babaçus e os vales férteis dos igarapés. Embora nas entrevistas, os entrevistados assumam que à luta tenha ocorrido em função das dificuldades de acesso aos babaçuais. Entretanto, assumir que a terra era o único e principal objetivo a ser alcançado pelas famílias, parece ser excluyente de toda uma conjuntura social, econômica e cultural construída por estas famílias no percurso histórico. Essa luta, motivada por estes aspectos e aliada à defesa dos territórios e dos recursos disponíveis, é também uma

luta pela defesa das identidades sociais destes grupos tradicionais e, como foi observado, pouco tem servido de parâmetro para o modelo capitalista na hora de implantar seus projetos.

Compreende-se que essa dualidade de concepções, na qual de um lado estava o capitalismo e do outro a racionalidade camponesa, conforme destacado por Musumeci (1988), comprometeu a relação social entre fazendeiros e camponeses e nos seus interesses em deter a posse da terra. Esta situação antagônica ocorrida em São Manoel trouxe repercussões diretas nos conflitos pela apropriação e uso da terra. Essa dicotomia entre “terra de trabalho e terra de negócio, entre a lógica do consumo e a do mercado, entre o campesinato e o capital”, estudados a partir de Musumeci (1988), estiveram muito presentes no contexto do mutirão.

Esse antagonismo social em relação à apropriação da terra contribuiu para o enfrentamento social e ao mesmo tempo revelou a hostilidade do sistema capitalista sobre os sistemas de produção familiar camponês. Conforme observado, neste estudo, o mutirão de resistência e de luta pela terra foi uma expressão clara dessa dualidade. Portanto, as diversas formas de violência que ocorreram em São Manoel foram uma das expressões que simbolizaram este confronto social, econômico, político e cultural. Os camponeses se colocaram unidos e armados para se defender contra a exploração e a expropriação dos seus meios de sobrevivência em oposição ao fazendeiro a seus aliados, os jagunços e os policiais.

Em relação ao mutirão, visto como estratégia de luta, deve ser assinalado que, no caso das famílias participantes de forma direta ou, mesmo não fazendo parte do grupo, como em alguns casos, mas que tinham familiares envolvidos, há o reconhecimento da importância desta prática. A importância atribuída ao mutirão enquanto movimento social ocorreu nas comunidades que estavam envolvidas diretamente nesta ação.

No entanto, destaca-se que em comunidades que estavam alheias a este movimento, o mutirão de luta pelo território era, na concepção de outros grupos sociais locais que não participaram do movimento, visto como “baderna”, “desordem” e “roubo de terra”. Esta era uma concepção equivocada, pois à luta dos participantes do mutirão era contra as formas de exploração e subordinação, problemas comuns também a esses grupos. Compreende-se que essa ideia negativa, feita pelos grupos que estavam fora do movimento, sobre a luta pela terra se dava em decorrência da forma de atuação dos camponeses e suas estratégias e da falta do entendimento do que realmente significa esse movimento, pois neste caso, a defesa do território aparecia não como uma resistência à opressão, mas como prática de “roubo de terra”. Porém, posteriormente à luta estas famílias que eram contrárias tiveram parte dos benefícios e neste caso, o livre acesso aos babaçuais que repercutiu diretamente sobre outras comunidades do Médio Mearim.



Ainda hoje, período que fecha a pesquisa de campo, há ressalvas quanto a diferença de interpretação sobre o significado da prática do mutirão. Isto ficou evidente quando numa ocasião em que estava ocorrendo um mutirão de tapagem de casa foi usado pelo pesquisador o termo mutirão para designar a ação que estava acontecendo. Para aquele que seria chamado tradicionalmente o dono do mutirão, o senhor Antônio Carlos<sup>42</sup>, a atividade se tratava de um trabalho que estava sendo realizado coletivamente, compreendido por ele como uma associação. Sua reação frente ao termo usado manifestava sua concepção negativa sobre a designação de mutirão. Conforme observado em outras conversas, a reação do entrevistado é um indicativo de como os outros viam à luta dos camponeses de São Manoel formando, a partir daquela ação, uma ideia depreciativa a respeito da prática de mutirão enquanto ação de luta pela terra. O fato é que no contexto deste movimento, em vários casos, ocorre ações de resistência, enfrentamento e mortes (Fotografia 9).

Fotografia 9 – Imagem ilustrativa usada pela igreja e divulgada pelos camponeses para se referirem à memória da violência no campo, dando ênfase ao assassinato de Manoel Monteiro, morto no povoado Pau Santo



Foto: Sousa, E. R. Acervo de Milton Vieira, agosto de 2012.

<sup>42</sup> Este informante reside no Centro dos Pernambuco, um povoado no qual as famílias não participaram do movimento. Este fato mostrou que o termo mutirão em alguns lugares é portador de outro sentido.

Em algumas destas localidades próximas a São Manoel houve mortes de camponeses como foi o caso dos trabalhadores rurais Antônio Fontenelle no povoado Centro do Aguiar e Manoel Monteiro no povoado de Pau Santo. Essas mortes eram usadas pela Igreja como símbolo de uma luta vivida pelos camponeses que, ao retratar sobre os companheiros que foram violentamente assassinados, servia de motivação para continuarem lutando pelas causas que as levaram à morte. Para as famílias participantes do movimento de luta, a morte destes companheiros foram elementos motivacionais, tornando-se símbolo na resistência e no fortalecimento da coesão do grupo.

Constatou-se que aquilo que era culturalmente designado como mutirão, ao ser ressignificado politicamente, adquiriu uma qualidade específica, ou seja, a necessidade de se escolher entre permanecer nas condições em que viviam ou enfrentar as adversidades, assumindo-se deste modo como atores políticos formados numa consciência de coletividade e fortalecimento mútuo. Desta forma, observou-se que houve uma diferenciação dentro desse campesinato, movida pelas novas escolhas políticas. Essas escolhas ocorreram em contextos de pressão e violência.

#### 5.4 A PRÁTICA DO MUTIRÃO COMO ATIVIDADE COMUNITÁRIA E SOLIDÁRIA

As práticas de mutirão que tem como princípio básico as relações de solidariedade e reciprocidade, embora estejam diminuindo em suas ocorrências, principalmente porque as dificuldades já não põe em riscos a sobrevivência do grupo. Entretanto, conforme observações feitas nesta pesquisa, estas práticas podem ser observadas em São Manoel. Neste caso, vale ressaltar que a ocorrência desta prática está relacionada a aspectos sociais locais. Por isso, não há como estender a análise para além do campo estudado. Isto ficou evidente quando se observou noutros povoados maior recorrência das famílias sobre esta modalidade de trabalho comunitário.

A melhoria das condições de vida das famílias camponesas e a superação dos problemas comuns pode ser um dos fatores que vem implicando em transformações nas práticas de mutirão. Conforme assinalado por Caldeira (1956, p. 92), o desuso das práticas de mutirão é mais acentuado nos lugares em que a economia monetária, resultante das facilidades da venda de produtos agrícolas, vai substituindo as relações econômicas tradicionais. Em São Manoel, a melhoria das condições de vida das famílias tem repercutido para a existência de práticas de cooperação mais gerais. Desta forma, é como se estivesse diante de uma especialização da prática do mutirão. Neste caso, não se trata de desuso, mas de

transformações nesta prática que se adequam ao novo contexto socioeconômico dos camponeses.

Um exemplo de como as melhorias econômicas repercutiu sobre a prática do mutirão pode ser registrado em relação à tapagem de casa, uma atividade bastante realizada noutros momentos da comunidade. O que tem acontecido em São Manoel é que esta atividade solidária vem cedendo lugar a práticas de trabalho remunerado. Isto se deve ao fato de que muitas famílias vêm construindo moradias em alvenaria, o que por sua vez demanda serviços mais especializados como pedreiro e carpinteiro.

É bastante visível as mudanças que estão ocorrendo em relação às novas habitações. Essas novas habitações que vem sendo construídas indicam que as famílias de São Manoel superaram as dificuldades econômicas vividas no período da exploração pelo patrão e, agora na condição de camponeses livres da opressão suas condições de sobrevivência passam por uma reestruturação, seguida de melhorias na qualidade de vida, conforme enfatizam os entrevistados. Um dos exemplos assinalados são os novos modelos de construção (Fotografia 10).

Fotografia 10 – Residência em construção feita de alvenaria de propriedade da família de Jucimar de Jesus Hermino



Foto: Sousa, E. R. julho de 2012.

Mesmo que as mudanças nas condições de vida das famílias implicam em novas relações sociais locais, isto por sua vez, não significa o rompimento das relações alicerçadas nos princípios de solidariedade. Foi este princípio que fundamentou a ação coletiva local e desencadeou nas ações de conquista do grupo. A solidariedade está presente em diferentes

ações e momentos da vida comunitária, entre elas nos festejos de santos, no auxílio em trabalho no campo, na pescaria, na doação em espécie para uma família que se encontra temporariamente em dificuldades, ou na tapagem de casa de famílias menos favorecidas economicamente.

Uma observação importante a ser assinalada é que diz respeito à renovação das famílias, isto é, das uniões dos jovens da comunidade. O início da formação da nova família impõe certos desafios, principalmente econômico. Neste caso, uma das formas de superar a situação desafiadora é contar com a colaboração e o auxílio dos membros do grupo que se dispõe ao trabalho voluntário na construção de casas de taipa (Fotografia 11).

Fotografia 11 – Residência construída em taipa de propriedade da jovem Gessandra Silva de Sousa



Foto: Sousa, E. R. julho de 2012.

O que está colocado em questão para análise é que o olhar investigativo sobre as práticas do mutirão deve buscar compreendê-lo para além de uma prática consuetudinária. Por isso, de acordo com as observações feitas a partir do povoado de São Manoel, não se pode, neste momento, tecer qualquer análise sobre a permanência ou não destas práticas.

O outro aspecto que deve ser destacado em relação às práticas do mutirão é que diante da necessidade das famílias lutarem contra o sistema de opressão e das formas de concentração da posse da terra, esta prática se reconfigura, passando a estar presente noutros campos, entre eles o campo político. A solidariedade entre as famílias passa a ser

desenvolvida mutuamente. Dessa forma, o espírito do comunitário adquire uma dimensão mais política desta prática. Deste modo, o esforço pela reconquista das terras ocupadas tradicionalmente pelos camponeses reforça a compreensão sobre a prática do mutirão como importante estratégia de fortalecimento comunitário. Ou seja, à medida que as famílias se uniram em torno de objetivos comuns, não só reconquistaram o direito à terra e aos babaçuais como vem melhorando as condições de vida de cada família participante.

As famílias de São Manoel vêm adotando, desde o conflito pela terra, um comportamento coletivo de defesa mútua e recíproca, encontrando na prática do mutirão um modo de transformar as relações antagônicas. A prática do mutirão foi, no período do enfrentamento ao fazendeiro, uma batalha pela vida. De acordo com Ildo Lopes, morador de Ludovico, povoado vizinho, que participou no mutirão tanto de São Manoel quanto no povoado em que reside (60 anos, entrevistado em maio de 2012), o jeito era lutar para não ter que sair. Para ele, a situação social das famílias no confronto era matar ou morrer, pois naquele momento não viam alternativa que não fosse o confronto. As famílias viveram dias de muita tensão, medo e o risco eminente de serem assassinadas ou expulsas definitivamente dos seus territórios. Em várias oportunidades, os entrevistados justificaram o movimento de resistência como uma questão de vida ou morte.

Esse movimento popular que ocorreu em algumas regiões do Médio Mearim com o objetivo de reconquistar a terra expropriada, não contou de início, com o apoio do Estado. O reconhecimento deste movimento dos camponeses só ocorreu no início da década de 90. O processo de resistência das famílias camponesas forçou o reconhecimento de sua luta e, através do ITERMA, adquiriu a área que estava sendo pleiteada, transformando este território ocupado tradicionalmente em área de assentamento.

Segundo Raimundo Vital (entrevistado em julho de 2012), a atuação das famílias em regime de trabalho comunitário tinha como objetivo se proteger contra as ameaças por parte do fazendeiro. À medida que o risco de vida aos participantes foi diminuindo devido à consolidação da permanência das famílias na terra, a prática do mutirão foi gradualmente se restringindo a outros espaços sociais. Desta forma, continuam a ser realizados serviços como tapagem de casas, roço de pastagens em áreas da associação e da cooperativa, limpeza de açudes e atividades nas EFAs.

Constatou-se que os camponeses de São Manoel atribuíram um novo sentido ao termo mutirão, quando dele se apropriou para enfatizar o processo de resistência pela terra.

### 5.4.1 Os mutirãozeiros

De acordo com Ildo Lopes (60 anos, entrevistado em maio de 2012), “as famílias iam tudo junto, em grupo, em mutirão”. Em virtude desta ação em sistema de mutirão envolver a ocupação das terras “pertencentes” ao fazendeiro, o grupo de famílias que estiveram diretamente ligados à luta pela terra era visto como os “mutirãozeiros”. No período da luta, esta designação era usada para referir-se aos participantes do movimento. Uma das explicações que motivaram esta designação foi em virtude de que todas as ações comunitárias eram realizadas em regime de cooperação. No entanto, este mesmo termo de mutirãozeiros, para àqueles que não participavam da luta, era usado para se referir pejorativamente aos camponeses como “baderneiros”, “ocupantes de terra alheia”, “provocadores da desordem”, “pessoas más”.

Para os membros participantes do movimento, o mesmo termo “mutirãozeiros” era representativo de um grupo social que se pôs no enfrentamento de uma condição social adversa e antagônica. Em vários lugares do entorno de São Manoel, esta ação comunitária realizada em regime de cooperação se constituiu como um recurso dos camponeses na luta pela terra, pelos babaçuais e pela sobrevivência.

De acordo com Maria Vanderlaine Machado da Silva – Zinha (32 anos, entrevistada em julho de 2012), esse movimento feito em forma de mutirão foi uma “revolução”, pois provocou transformações nas relações entre fazendeiros e os trabalhadores rurais. Do ponto de vista social, o mutirão foi um marco na história agrária do Médio Mearim, pondo fim a um regime de centralização da posse da terra pelo fazendeiro e da opressão vivida pelas famílias de São Manoel.

O mutirão de luta significou, para os camponeses de São Manoel, a libertação do jugo do fazendeiro em amplos sentidos, sociais, econômicos, políticos. Predominava na concepção dos camponeses naquele momento a noção de território e pertença, por isso, a terra, um dos símbolos da luta, não podia ser aprisionado pelos detentores do capital. Para estes camponeses, sem a posse da terra, a alternativa era a saída do campo. Neste jogo de enfrentamento entre camponeses e fazendeiro o caminho encontrado foi o fortalecimento mútuo das famílias camponesas.

## 5.5 TRABALHO COLETIVO EM REGIME DE MUTIRÃO

Um dos objetivos do trabalho era descrever as práticas de mutirão, tanto as que permanecem na memória do grupo quanto as atuais, realizadas pelos camponeses de São

Manoel. A seguir encontram-se as principais atividades desenvolvidas em cooperação e ajuda, bem como os espaços em que foram observadas. Vale ressaltar que a exposição destas atividades, não segue rigorosamente um critério cronológico, a ideia principal é descrever o acontecimento, sabendo que cada um destes eventos tiveram significativas contribuições para o grupo estudado.

### 5.5.1. Mutirão de quebra do coco antes do conflito

A quebra do coco foi relatada como uma das práticas de mutirão mais comuns realizadas pelos camponeses de São Manoel. Esta atividade segue os costumes locais. De acordo com José Soares Sobrinho,

*“A quebra de coco pras famílias funcionava assim, seja qual necessidade que as famílias tinham, juntava a vizinhança toda e ia quebrar coco, para aquela família e o coco todo ficava para aquela família pra gerar um recurso pra qualquer necessidade que a família precisava, né” (José Soares Sobrinho, 63 anos, entrevistado em agosto de 2012).*

Desta forma, esta prática de trabalho era ao mesmo tempo uma maneira das quebradeiras manter o sistema de trabalho através das trocas de dias, mas também de ajudar as famílias que estivesse temporariamente em mais dificuldades econômicas. Por outro lado, esta prática era realizada quando fosse de interesse comum do grupo.

Está presente na memória destas famílias a realização de um mutirão de quebra de coco para saldar a dívida do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Neste dia, cada família participante contribuiu com duas cargas<sup>43</sup> de coco. Neste mutirão, participaram homens, mulheres e crianças, de São Manoel e de povoados vizinhos. A comida era por conta de cada participante, exceto os que vieram de outras comunidades. Para os colaboradores vindos de outros povoados as famílias de São Manoel ofereceram refeição.

Esta ação coletiva é uma prova cabal do quanto, na necessidade, as famílias se solidarizam umas às outras para solucionar problemas de interesse geral da comunidade. Este mutirão exemplifica não só a união dos camponeses de São Manoel, como demonstra a capacidade de organização em prol da conquista de um espaço de fortalecimento da luta e defesa dos interesses dos camponeses. Quanto à participação de famílias de outras

---

<sup>43</sup> Carga é termo designativo referente ao uso de um cesto grande feito a base de cipó trançado, utilizado em animais e serve para transportar os produtos como coco, mandioca, milho e arroz. Numa carga de coco a quebradeira obtém entre 7 e 10 kg de amêndoa.



comunidades neste mutirão, isto vem confirmar a importância dos vínculos sociais que se alicerçam sobre a solidariedade e a reciprocidade.

Entre os trabalhadores de São Manoel presentes neste mutirão estavam: Dona Francisca (Net), José Soares (Antonino), Caboclo Custódio, Vicente Hermínio, Ivete Vital, Raimundo Vital, Maria dos Anjos, entre outros (Fotografia 12).

Fotografia 12 – Mutirão de quebra de coco realizado pelos camponeses de São Manoel com a cooperação de famílias de outras comunidades vizinhas, cujo objetivo da produção era saldar uma dívida do STTR



Foto: Pedro Franco. Acervo Dona Francisca (Net), década de 80. Digitalizada pelo autor, 2012.

### 5.5.2 A “Greve”: um mutirão no tempo do conflito

Em relação às práticas de mutirão a “greve” tem destaque na memória do grupo. Assim, das diversas memórias sobre o trabalho de mutirão, a chamada “greve” foi um episódio recorrentemente mencionado, em que se reuniram aproximadamente 80 famílias, para a quebra dos cocos que estavam depositados no barracão do fazendeiro. Este fato ocorreu no ano de 1985. Uma versão deste episódio fora descrita por Raimundo Vital. Segundo o entrevistado, o fazendeiro arrendava a fazenda para o Raimundo Peão e este arrendava para outros trabalhadores ajuntarem os cocos. O arrendatário Raimundo Peão era o dono do comércio onde as famílias faziam compras e vendiam a produção de amêndoas e alguns



excedentes produzidos na roça. Este intermediário pagava o preço que queria nos produtos dos camponeses e vendia as mercadorias pelo preço que lhe favorecia.

As famílias camponesas estavam sempre subordinadas aos interesses tanto do fazendeiro quanto do comerciante. Como consequência dessa relação de exploração, um grupo de 80 famílias decidiu realizar um mutirão para quebrar os cocos que estavam armazenados no barracão do fazendeiro, à revelia do comerciante. A justificativa para esta ação foi descrita assim,

*A gente não dava conta de pagar as contas, aí nós ajuntamos umas 80 famílias para quebrar os cocos que ele havia ajuntado. Até aquele momento era só os cocos a causa de nossa luta, daí em diante, decidimos libertar não só o coco, mas também a terra (Raimundo Vital, entrevistado em setembro de 2011).*

Devido esta ação, o fazendeiro denunciou o fato à polícia. Eles tiveram que comparecer à delegacia de polícia, contudo, fizeram isto em conjunto e assumiram coletivamente a culpa pela realização da ação. Para Raimundo Vital, essa resistência<sup>44</sup> pela terra, ou a “greve”, como alguns se referem, marca um dos acontecimentos importantes na história do mutirão em São Manoel. Como já discutido anteriormente o mutirão foi usado como uma estratégia não só de resistência às formas expropriadoras impostas pelo fazendeiro. Esta prática foi também a forma que os camponeses encontraram para a reconstrução das casas que foram derrubadas e para se proteger contra as reações do fazendeiro e do Estado.

Este episódio foi bastante citado pelos entrevistados. É como se dissessem, a partir deste dia, um basta à opressão, reconhecendo em si a força e o poder de luta do grupo. Ao permanecer presente na memória social os aspectos desse enfrentamento entre camponeses e fazendeiro, a “greve” simboliza uma importante parte na história local, não somente por se tratar da quebra dos cocos, mas por inaugurar todo o processo de reocupação das terras que eram de seus domínios, como ocorreu posteriormente.

### **5.5.3 Espaços das práticas de mutirão**

Em diferentes espaços as famílias recorrem ao trabalho em regime de mutirão. Quanto ao trabalho neste regime predominam a participação em ações como a construção da igreja,

---

<sup>44</sup> Movimento realizado pelos camponeses contra a expulsão das terras ocupadas tradicionalmente e o livre acesso aos babaçuais, ocorrido no ano de 1986. Na versão apresentada pelos entrevistados, reconhecem este fato como um marco no processo de luta.

das escolas famílias agrícolas, a reconstrução do povoado. Sobre o mutirão de construção da escola José Soares Sobrinho (Antonino) lembra que,

*“Nós começamos em setembro de 84 a construção dessa casa [escola]. Quando deu em março de 85, nós terminemos essa casa, mas era bem boinha. A casa era rebocada, feito o piso, tinha calçada, tinha tudo. Aí ficou bom! Todo mundo estudando, aí já vinha gente era de outras comunidades estudar aqui, vinha gente de Morada Nova, vinha gente do São Paulo, um povoado que tem ali, vinha mesmo do próprio Aguiar” (José Soares Sobrinho, 63 anos, agosto de 2012).*

Outro fato importante foi assinalado por Raimundo Vital que trata da reconstrução do povoado. Para os camponeses este foi um grande evento, pois vieram pessoas de vários povoados vizinhos a fim de colaborar na construção das novas casas.

*“assim, quando nós perdemos nossas casas né, assim, um dos mutirões que ficou marcado nas minhas lembranças assim, foi o primeiro trabalho que foi feito aqui dentro do povoado para reconstruir o povoado né. Foi assim um trabalho que veio outras pessoas de outras comunidades. Saímos daqui fomos tudo pro mato tirar madeira, tirar pau para reconstruir o povoado, isso foi feito em comum” (Raimundo Vital, 54 anos, setembro de 2011).*

#### **5.5.4. Descrevendo as práticas de mutirão**

Em São Manoel, conforme apontado pelos entrevistados são muitas as tarefas executadas nos espaços coletivos feitos através do mutirão. No caso da área de uso comum, pertencente às 18 famílias que participaram do mutirão, estes serviços são os seguintes: fazer e acerar as cercas, roçar as pastagens. Raimundo Vital argumenta que quando as roças eram feitas numa mesma área, pois não havia divisão entre famílias, desde o roço até o dia da queimada tudo era feito em forma de cooperação. Tudo era compartilhado, todos trabalhavam juntos. Como afirmou o entrevistado, nestas atividades estava “todo mundo junto” e “hoje não sei se as pessoas vão fazer mais assim”, assinalou Raimundo Vital.

Nas escolas famílias agrícolas os pais se reúnem para trabalhar principalmente nos serviços de limpeza da área. Os serviços de limpeza da igreja, casa de farinha ou açudes são feitos em mutirões. Quando os mutirões são realizados em espaços coletivos de uso comum, cada participante da sociedade se responsabiliza por sua alimentação.

Outra prática de mutirão observada foi as que são realizadas solidariamente. Isto é, quando uma família, por algum motivo, não pode executar o serviço em caso de doença, por exemplo, geralmente a comunidade marca um dia e se reúne pra fazer o trabalho necessário pra atender a necessidade de uma família. De acordo com Raimundo Hermino (entrevistado em agosto de 2012), nestas circunstâncias, tidas como especiais, o dono do mutirão não se vê na obrigação de ofertar alimentação.

Para Raimundo Vital, as principais conquistas do grupo são expressas como o resultado de uma luta que foi implantada a muito tempo, vindo desde a luta pela terra, ou um pouco antes na quebra dos cocos do arrendatário. Para ele, o mutirão é a melhor forma de desenvolvimento para uma comunidade, pois “se não lutar juntos a gente não consegue”. Neste sentido, a prática do mutirão é, segundo versões do grupo estudado, “a forma mais viável que tem é fazer o trabalho em comum”. Converte ainda nesta mesma concepção a ideia de que “o individualismo não leva ninguém a lugar algum” (Ildo Lopes, 60 anos, entrevistado em maio de 2012).

Durante esta pesquisa algumas práticas de trabalho designadas como mutirão foram observadas, outras apenas narradas. Entre as diversas práticas de mutirão observadas destacam as seguintes:

#### 5.5.4.1 O mutirão na EFA Antônio Fontenelle

Inicialmente vale registrar que a construção da Escola Família Agrícola Antônio Fontenelle foi uma ação comunitária realizada em mutirão. No começo, a ideia do grupo de famílias de criar esta escola, como a Manoel Monteiro, destinada a continuação dos estudos a nível de ensino médio profissionalizante, era assegurar que os filhos permanecessem no campo, ou pelo menos, quando fosse se deslocar para outros centros já estivesse com mais escolaridade, além de ter mais idade. Estas duas escolas atendem adolescentes e jovens de várias comunidades, inclusive de outros municípios próximos.

Conforme foi assinalado pelos professores, a prática do mutirão é muito recorrente na escola. No mutirão observado na escola Antônio Fontenelle, havia sido organizado pelos professores Joaquim (39 anos), Leane Silva Sousa (28 anos), Maria Soares (34 anos). A atividade observada consistia em três frentes de serviços: limpeza do açude, limpeza dos tanques de criação de peixes e da horta. Os alunos aprendizes foram distribuídos em três grupos. Conforme se observou, a distribuição dos alunos se deu de acordo com as tarefas a serem executadas, levando em consideração as capacidades físicas de cada aluno. O grupo de

limpeza do açude estava composto por 12 alunos, orientados e acompanhados de dois professores. Incumbia a este grupo a tarefa de cortar o capim que ocupava a superfície do açude e trazê-lo para as margens. Além do compromisso em realizar o trabalho e cumprir uma tarefa especificada para o dia, notou-se que esta participação dos alunos tem um caráter lúdico. As atividades programadas para o dia foram realizadas através da cooperação entre professores e alunos e entre alunos e alunos.

O segundo grupo estava incumbido da limpeza, através da capina, de dois tanques reservados para a criação de peixes. Cada tanque possui aproximadamente 60 m x 20 m. Este grupo foi composto por sete alunos, sendo três homens e quatro mulheres. Conforme se constatou, a tarefa era comum a todos os participantes independentemente do sexo e da capacidade física de cada aluno.

O terceiro grupo, escalado para regar os plantios da horta, estava composto por quatro alunas. Observou-se que este grupo foi quem concluiu primeiro a sua tarefa, em seguida o grupo da limpeza dos tanques e finalmente os da limpeza do açude, sendo que este último não conseguiu completar a tarefa, pois a área ocupada pelo açude é considerada grande. As atividades foram encerradas às 11h30m. Depois do encerramento, os alunos tomaram banho e dirigiram-se para o refeitório da escola para almoçar. Notou-se que antes do almoço os alunos agradecem em oração pela refeição, com o apoio dos professores.

A prática do mutirão, segundo os professores, é algo comum nas atividades escolares. Entretanto, mesmo após a observação feita e das informações prestadas pelos professores de que se trata de uma prática comum, para Raimundo Vital, os jovens de São Manoel não têm se dedicado a estas práticas como antes. Porém, ele destaca que as famílias vêm tentando envolver os filhos para que eles possam dar seguimento na organização e na realização de trabalho em mutirões como forma de manter e preservar esta prática. Como se observou, a escola família agrícola Antônio Fontenelle pode ser vista como um espaço em que os camponeses tentam atualizar a prática do mutirão entre os jovens, à medida que proporciona um contato direto dos alunos com esta prática inserida nas atividades pedagógicas (Fotografia 13 – A e B).

Fotografia 13 (A e B) – Alunos do 8º e 9º ano realizando atividades práticas na limpeza de tanques e açude em regime de cooperação, designada como mutirão, na EFA Antônio Fontenelle



Fonte: Sousa, E. R. setembro de 2011.

#### 5.5.4.2 A prática do mutirão na tapagem de casa

A observação da prática de mutirão no taipamento de casa ocorreu no povoado Centro dos Pernambuco<sup>45</sup>, localizado próximo a São Manoel. Este mutirão foi realizado no sábado, dia em que, tradicionalmente, ocorre esta forma de trabalho. O dono deste mutirão era Antônio Carlos (27 anos), recém-casado. Neste caso, os seus amigos e familiares vieram participar prestando-lhe auxílio. Conforme se observou, este mutirão tem uma característica peculiar, ou seja, tem clima festivo. Durante a atividade notou que o ritmo de trabalho era bastante animado, a fim de que os participantes pudessem concluir a tarefa até o meio dia. Na cozinha um grupo de seis mulheres preparava o almoço. Enquanto isso, um grupo composto por 34 homens realizava várias atividades necessárias a tapagem da casa.

Nesta prática de mutirão, constatou-se uma divisão de trabalho. Ocorrem atividades tanto na cozinha quanto no local onde se executa a tapagem da casa. Por volta das 9h30m foi servido um lanche a base de farinha e carne de leitão<sup>46</sup>. Conforme observações foi possível notar que nesta prática não há um trabalho especializado, pois todos os participantes exerciam as mais variadas funções que eram necessárias à execução da atividade. Assim, foram

<sup>45</sup> Quando acontece este mutirão os trabalhadores de outros povoados participam. Esta forma de ajuda ainda é comum, embora se ressalva que há diminuição deste evento nos povoados próximos a São Manoel.

<sup>46</sup> É de costume o dono do mutirão servir carne de leitão e cachaça regional aos participantes.

observadas as seguintes atividades: transporte de água, cavação do solo, molham o barro, amassam o barro, enchem a padiola, transportam o barro, batem o barro na parede, cortam o barro e entregam a outro participante quando a parede está alta (Fotografia 14 – A e B).

Fotografia 14 (A e B) – Homens trabalhando em mutirão no barreamento de casa de taipa para o senhor Antônio Carlos, realizada no povoado Centro dos Pernambuco, comunidade vizinha a São Manoel



Fonte: Sousa, E. R. julho de 2012.

Na fotografia 14 – A, os homens os participantes do mutirão estão em atividade de preparo do barro para o preenchimento das paredes, enquanto que na fotografia 14 – B está acontecendo a colocação do barro nas paredes, atividades esta designada por eles como tapagem.

Esta prática de trabalho solidário, geralmente reúne de 30 a 40 homens e, segundo costumes locais, os participantes tem que concluir a tapagem da casa até o horário do almoço,

por volta do meio dia. Este fato justifica o ritmo acelerado com que se executa cada uma das tarefas. Segundo consta nestes costumes, a tapagem de uma casa não pode ultrapassar o horário do almoço, por isso, todos os participantes encontram-se ocupados, mas entre um momento e outro observou-se algumas brincadeiras entre eles. De certo modo, não pode dizer que há um contrato em relação à conclusão do serviço, no entanto, os que participam não querem contrair “dívidas” com o dono do mutirão. Neste caso, almoçar sem a conclusão da atividade proposta é considerado como um vexame aos que estavam no dia do trabalho.

De acordo com as informações prestadas por alguns participantes que ali se encontravam, eles asseguraram que é fato raro acontecer de um grupo de homens não tapar uma casa antes do almoço. O clima alegre e festivo, embalado pela cachaça regional e limão, faz com que os participantes se entreguem à atividade. Conforme informações obtidas no local observado, quando há muitos participantes neste tipo de mutirão é um sinal de boa camaradagem do dono do serviço.

Uma importante análise sobre as atividades de mutirão foi assinalada por Rony Vital. De acordo com Rony Vital (28 anos, entrevistado em julho de 2012), “esta prática, em São Manoel, aos poucos vem sendo deixada de lado. Não é porque as pessoas deixaram de ser solidárias, mas é em função da própria melhoria das condições de renda [vida], que por sua vez, contribuem para que as novas construções sejam feitas de alvenaria”.

#### 5.5.4.3 Práticas de mutirão em áreas de uso comum

Quando as terras pertenciam ao grupo de famílias todo o trabalho era realizado em cooperação. No entanto, após a divisão destas terras, conforme assinalado no Capítulo 4, isto tem conduzido para uma diminuição do ritmo em que estas práticas eram realizadas. Porém, como uma parte desta terra permanece em domínio coletivo<sup>47</sup> e está sob a tutela da associação dos trabalhadores rurais, algumas atividades realizadas nesta área tem sido feita em regime de cooperação. Conforme assinalado por Raimundo Vital, as práticas de trabalho nesta área da associação são realizadas às quartas feiras através do mutirão. Os trabalhadores planejam o que deve ser feito no dia. Neste caso, quem acompanha e gerencia esta atividade são os próprios associados. Essa forma de organização permite aos participantes do grupo atender ao que é de interesse comum, e o que é particular. Por isso, não são todos os membros deste grupo que participam no mesmo dia.

---

<sup>47</sup> Esta área possui 36 ha e pertence ao grupo de 18 de famílias.

#### 5.5.4.4 A farinhada

A farinhada é uma atividade econômica praticada dentro da economia familiar em São Manoel, e se destaca não somente pela contribuição de renda oportunizada pela venda da farinha, como serve de alimento para o consumo interno da unidade familiar. Socialmente esta atividade é notável pelo envolvimento dos membros da família, parentes, vizinhos e compadrios. De modo que em torno da farinhada forma-se uma rede social estabelecida a partir da realização de algumas tarefas específicas como: arrancar, descascar, deixar de molho<sup>48</sup>, triturar, prensar, peneirar e torrar, além é claro da própria comercialização. De fato, sobre a atividade da farinhada, o que se propôs foi buscar elementos que pudessem ser vistos como prática de mutirão. Neste caso, observou-se que todas as etapas do processo da farinhada envolveu o trabalho em cooperação, troca de dias e em situações específicas quando a família dona da farinhada não dispõe de um torrador, neste caso, o torrador recebe remuneração em dinheiro ou produção.

Entre as tarefas do processo, a que despertava a atenção pelo volume de pessoas trabalhando era o descascamento e a torração. À medida que as raízes de mandioca eram transportadas até a casa de farinha, um grupo de pessoas já se encontrava a espera para descascá-la. Nas observações feitas no acompanhamento desta atividade um aspecto chama a atenção. O que ficou evidente é que a farinhada é uma atividade essencialmente familiar.

Membros de uma família se reúnem na casa de farinha para realizar as diferentes etapas do processo de produção de farinha. Como se observou a farinha mobiliza a participação de homens, mulheres, jovens e crianças, geralmente observando (Fotografia 15).

---

<sup>48</sup> Etapa do processo da farinhada em que a mandioca depois de descascada fica em tanques com água para fermentar. Em média o período de fermentação é dois a três dias, cuja finalidade consiste em eliminar certos ácidos, até ficar no ponto de ser moída, prensada e torrada. O outro aspecto é que culturalmente a farinha de puba se faz por meio desse processo.



Fotografia 15 – Atividade de descasca da mandioca para farinhada feita em regime de cooperação realizada por membros da família Vital com a colaboração de vizinhos



Fonte: Sousa, E. R. junho de 2012.

Depois de descascada as raízes de mandioca eram colocadas de molho até o dia em que foi torrada. Observou-se que no dia da torração da farinhada há grande movimentação de pessoas no local. As pessoas passam na casa de farinha para experimentar da farinha e degustar um pouco de cachaça regional.

## 5.6 A PRÁTICA DO MUTIRÃO SOB O PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE

Depois de observadas as diferentes práticas de mutirão realizadas pelas famílias camponesas de São Manoel, se faz necessário compreender os motivos da existência desta prática. Afinal de contas o que é a prática de mutirão em termos locais? Este questionamento emergiu das situações concretas que os camponeses designam por mutirão. Neste sentido, como já exposto anteriormente, observou-se a existência de duas situações bastante peculiares em relação ao uso deste termo e ao sentido empregado.

Assim como foi analisado por Caldeira (1956), constatou-se, a partir de São Manoel, que o mutirão tem sido representativo das atividades coletivas realizadas em forma de cooperação mútua ou vista ainda como prática de ajuda. As famílias camponesas utilizam-se do trabalho em mutirão como recurso para solucionar algumas demandas, principalmente entre as que estão em condições sociais menos favorecidas. No outro caso, se observou um sentido mais amplo sobre esta prática. A prática do mutirão, em São Manoel, a partir de uma

perspectiva mais ampla sobre esta forma de trabalho comunitário, pode ser compreendido, no caso da luta, pelo seu aspecto político. Porém, esta prática envolveu, nos dois casos, relações de solidariedade e reciprocidade.

Deste modo, entende-se, de acordo com Wanderley, que o meio rural é entendido como um espaço que dá suporte a relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem e se apresentam enquanto um singular espaço de vida. Este espaço, segundo a autora, possui uma dinâmica social interna, variando em função do tipo de relações e da complexidade da vida local, e como se insere e articula a uma dinâmica social externa (WANDERLEY, 2000, p. 30). A partir deste entendimento sobre o meio rural convém assinalar que as práticas do mutirão não só se mantêm através destas relações sociais referidas pela autora, como está implicada dialeticamente por novas relações.

Uma das confirmações desta análise pode ser percebida na exposição do senhor Raimundo Hermínio Neto, ao afirmar que no mutirão há uma condição de igualdade entre as pessoas participantes. Não há um líder ou uma relação de superioridade entre os membros do grupo, por isso os resultados alcançados são compartilhados igualmente. Para ele, a condição socioeconômica atual das famílias que participaram do mutirão são consequências dessa prática coletiva de resistência pela terra. De acordo com o entrevistado a sua própria condição socioeconômica e a ampliação de suas posses através da compra de terras têm como alicerces os resultados alcançados pelo movimento. Por isso o reconhecimento de que este fenômeno social marca profundamente a vida social, econômica e política das famílias de São Manoel.

A discussão sobre as práticas de mutirão, fundamentadas a partir da solidariedade e da reciprocidade, possibilitou a seguinte sistematização (Quadro 5).

Quadro 5 – Descrição de atividades realizadas pelos camponeses de São Manoel através de mutirão

<b>Práticas de mutirão</b>				
Princípios básicos: solidariedade e reciprocidade				
Período histórico	Mobilização das atividades produtivas	Mobilização reprodutiva	Mobilização religiosa	Mobilização política
Antes do conflito	Preparo de roça; Colheita dos produtos agrícolas; Quebra de coco;	Construção de escolas; Tapagem de casa; Limpeza de estradas;	Construção de igreja; Reuniões de discussão; Participação nos festejos de santo;	Saldo da dívida do STTR

Conflito	Mutirão de quebra de coco do fazendeiro;	Preparo de área para plantio de roças coletivas;	Participação nos festejos de santo;	Entrincheiramento; Greve; Bloqueio das mulheres; Articulação com outras comunidades;
Pós-conflito	Farinhada; Gado coletivo; Limpezas de açudes;	Reconstrução das casas; Construção das EFAs; Tapagem de casa;	Participação nos festejos de santo;	AMTR ASSEMA COPPALJ Associação dos Jovens Rurais (AJR); Associações de trabalhadores rurais;

Fonte: Sousa, E. R. abril de 2013

A partir deste quadro, a compreensão a que se chega sobre a prática do mutirão é a de que o grupo estudado tem, em diferentes contextos, se mobilizado coletivamente para solucionar determinados problemas. A partir dessa observação o que se compreende é que a ação conjunta dessas famílias faz da prática do mutirão uma importante estratégia de fortalecimento socioeconômico.

### 5.7 CONSIDERAÇÕES A CERCA DO MUTIRÃO EM SÃO MANOEL

Um dos aspectos que despertou a atenção sobre o mutirão em São Manoel foi o fato de que esta prática se apresentou sob duas formas de expressão. De um lado, os camponeses designam por mutirão as ações em regime de cooperação mútua que culminou na ação de resistência e nas estratégias adotadas pelas famílias em defesa de seus territórios e suas territorialidades específicas. Por outro lado, eles designam por mutirão as atividades realizadas como as trocas de dias e de ajuda destinadas a atender em particular outras famílias que dependem de auxílio. Entretanto, em ambos os casos, observou-se que esta prática de cooperação tem na solidariedade e reciprocidade o seu princípio fundamental. Como se constatou, as duas práticas de mutirão convergiram para a solução de problemas gerais, no caso do grupo de famílias, ou específicos quando está relacionado a uma família.

Em relação ao mutirão compreendido como ação de luta pela terra e os babaçuais, esta prática apresentou um caráter mais geral. Este caráter mais geral foi porque os objetivos da luta eram comuns não só aos camponeses de São Manoel, como de outras comunidades circunvizinhas que lutavam da mesma forma por seus territórios. Por outro lado, constatou que determinadas atividades realizadas através do mutirão são mais específicas. Neste caso, insere a prática das trocas de dias ou as de ajuda entre as famílias camponesas. Todavia, as observações revelaram que esta prática tem sido uma maneira estratégica pela qual os camponeses podem solucionar determinados problemas como limpeza de roça, quebra de coco, taipar casas, abrir estradas, limpar açudes e pastagens e se fortalecer mutuamente.

Constatou-se que a essência da prática de mutirão realizado pelos camponeses de São Manoel foi a união entre as famílias e as comunidades. Esta união das famílias em torno de interesses comuns se transformou em poder de ação. Esse poder de ação resultou em estratégias para as comunidades na conquista de objetivos comuns. Entre estes objetivos está à reconquista da liberdade e da autonomia das famílias que haviam sido expropriadas juntamente com a transformação do território ocupado pelos camponeses em terra de negócio e a construção de novos espaços de uso comum, como será tratado no capítulo 6.

De todo modo, constatou-se que o mutirão tem sido uma prática consuetudinária em São Manoel, principalmente, quando se trata de resolver, por meio de trabalho cooperado, questões de interesse geral e particulares. Neste sentido, deve ser mencionado que em alguns espaços sociais as ações realizadas em mutirão são mais recorrentes enquanto noutros espaços são mais circunstanciais.

Ao participar de algumas atividades desenvolvidas através do mutirão no grupo estudado, observou-se que a comunidade local não só reproduz os conhecimentos sobre esta prática como tem procurado ressignificá-los de acordo com os novos contextos sociais. Quando se observa esta prática como conteúdo inserido nas atividades curriculares das EFAs isso vem, de certa maneira, corroborar a capacidade do grupo em utilizar outros espaços para reproduzir uma prática socialmente importante. Acredita-se que pelo fato da gestão das EFAs<sup>49</sup> ser feita pelos próprios camponeses, a inserção do mutirão nas atividades pedagógicas demonstra a preocupação com a formação dos jovens e a manutenção desta prática pelo grupo estudado. O entendimento foi que o mutirão enquanto conteúdo pedagógico se apresenta como uma maneira de repassar não só a prática do mutirão como meio de trabalho cooperado e solidário, mas essencialmente os valores intrínsecos desta prática às novas gerações.

---

<sup>49</sup> Uma análise mais acurada sobre o papel da EFAs e suas contribuições para a prática do mutirão será feita no próximo capítulo.

Mesmo que alguns destes alunos não permaneçam no campo, isto não impede que estes alunos possam aprender e apreender os princípios de solidariedade e reciprocidade. Desta forma, a escola assume-se, para estes jovens estudantes, como uma instituição mediadora e formadora destes princípios.

Em São Manoel, a valorização das práticas de trabalho em regime de mutirão, alicerçadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade conduzem a uma compreensão de que as relações intra e interfamiliares não ocorrem sobre a predominância de relações monetárias, aliás, o que se constatou é o contrário. De outro modo, percebeu que nessa prática, essencialmente, podem ser encontrados elementos culturais de uma cultura camponesa que conseguem, diante da hegemonia da sociedade moderna e capitalista, preservar modos tradicionais de convivência e de hábitos tidos como de uma sociedade não-capitalista.

As relações sociais locais, pautadas em práticas de cooperação, face aos desafios enfrentados pelos camponeses como o acesso ao crédito, a terra e a geração de renda, só tem demonstrado que a união do grupo e a solidariedade entre as famílias têm implicado tanto na economia quanto na criação e manutenção dos laços sociais estabelecidos a partir da reciprocidade. Por outro lado, observou-se que o mutirão enquanto estratégia usada pelos camponeses em favor da conquista da terra, dos babaçuais e da busca da liberdade, possibilitou ao grupo converter o resultado do trabalho realizado em regime de cooperação num bem comum.

Constatou-se que a prática do mutirão enquanto movimento popular dos camponeses foi determinante na mudança das relações entre camponeses e fazendeiro. Atualmente são perceptíveis as consequências positivas do mutirão para o grupo, principalmente, em função das transformações sociais, econômicas e políticas que decorreram desta prática. Outro dado interessante foi que esta ação transformadora está associada à relação entre os camponeses e lideranças da Igreja Católica. Afinal, foi a partir das discussões com lideranças da igreja, principalmente com membros da Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) que apoiou o movimento “revolucionário” destas famílias, contribuindo para que esse movimento nutrisse de força política e assim conseguisse romper com o sistema de exploração local. À medida que se desconstruiu o sistema de patronato, exploração e tensão social, estas famílias passaram a buscar coletivamente outras estratégias sob as quais foi possível construir novas formas de organização social e de acesso à terra e aos babaçuais.

A construção destas novas estratégias que desencadeou a partir do movimento popular demandou por novos conhecimentos sobre organizações sociais, representação jurídica e

política. Do mesmo modo, contribuiu para a permanência destas famílias em seu território, possibilitando novas conquistas. Através desta prática de mutirão os camponeses conseguiram transformar as condições de *penúria* em que viviam, garantindo assim, melhores condições de reprodução social, econômica e cultural do grupo.

Este movimento que se deflagrou em São Manoel e em outras regiões do Médio Mearim provocou uma reforma na estrutura social e agrária. A importância do mutirão para as comunidades rurais, em algumas regiões do Médio Mearim e especificamente em São Manoel, pode ser visto como marco na história de luta pela terra. O movimento de luta, além da transformação de uma realidade social adversa, protagonizou uma luta entre classes sociais antagônicas.

Esse antagonismo social e econômico entre camponeses e fazendeiros não foi só o encontro da frente de expansão com a frente pioneira (MARTINS, 2009), significou ainda o rompimento das formas clássicas de exploração e expropriação mantidas pelo capital e o Estado sobre estes camponeses.

O mutirão visto como prática coletiva e unida que marcava a partida ou a fuga dos camponeses de suas regiões de origem se revestiu de uma ideia nova, ou seja, a de lutar e permanecer em seus territórios tradicionalmente ocupados. Diante disto, percebeu-se que as ações coletivas designadas de mutirão não podem ser vista apenas como resultados intuitivos, ou “instintos gregários do homem” (CALDEIRA, 1956). Esta prática se tratou de ações pensadas e organizadas de acordo com princípios ideológicos, pois “sem ideologia não há luta, não há combate” (GARDET, 1990, p. 16).

O que é interessante analisar nesta situação onde eles decidiram ficar e lutar foi a tomada de decisão de forma consciente e política. A partir desta tomada de decisão de permanecer em seus territórios e lutar, isto fez com que os camponeses se defendessem mutuamente, a fim de conseguir levar a cabo a sua luta. A maneira obstinada com que eles enfrentaram as adversidades de um sistema antagônico e a convicção de que juntos poderiam vencer os desafios que estavam sendo impostos sobre eles foram motivações cruciais para permanecerem lutando. Essa reflexão comunitária que precedeu à ação de mutirão conduziu para a realização de ações coletivas com finalidades comuns aos participantes, pois ambos se viam diante dos mesmos riscos.

No caso dos camponeses de São Manoel, o motivo encontrado para ficar e lutar, como se observou, tem uma racionalidade do direito adquirido pelo tempo de uso sobre o bem, neste caso, a terra e aos babaquais. Essa decisão dos camponeses de resistir à pressão sofrida pela reação do capital se deu pelo risco e as incertezas de terem que enfrentar um novo

processo migratório. Todo este movimento aponta para o encontro e a ruptura entre os camponeses e fazendeiros e suas lógicas social, econômica, jurídica e cultural.

Desta forma, o mutirão passou a não ser somente uma estratégia de resistência ao modelo social e econômico do patronato. Esta ação designada de mutirão representou, a partir de uma ação coletiva e consciente, a oportunidade de produzir condições favoráveis de defesa do grupo neste campo de lutas contra o sistema de opressão liderado pelos fazendeiros. Os camponeses além de defender-se mutuamente das ações de violência e repressão conseguiram libertar a terra e os babaçuais. As ações em mutirão, neste caso, possibilitou não somente o rompimento do sistema opressor como foi pilar nas transformações que se seguiram posteriormente. Assim eles conseguiram redirecionar o curso da história local e por um fim ao regime centralizador e autoritário implantado pelos fazendeiros.

Assevera-se com isso que a prática do mutirão, para as famílias estudadas, foi muito mais do que desenvolver atividades cooperadas, integradas e com benefícios mútuos. Estas famílias ao unirem-se, em torno de objetivos comuns adquiriram poder de representatividade que foram elementos importantes e necessários tanto para por fim no antigo sistema quanto para construir um novo processo social, que entre outras coisas, estão a luta por melhorias nas condições de vida e a manutenção do território.

Constatou-se ainda, a partir deste estudo, que a prática do mutirão fez parte de um processo de aprendizagem que se construiu a partir da práxis dos camponeses. Esta aprendizagem possibilitou aos participantes do mutirão, a atuação noutros espaços sociais passando a ser notados e reconhecidos em função do peso político adquirido.

Do mesmo modo, observou-se que a sustentação das atividades realizadas através da união do grupo visando os interesses comuns possibilitou a construção de instrumentos representativos e democráticos importantes para o grupo. Entre estes instrumentos destacam-se as instituições STTR, AMTR, ASSEMA, COPPALJ, AJR, EFAs, associações de trabalhadores rurais e parcerias com Igreja Católica, ONGs, Agências de Cooperação Internacional e o Estado, em menor escala.

A prática do mutirão foi compreendida como estratégia usada para ampliar e maximizar as forças individuais das famílias camponesas. Esta prática foi observada tanto entre famílias percebidas como em melhores condições econômicas quanto naquelas em condições relativamente inferiores. Em ambos os casos, esta prática está fundamentada em uma matriz cultural que leva em conta as trocas, mantida sob a expectativa de um possível retorno para os participantes, sem a obrigatoriedade de que sejam na mesma espécie ou

montante. Isto por sua vez impulsiona novamente o ciclo de ofertas e recebimentos, fato este analisado a partir do princípio da reciprocidade.

Conforme constatado, a divisão da área de uso comum, em unidades individuais, pode ser vista como um aspecto, até certo ponto, implicativo na realização das ações em regime de cooperação, corroborado, de certo modo, pelos impactos das políticas sociais do Governo Federal sobre a vida das famílias agroextrativistas. Porém, a história das famílias estudadas demonstrou que, numa realidade adversa, foi por meio de práticas comunitárias que os problemas sobre a luta por terra e babaçuais foram sanados. Por isso, como estes desafios são comuns ao grupo, entende-se que, a tomada de decisão quanto aos possíveis encaminhamentos para estas novas questões deve ser tarefa de todos os envolvidos.

Observou-se que, as práticas de mutirão, tomadas como ações realizadas em regime de cooperação e fundamentadas pelos princípios da solidariedade e reciprocidade, permanecem presentes na memória e nas práticas atuais dos camponeses, sendo, portanto, pilares nas relações estabelecidas entre as famílias. Estes princípios foram cruciais para os camponeses quando eles enfrentaram o período de luta e de dificuldades, portanto, pode-se inferir que, à medida que novos desafios forem surgindo o grupo criará estratégias e buscará novas soluções.

Diante do exposto, pode-se assegurar que essa forma de auxílio não deve ser percebida e analisada somente pelo viés econômico, embora este seja um dos aspectos principais na elaboração de esquemas investigativos e interpretativos sobre esta prática. Foi notado que o mutirão se constitui seguramente como um modo de cooperação, de trocas e de ajuda entre as famílias, porém não pode ser resumido a relações sociais e culturais. Desta forma, constatou-se que são ampliadas as relações políticas.

Observou-se então, neste presente estudo, que o mutirão significa mais do que isso. Compreendeu-se que esta prática faz parte dos elementos culturais de certos grupos sociais, como foi verificado em São Manoel e povoados próximos. Esta prática camponesa constituída como ação coletiva, consciente e política tem sido uma maneira pela qual se fortalecem os vínculos comunitários na busca pela solução de problemas comuns. Desse modo, diante das diversas ruralidades brasileiras constata-se que o mutirão é uma forma de agregar os homens em torno de objetivos comuns, razão esta que historicamente vem possibilitando transformações e renovações nesta prática. A partir deste estudo identificou-se que há uma ressignificação social do mutirão fundamentada por uma consciência política de fortalecimento recíproco entre as famílias. No próximo capítulo analisa-se essa ressignificação em termos políticos e pedagógicos.





## 6 NOVOS SIGNIFICADOS DO MUTIRÃO

### 6.1 UMA PRÁTICA EM TRANSFORMAÇÃO

Neste capítulo tem-se como objetivo analisar e compreender as práticas do mutirão como ação resultante da organização social camponesa e suas implicações na transformação do conhecimento e no fortalecimento das relações fundamentadas pela solidariedade e reciprocidade. As narrativas e observações sobre as práticas do mutirão possibilitaram o registro da existência de práticas realizadas em regime de cooperação e de ajuda voluntária<sup>50</sup>, que ocorriam em tempos mais difíceis<sup>51</sup>, ou que ocorrem nos dias atuais. No caso do mutirão de ajuda ou solidário, isto ocorre em situações mais específicas como doações em espécie para alguém que esteja necessitando de tratamento de saúde e em forma de doação de dia de trabalho. As práticas de ajuda mais recorrentes em São Manoel, conforme se observou, foram as que se estabelecem a partir de relações de obrigatoriedade moral<sup>52</sup>, ou seja, não há o pagamento em espécie, mas espera-se que numa ocasião oportuna o gesto feito seja retribuído.

No capítulo anterior descreveram-se práticas sociais realizadas por meio do mutirão desenvolvidas sobre princípios de cooperação e ajuda mútua. Foram descritas tanto as práticas que permanecem na memória coletiva quanto as que foram diretamente observadas. Conforme visto, estas práticas se subdividiram em duas: (I) o movimento de luta pela terra e pelos babaçuais e, (II) as práticas de trabalho geralmente ocorridas na roça, nos espaços comuns, quebras de coco e tapagem de casas. As observações feitas em campo evidenciaram a existência de diferentes atividades realizadas por meio de mutirão. Assim, pode se inferir

---

<sup>50</sup> É necessário esclarecer que em relação ao termo ajuda observou-se dois sentidos: (a) um é quando acontece uma ação em que o ofertante da ajuda a faz sem ser coagido por uma “obrigatoriedade moral”, sendo vista como ação unilateral em relação ao objeto ofertado e ao sujeito que recebe a ajuda, portanto, nos remete a uma ação voluntária; (b) O outro sentido do termo, é percebido como ação de troca em que se estabelece uma relação de reciprocidade, e aí se estabelece uma relação de “obrigatoriedade moral” e pode ser traduzida pelo termo de ajuda mútua.

<sup>51</sup> De acordo com os informantes, o tempo de dificuldades era visto como “pobreza extrema” das famílias, onde produziam o mínimo para alimentar-se. Roupas e utensílios domésticos eram muitas vezes ganhados. “A vida era tão difícil que quando comprava uma sardinha para comer com arroz branco, aquilo virava banquete. Muitas vezes comíamos também com molho verde. Era uma pobreza, a gente comia só uma vez por dia, muitas vezes somente na janta. A necessidade era grande. Água só em cacimba. Nossas roupas era pouca, calcinha feita de roupa ganhada. Dormíamos em rede. Feijão não era comida de todo dia” (Maria Vanderlaine Machado da Silva – Zinha- 32 anos, quebradeira, entrevistada em julho de 2012).

<sup>52</sup> No sentido de Mauss (1974b), estabelece uma dívida moral na qual o sujeito que recebe uma ajuda fica compelido a retribuir. Cria-se um vínculo social a partir de uma tríade assinalada por Mauss como dar, receber e retribuir, onde a coisa que é recebida passa a exercer um peso de “dívida” sobre o que recebe e “crédito” para quem oferta. Quando não ocorre o retorno do gesto, o que recebeu o “bem” sofre “a sanção da obrigação de retribuir [que] é a escravização por dívida” (MAUSS, 1974b, p. 112).

que esta prática não foi extinta das relações entre os camponeses, como eram apontadas em estudos da década de 50, por essa tendência.

Conforme Caldeira,

o agricultor, até pouco tempo entregue a uma exploração de subsistência, começa a produzir para os mercados nacionais e internacionais. A renda agrícola passa a ser calculada em termos de dinheiro, enquanto que o tradicional espírito de solidariedade entre vizinhos tende a desaparecer (CALDEIRA, 1956, p. 13).

Esta situação dos camponeses era indicativa de um novo cenário econômico pelo qual estava passando o Brasil. Emergia no país uma ascensão econômica fundamentada numa “perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização do meio rural” (WANDERLEY, 2003, p. 42). Dessa maneira era possível conjecturar que estas práticas fossem gradualmente desaparecendo enquanto práticas consuetudinárias, não só a nível local como em âmbito nacional. O elemento reflexivo neste caso foi que, mesmo que essas comunidades tradicionais estejam inseridas num contexto de universalização do modelo econômico de mercado e de sua lógica material (POLANYI, 2000), estas comunidades conseguem manter práticas que não seguem a lógica dominante. O que foi observado é que estas formas tradicionais de ajuda e de cooperação se constituem como comportamentos sociais no meio rural do Médio Mearim, resistindo a pressão do sistema econômico.

No caso estudado, a prática do mutirão permanece com poucas alterações conforme já havia sido estudado por Caldeira (1956), Galvão (1959) em estudos no Maranhão, quando os autores observaram que, “quando uma pessoa, geralmente do sexo feminino, consegue acumular grande quantidade de coco babaçu e, por motivo de moléstia, não pode realizar sozinha a quebra do coco e a extração das amêndoas” (CALDEIRA, 1956, p. 103), neste caso, a quebradeira recorre à troca de dias com outras quebradeiras e isso se transforma num mutirão.

A natureza dinâmica da sociedade gera transformações sociais. Evidenciou-se que, entre as transformações que ocorreram posteriormente a estes estudos, assinalam-se o surgimento de novos contextos sociais que demandam das famílias rurais novos arranjos, principalmente, através dos movimentos sociais. A década de 80 foi decisiva neste sentido. Desta forma, estes novos arranjos locais encontram-se vinculados a questões mais específicas como defesa dos territórios de uso tradicional e identitária, emergência de atores sociais no cenário político (ALMEIDA, 2008a).

Diante desta situação ficou evidente que as práticas de mutirão não se restringiram somente às carências sociais e econômicas no cotidiano produtivo dos camponeses que, quase sem alternativa, tinham que se apoiar mutuamente. As circunstâncias históricas, passadas e presentes, ora convergem para práticas de mutirão ligadas ao campo, ora direcionam para espaços políticos. Assim, tanto as demandas mais imediatas como os serviços de roça, as atividades da associação, ao voluntariado, como a participação em reuniões na COPPALJ, EFAs e Igreja Católica indicam não somente a permanência destas práticas como a sua transformação.

Desenvolver atividades através do mutirão foi observação bastante comum no campo de estudo. Notou-se que algumas práticas de mutirão permanecem sem muitas transformações enquanto outras vêm sendo reconfiguradas pelos sujeitos do campo.

Neste sentido, para entender esta reconfiguração das práticas do mutirão em São Manoel se faz necessário superar, de início, a visão economicista sobre a qual geralmente se vê o mutirão. A partir desta forma de ver o mutirão, este tem sido atribuído como meio de superação das dificuldades econômicas das famílias camponesas ou como estratégia de superação da exclusão social e econômica imposta pela economia dominante. Isto não exclui, em todo caso o mutirão que ocorre em São Manoel, porém o caminho que se seguiu foi o de compreender estas práticas por outra forma de percepção da realidade social, na qual parte-se do princípio de que múltiplas variáveis influenciaram no comportamento social do grupo.

Percebeu-se então que os arranjos sociais locais aglutinados em torno de objetivos comuns é algo que está para além das razões econômicas. Embora as práticas do mutirão vistas de forma menos crítica reportem a formas tradicionais de cooperação e ajuda, principalmente entre as famílias do meio rural. No entanto, um exame mais acurado embasado nas práticas dos sujeitos de São Manoel e num enfoque teórico mais amplo, contribuiu para novas concepções desta prática, entre elas a política e a pedagógica. Contudo, reconhece-se que as determinações econômicas influenciam sobre as questões políticas, cultural e educacional.

Com a emergência de novos atores sociais no campo impulsionado pelos movimentos sociais (ALMEIDA, 2008a; GOHN, 2001b), notou-se que diversas práticas de auxílio mútuo e solidárias não desapareceram. O que era tão habitual entre os camponeses de gerações anteriores, não somente está presente nas relações cotidianas como tem sido um meio estratégico de reivindicação dos direitos desses povos e instigando para novas conquistas sociais.

Ao analisar as ações comunitárias em São Manoel, compreendeu-se a sua importância para a mudança na estrutura social local. Desta forma, corroborando com o estudo de Gardet no qual a autora assinala que,

o importante é que as lutas dos movimentos, mesmo que pareçam quantitativamente pouco importantes, nem por isso deixam de constituir o encaimento de um fator estrutural da mudança social no sentido que lhe atribui uma análise marxista, isto é, de forças endógenas que nascem do funcionamento do sistema social e contribuem para o transformar (GARDET, 1990, p. 27).

Como vem sendo registrado no decorrer deste estudo, as principais contribuições das práticas de mutirão em São Manoel e noutras comunidades vizinhas foi a retomada dos territórios ocupados pelas famílias camponesas, forçando o Estado a implantar o assentamento de reforma agrária, reconhecendo, desta forma, a ocupação tradicional dos camponeses. No caso do babaçu, foi regulamentadas, através do poder municipal, legislação própria estabelecida em leis locais, resultando, conseqüentemente, na conquista do direito de livre acesso aos babaçuais<sup>53</sup>. Além do mais, deve ser ressaltado que em decorrência destas conquistas outros resultados positivos foram obtidos pelo grupo estudado.

## 6.2 O MUTIRÃO COMO EXPRESSÃO DE MOVIMENTO SOCIAL

Como foi observado, o próprio termo mutirão em seu significado já traz presente a noção de pluralidade de envolvidos na ação, no sentido tradicional de uso do termo. Esta prática refere-se à realização de trabalho em forma da prestação de cooperação e ajuda, principalmente entre a população menos abastada do meio rural. Em São Manoel foi a partir desta pluralidade em torno de interesses afins que a prática do mutirão em São Manoel adquiriu status de movimento social de luta.

Este movimento social, estudado em São Manoel e analisado como resultado de uma “ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica”, conforme assinalado por Touraine, corrobora a compreensão de que “toda ação coletiva supõe a existência de um ator, outros atores portadores de interesses diferentes dos seus e de um campo social onde se colocam suas relações” (TOURAINÉ, 1998b, p. 335).

Desta maneira, e acompanhando as contribuições do autor, observou-se que,

---

<sup>53</sup> Trata-se da Lei Municipal nº 007/ 1997, que “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Lago do Junco no Estado do Maranhão e dá outras providências.” Em 2002, as mulheres do município decidiram melhorar a Lei, apresentando novo projeto, que foi submetido à apreciação da Câmara Municipal e aprovado – Lei Municipal nº 01/ 2002- (SHIRAIISHI NETO, 2005).

Todo movimento social, seja de uma classe dirigente ou de uma classe dominada, contém em si a utopia da sociedade transparente e racional, sociedade sem classes, certamente marcada por tensões e oposições, que permanecem sempre interiores a um modelo racional e humano de organização social (TOURAINÉ, 1998b, p. 364).

Este movimento social realizado pelas famílias camponesas de São Manoel e comunidades vizinhas, realizado por meio de mutirão, se apresentou como protesto e resistência face ao regime de exploração econômica e subordinação aos interesses do fazendeiro. Nesse sentido, ir contra esta forma de exploração significava lutar a favor das formas tradicionais de ocupação fundadas nos direitos consuetudinários destes grupos. Deste modo, vale ressaltar que “um movimento social é sempre um protesto moral” (TOURAINÉ, 1998a, p. 90).

Um dos significados atribuídos a este movimento social, conforme se verificou, foi a expressão popular pela construção da liberdade. O mutirão enquanto ação de luta comunitária foi um movimento que se fez a partir de um ideal de liberdade, justiça e igualdade, “dirigidos para a afirmação e a defesa dos direitos do sujeito, da sua liberdade e da igualdade” (TOURAINÉ, 1998, p. 117). É por este sentido que se compreende o mutirão como “movimentos morais” (Idem, p. 117). Constatou-se que esse movimento além de inspiração religiosa teve ainda o viés ecológico, ou seja, a defesa dos babaçuais.

A partir de Touraine (1998), percebeu-se que os camponeses de São Manoel, ao procurar defender sua identidade cultural e participação justa no sistema econômico e político local, foram capazes de atuar coletivamente através de sua organização num movimento social. Deste modo, de acordo com Touraine, não há possibilidade de construção do sujeito fora da referência da ação coletiva. Para o autor, o “sujeito é vontade, resistência e luta”, pois, vê como verdadeira a ideia de que “não há movimento social possível fora da vontade de libertação do sujeito” (TOURAINÉ, 1998, p. 97-8).

Segundo o autor,

A noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade (TOURAINÉ, 1998, p. 113).

Neste estudo, se observou que este movimento social, realizado através de mutirão, em São Manoel e comunidades vizinhas, não deve ser visto como movimento subordinado a uma

ideologia externa aos camponeses. Embora o grupo estudado tenha recebido contribuições neste sentido, vindas de pessoas ligadas à ACR, quanto ao incentivo para a luta e na conscientização do grupo. Leva-se em consideração a não subordinação ideológica do movimento pelo fato de que as motivações principais da luta foram pautadas a partir das necessidades históricas e dos problemas locais. Ou seja, a iniciativa dos camponeses em lutar partiu da própria realidade em que viviam oprimidos.

Embora seja considerado que a luta por terra estava sendo, naquele momento da história social do país, uma luta comum entre os camponeses. O fato que permitiu refletir sobre esse movimento como não subordinado foi que as decisões de enfrentamento e as estratégias de luta partiram do próprio grupo. Então, neste caso, considera-se mais oportuno falar de uma relação de cooperação entre lideranças intelectuais da igreja e lideranças comunitárias, do que de uma imposição ou dependência dessas contribuições para a realização do movimento.

As práticas de mutirão, em São Manoel, analisadas como sentido de movimento social de luta na defesa da terra e dos babaçuais foi compreendido ainda como uma vontade geral deste grupo de famílias para superar e transformar as relações de exploração e as contradições estabelecidas na relação com os fazendeiros. Luta esta que significava, para os camponeses, a preservação dos modos de vida, de sua cultura e organização social construída no decorrer de sua história. Assim, constatou-se que a força da associação, resultantes da combinação da “ação instrumental com afirmação identitária” pode ser entendida como meio pelo qual os camponeses puderam criar “um sujeito coletivo, religioso, comunitário, político” (TOURAINÉ, 1998, p. 115).

Para Touraine,

O sujeito não é simplesmente uma forma de razão. Ele só existe mobilizando o cálculo e as técnicas, mas da mesma forma a memória e a solidariedade e, sobretudo, batalhando, indignando-se, esperando, inscrevendo a sua liberdade pessoal em combates sociais e libertações culturais. O sujeito, mais ainda que razão, é liberdade, libertação e negação (TOURAINÉ, 1998, p. 75).

De modo geral tem-se que, à medida que os sujeitos encampavam a luta pela reivindicação de direitos, acredita-se que nem a força repressora do Estado poderia, através de seu poder, destituir a vontade deste grupo. Observou-se que no caso de São Manoel, os resultados foram a conquista da terra e a *libertação* dos babaçuais. Para os camponeses

estudados, o mutirão foi mais do que resolver a questão da terra e dos babaquais, significou ainda, o fortalecimento das identidades coletivas e a coesão social do grupo.

A prática do mutirão, realizada pelos camponeses de São Manoel em meados da década de 80, analisada como sinônimo de movimento social, está inserida no contexto histórico e social do país, portanto, relacionado com a efervescência dos grandes movimentos sociais ocorridos na década de 80 (GOHN, 2001a; ALMEIDA, 2008a; PESSOA e CRUZ, 2008). Esse novo ator social representado pelos movimentos sociais fazem parte de um novo cenário histórico e político. O cidadão coletivo, baseado nos interesses de comunitarismo, a partir de diferentes naturezas, passa a reivindicar a condição de cidadania face ao sistema que os tem negado e invisibilizado (GOHN, 2001a, ALMEIDA, 2008a).

### 6.3 MUTIRÃO: CULTURA E CONHECIMENTO

A prática de mutirão pode ser compreendida como expressão de uma cultura camponesa e de seu conhecimento tradicional. Segundo Laraia (2001), todos os atos dos homens dependem inteiramente de um processo de aprendizado. “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam”. Sendo assim, a partir das contribuições de Kroeber sobre cultura, Laraia ressalta que, “a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo” (LARAIA, 2001, p. 26-33).

Com este conceito de cultura aqui introduzido objetivou-se assinalar o caráter cultural de determinadas práticas tradicionais como é o caso do mutirão. Ao considerar a prática do mutirão como um conhecimento que se produz culturalmente, isto contribui para entender este movimento social também a partir de uma perspectiva pedagógica. Neste sentido, esse entendimento requer uma compreensão sobre o ato educativo como ação cultural e transformadora que se desenvolve além dos espaços institucionais (FREIRE, 2009, 1982; GOHN, 2001a; MÉSZÁROS, 2008). O corpo de saberes que são produzidos nestes movimentos tomados a partir das práticas locais de luta pela sobrevivência, transmitidos e transformados pelas novas gerações fazem parte de um processo cultural de produção de conhecimento.

De acordo com Paulo Freire (2009) o estudo não acontece apenas na escola. Sendo assim, compreendeu-se que as práticas de mutirão se constituíram como ações resultantes do



estudo da realidade vivida pelos sujeitos. Neste caso, o conhecimento que os camponeses construíram a partir desta realidade, possibilitou-lhes resolver certos problemas em comum enfrentados. Agir em cooperação foi um processo de aprendizagem que decorreu a partir das próprias necessidades destes sujeitos. Desta forma, as práticas de mutirão, de modo geral, ocorreram porque os camponeses estudaram a sua realidade. Assim, constatou-se, segundo Freire (2009, p. 58), que “estudar é assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema”.

Este processo de aprendizagem a partir da prática e das condições históricas dos sujeitos foram etapas da formação dos novos atores sociais. Assim, se observou que está intrínseco nestas práticas de mutirão o caráter educativo do movimento (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2009). O papel educativo do movimento, de acordo com Gohn, se dá em função de que “a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania”. Conforme a autora a educação “se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo”, se construindo como um “processo interno no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas” (GOHN, 2001a, p. 16).

Esse processo educativo que ocorre no interior dos movimentos sociais implica numa outra concepção de educação, ou seja, se constitui como aprendizado que não se restringe aos “conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico” (GOHN, 2001a, p. 17). Para Gohn, esse aprendizado ocorre de diferentes formas, “em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade”. Assim, observou que a dimensão da organização política dos camponeses de São Manoel emanada da “consciência<sup>54</sup> adquirida progressivamente sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade”, contou com a participação direta de “assessorias técnicas, políticas e religiosas” que atuam e tem fundamental importância junto a esses grupos no processo de organização social e aprendizagem (GOHN, 2001a, p. 16).

As transformações sociais foram notadas sob vários aspectos. Em determinado contexto histórico as famílias camponesas estavam submetidas a um sistema econômico centralizador e de exploração. À medida que estas famílias fruíram de novos benefícios como a posse de seu território, a libertação dos babaçuais, elas passaram a produzir novas relações

---

<sup>54</sup> Consciência que se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona tal órgão público, como se deve proceder para se obter tal verba, quem administra tal fundo, quais são os agentes que estão presentes na gestão de determinado bem ou equipamento público, etc (GOHN, 2001a). Ou ainda de acordo com Gramsci (1991), consciência a partir do conhecimento sobre as reais condições históricas em que estão inseridos os sujeitos.

sociais. Por sua vez, estas novas relações internas e externas contribuíram para o surgimento de outras formas de organização social.

Constatou-se dessa maneira que os camponeses de São Manoel iniciaram um novo ciclo de aprendizagem e produção de novos conhecimentos tanto ao nível local como regional e internacional. Ao expandirem o seu campo de atuação social, como verificado nas relações sociais, políticas e comerciais por intermédio das novas organizações criadas, eles não só se depararam com outra realidade, mas puderam construir uma nova condição social para os participantes do mutirão. Por isso, se veem constantemente diante da necessidade de criar e aprimorar as ações comunitárias que os levaram ao êxito tanto na luta comum quanto nas melhorias em âmbito familiar.

Essas novas formas de relações externas, alicerçadas principalmente nos aspectos econômicos e políticos, foram cruciais para o processo de organização interna do grupo. Os camponeses se organizaram internamente em associações, fazendo das assembleias comunitárias um novo espaço de aprendizagem. Esta atuação em comum onde se discutem e deliberam sobre os problemas locais, possibilitaram desdobramentos em práticas de cooperação antes não desenvolvidas.

#### 6.4 AÇÃO COOPERADA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A decisão de agir coletivamente foi um processo de aprendizagem que ocorreu a partir da relação dos sujeitos com o mundo, podendo ser visto como um movimento contínuo de ação e reflexão. Neste sentido, observou-se que o agir dos camponeses de São Manoel estava associado às suas relações sociais *na* e *com* a história. De acordo com Gramsci “o homem ‘devém’, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais” (GRAMSCI, 1991, p. 43).

A partir desta constatação sobre o homem como agente de transformação compreendeu-se então que esta ação cooperada, realizada em São Manoel, foi reflexo da leitura desta história em que vivem os camponeses e a necessidade de transformá-la coletivamente. A partir desta sua realidade de mundo, que precisava ser transformada, os camponeses agiram conscientemente em busca de benefícios comuns. Então, guiando-se pela noção de “leitura de mundo” de Paulo Freire, observou-se que as práticas de mutirão foi uma expressão desta leitura.

Os camponeses vivendo numa realidade opressora compreenderam prática e teoricamente que precisavam agir. Esta ação em mutirão constitui o próprio ato de estudar e

tentar resolver os problemas, neste caso, comuns às famílias que se organizaram para lutar. Assim, “estudar é também, e sobretudo pensar a prática e pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo” (FREIRE, 1982, 11).

Desta maneira, percebeu-se que as práticas de mutirão foi um modo encontrado pelos camponeses estudados de “ler a realidade”, “escrever” a vida. A contribuição de Freire sobre este movimento é inegável, à medida que por meio desta contribuição se percebeu que esta ação de mutirão significou para os camponeses uma atuação direta sobre sua história. Deste modo foi constatado que os camponeses ao se apropriarem da sua própria história puderam se fazer enquanto sujeitos e, ao mesmo tempo em que construíram sua história, foram por meio dela, “feitos e refeitos” (FREIRE, 1982, p. 16).

No caso de São Manoel, os camponeses ao tomar a história nas mãos implicaram na superação da subordinação. Conforme se observou, a relação entre fazendeiro e as famílias camponesas não ocorriam somente de maneira arbitrária e conflituosa, embora fossem antagônicas. Havia, em algumas destas relações, certa “proteção<sup>55</sup>” devido aos vínculos sociais criados entre eles. Desta forma, o ceder a terra para as famílias para o cultivo de roças, não cobrar renda sobre certos produtos como feijão, milho, fava, mandioca, empreitar alguns serviços como roço de pastagens, fazia do fazendeiro uma figura social importante.

Esta situação social se estendeu até o momento em que a sobrevivência das famílias no campo começou a ser ameaçadas. Ou seja, enquanto havia disponibilidade de matas e capoeiras nas terras do fazendeiro e este necessitando de formar pastagens estas terras eram arrendadas. De acordo com os estudos em São Manoel, este arrendamento ora era feito através do pagamento de renda<sup>56</sup>, ora pela formação de pastagens. Entretanto, à medida que as terras agricultáveis iam sendo diminuídas, a pressão por novas áreas crescia.

Com isso, constatou-se que as relações entre fazendeiro e famílias camponesas passaram a se conflitar mais acirradamente, fazendo com que esta “proteção” sofresse um processo de desestabilização. Neste estudo, considerou-se que a fragmentação destas relações tem a ver com o processo educativo e reflexivo das famílias que passaram a fazer outra leitura de sua realidade social. Neste sentido, as práticas do mutirão foram compreendidas como

---

<sup>55</sup> O uso deste termo é no intuito de assinalar que, em determinado momento da história destas famílias, havia certa ingenuidade sobre a leitura de mundo que elas faziam de suas relações com o fazendeiro. Quando questionada uma entrevistada mencionou que seu pai trabalhava para o fazendeiro e que não demonstrava insatisfação com o patrão. “o meu pai trabalhava era pro fazendeiro, aí ele depois ia pagar renda pra ele. Ele sempre não achava muito ruim” (Maria Lúcia dos Anjos, quebradeira, entrevistada em agosto de 2012).

<sup>56</sup> O sistema de pagamento de renda pelo uso da terra consistia em que os camponeses deviam pagar ao fazendeiro 02 alqueires de arroz por linha de terra cultivada. O alqueire, na medida local, equivale a duas latas e meia que é igual a 30 quilos. Por linha de terra entende-se a área de 3.025 m<sup>2</sup>.

resultantes de uma construção de novos conhecimentos, sendo, portanto, a expressão dessa conscientização e superação da subordinação.

O movimento de luta dos camponeses através do mutirão partiu das necessidades das famílias camponesas em superar as contradições sociais vividas. Mas como foi observado, esta estratégia de luta dos camponeses foi subsidiada, principalmente, por ideias de lideranças religiosas que contribuíram no processo de formação desta consciência popular. Reconhece-se a capacidade de certos membros do grupo em liderar movimentos e partir para o enfrentamento, mas como se viu, não foi somente com essa capacidade que o movimento se realizou. Neste caso, considera-se fundamental o apoio recebido de agentes externos ao grupo que contribuíram na condução ideológica da questão tratada, no caso da luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais.

Para Paulo Freire “são manifestações culturais tanto as técnicas dos especialistas quanto o comportamento empírico dos camponeses” (FREIRE, 1982, p. 32). Essa constatação foi importante para observar que os camponeses de São Manoel, por meio da reflexão crítica sobre suas condições, puderam refazer sua percepção anterior da realidade, desmistificando assim a subordinação. Deste modo, estes camponeses alcançaram “o conhecimento do conhecimento anterior, que os leva ao reconhecimento de erros e equívocos no antigo conhecimento” (FREIRE, 1982, p. 36). Diante disto, constatou-se que os camponeses ao voltarem-se criticamente sobre sua visão anterior tiveram condições de intervir mais lucidamente na sua realidade e transformá-la.

Os camponeses de São Manoel não permaneceram engessados por um condicionamento da estrutura social que os mantinham em condições de subordinação. A reflexão crítica a partir da realidade, a nova leitura e compreensão de mundo, a superação da condição de subordinação fez com que trabalhadores e trabalhadoras rurais movessem as barreiras da exploração e construíssem uma nova realidade.

O caráter educativo do mutirão está numa acepção de educação como práxis, ou seja, um movimento contínuo de ação-reflexão-ação. Deste modo, “aprender a ler e escrever já não é, pois memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem” (FREIRE, 1982, p. 49). Portanto, compreende-se que é a partir do contexto sócio histórico que os sujeitos vão se nutrindo de uma linguagem de mundo tomadas como base na sua realidade. Dessa forma, este movimento popular liderado pelos camponeses em busca da libertação da terra e dos babaçuais se apresentou como um claro exemplo desta interação entre sujeitos, realidade e agentes ideológicos externos.

A conscientização política dos camponeses decorrentes desta interação foi condição decisiva, não só no processo de libertação do regime de exploração e opressão, mas na criação de uma nova realidade. Portanto, a prática do mutirão entendida como ação de libertação da terra e dos babaçuais foi, ao mesmo tempo, ação libertária, educativa e transformadora da realidade dos camponeses de São Manoel.

Neste estudo, observou-se que “a mobilização e a organização popular, em termos realmente participatórios, que são em si, já, tarefas eminentemente político-pedagógicas” (FREIRE, 2009, p. 41).

Levando-se em conta as práticas de mutirão, em particular, a luta pela terra e pelos babaçuais, como expressão do trabalho unido, cooperado, observou-se que, “é trabalhando que os homens e as mulheres transformam o mundo e, transformando o mundo, se transformam também” (FREIRE, 2009, p. 65). Evidenciou-se com isso que a prática do mutirão, neste sentido, contribuiu para a transformação das relações sociais locais, sejam estas relações a de ruptura do regime de subordinação aos interesses do fazendeiro, ou na manutenção de relações sociais fundadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade.

Portanto, cabe discutir o seguinte. A primeira discussão é que a luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais se constituiu como problema comum as famílias camponesas. A segunda discussão refere-se ao fato destas famílias, ao estudarem meios de resolver este problema, compreenderam que se tratava de um fato comum. Diante disto, foi que elas decidiram agir coletivamente em regime de cooperação. Deste modo, até para retomar a ideia de Freire sobre estudar, observou-se que a ação popular, designada por mutirão, pode ser analisada como uma ação educativa. Isto porque o processo de aprendizagem e os conhecimentos gerados no interior deste movimento resultaram no rompimento das relações entre as famílias camponesas e o fazendeiro, além do mais acrescentou novos elementos nas relações interfamiliares.

Freire enfatiza que a atividade prática na realidade concreta é geradora de saber. Assim, por mais simples que seja a atividade exercida, nela não falta a dimensão técnica e intelectual<sup>57</sup>. Então, caminhando nesta direção, se faz oportuno assinalar que as práticas de mutirão, em sentido amplo, podem ser compreendidas como “expressão da forma de estar

---

<sup>57</sup> “Os homens e as mulheres trabalham, quer dizer, atuam e pensam. Trabalham porque fazem muito mais do que o cavalo que puxa o arado a serviço do homem. Trabalham porque se tornaram capazes de prever, de programar, de dar finalidades ao próprio trabalho. No trabalho, o ser humano usa o corpo inteiro. Usa as suas mãos e a sua capacidade de pensar. O corpo humano é um corpo consciente. Por isso, está errado separar o que se chama trabalho manual do que se chama trabalho intelectual. Os trabalhadores das fábricas e os trabalhadores das roças são intelectuais também” (FREIRE, 2009, p. 70).

sendo dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores” (FREIRE, 2009, p. 60).

O mutirão, usado como estratégia coletiva na realização de determinados trabalhos é um exercício da liberdade individual e do interesse em ver mudanças na realidade. Deste modo, compreende-se que,

O trabalho que transforma nem sempre dignifica os homens e as mulheres. Só o trabalho livre nos dignifica. Só o trabalho livre nos dá valor. Só o trabalho com o qual estamos contribuindo para a criação de uma sociedade justa, sem exploradores nem explorados, nos dignifica (FREIRE, 2009, p. 65).

Compreendeu-se que a luta dos camponeses de São Manoel foi uma luta dos “oprimidos”. Assim, as ações coletivas e comunitárias foram reforçadas pela “generosidade” de uns em favor dos outros em defesa recíproca. O reconhecimento de si e dos outros nas mesmas condições de opressão fizeram com que os camponeses se apoiassem mutuamente na ação de resistência por seus territórios e sua sobrevivência. Isto quer dizer que não se tratava de uma luta individual, mas coletiva e comum, forjada a partir da realidade em que viviam oprimidos, para, em forma de cooperação, direcionar suas histórias de vida individual e comunitária.

A ênfase que se procurou atribuir às práticas do mutirão enquanto parte de um processo de aprendizagem mais amplo foi por entender que essa aprendizagem está fundamentada numa pedagogia da práxis que visa à emancipação dos sujeitos. Neste caso, como se constatou, o mutirão de luta tinha a emancipação como uma de suas características. Deste modo, entende-se que esta pedagogia da práxis, promoveu a partir da situação de opressão e de suas causas, o objeto de reflexão dos camponeses oprimidos: a limitação do acesso aos meios de trabalho. Assim, verificou-se que o engajamento dos camponeses necessário na luta pela sua libertação foi analisado como uma pedagogia do fazer para refazerem-se continuamente, conforme assinalado por Freire (2011).

## 6.5 CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PRODUTIVOS PARA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DAS PRÁTICAS DE MUTIRÃO

Entre as transformações sociais provocadas pelos camponeses a partir das ações cooperadas, observou-se que está a criação de espaços sociais comuns de diálogo e participação comunitária. A análise a que se chegou a partir da prática do mutirão foi que, em todos os casos, essa prática tem se constituído como ação educativa. A luta dos camponeses

em busca do direito de permanecer em seus territórios e continuar explorando os babaçuais trouxe consigo a necessidade de continuar se mobilizando em torno de objetivos comuns, porém com um sentido político, isto é, objetivando não apenas a reprodução física e social de seu grupo, mas a transformação das relações de poder em que se insere.

Notou-se, então a partir disso, que esta mobilização contribuiu para a construção de espaços comunitários que vieram dar sustentação econômica e política às famílias, destacando especialmente os espaços do STTR, AMTR, ASSEMA, COPPALJ, Associação dos Trabalhadores Rurais de São Manoel, AJR e EFAs. Constatou-se que estes espaços comuns têm, tanto a nível local quanto regional, impulsionado o reconhecimento desta comunidade em espaços de debate fora do contexto local. Observou que uma importante característica destes espaços é a abertura para o diálogo e o debate sobre os desafios que os camponeses enfrentam, além disso, estes espaços podem ser vistos como ferramentas que aprimoram os conhecimentos político, econômico, cultural e pedagógico do grupo.

Observou-se ainda que, se inicialmente a luta dos camponeses estivera voltada para a reconquista dos meios tradicionais de produção “terra e babaçuais”, porém, com a prática do mutirão eles foram além desse objetivo. A ascensão política do grupo foi efluída principalmente a partir de sua realidade e da solução dos problemas locais através do trabalho em regime de cooperação. De certo modo, pode-se dizer que isto reforçou um ideário de comunidade e possibilitou ao grupo um melhoramento nas condições socioeconômicas, na organização social e política.

Embora se reconheça que o estudo não foi exaustivo sobre as organizações criadas, o registro que se faz a seguir é apenas para abordar sua relevância social para o grupo. Por isso, a ordem em que se apresenta no texto não significou atribuição de valores nem a relevância atribuída pelos camponeses. Portanto, o caráter apresentado em relação a estes espaços tem característica mais descritiva do que reflexiva. Neste sentido, mesmo que sejam tratadas de forma limitada, reconhece-se que cada um destes espaços descritos poderiam se constituir em importantes objetos de estudo.

### **6.5.1 A COPPALJ**

A COPPALJ, fundada em 15 de abril de 1991, foi criada com objetivos de contribuir para o fortalecimento da economia das famílias camponesas extrativistas do coco babaçu.

Segundo Jucimar de Jesus Hermino<sup>58</sup>, a COPPALJ conta hoje com 153 sócios, atendendo indiretamente cerca de 800 pessoas. Sua produção anual é de aproximadamente 180 toneladas. A cooperativa é o nome pelo qual é designada popularmente pelos camponeses no seu dia a dia. Esta organização é o resultado de uma luta iniciada pelas mulheres quebradeiras de coco pelo que preconizava pelo livre acesso aos babaçuais. A sua fundação contou ainda com apoio de representantes da Igreja Católica. Tem como política a valorização no preço dos produtos do extrativismo tanto na compra quanto na venda e na defesa de práticas agrícolas sustentáveis (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Placa exposta na entrada da área de uso comum pertencente a COPPALJ e seu respectivo lema agroecológico



Foto: Sousa, E. R. junho de 2012.

De acordo com Jucimar, uma das metas da COPPALJ era dar sustentabilidade às famílias para que eles não ficassem a mercê do sistema de opressão ou dos atravessadores, quando a produção não era valorizada pelos compradores.

A COPPALJ, de certa forma, está ligada diretamente à questão da terra. Segundo Jucimar, “se não houvesse a luta em prol da conquista da terra não teriam conseguido alcançar o que tem atualmente a nível de organização e representação” (Jucimar de Jesus Hermino, 25 anos, entrevistado em junho de 2012). Ao mencionar sobre a cooperativa, Jucimar assinalou

---

<sup>58</sup> Jucimar de Jesus Hermino, 25 anos, camponês filho de Raimundo Hermino, atualmente exerce a função de gerente administrativo da COPPALJ.



que “isto aqui nem seria”. Para ele, o bom funcionamento da COPPALJ está vinculado numa espécie de rede de organizações. Conforme explicou, esta rede é composta por oito postos de compra designados como cantina<sup>59</sup>, sendo este o estabelecimento comercial que representa a cooperativa nos povoados, abastecendo os camponeses com mercadorias e comprando a sua produção das famílias sócias e não-sócias. Jucimar assegurou que “uma boa relação entre os produtores e a cantina faz com que a COPPALJ funcione bem. Se uma comunidade tiver dificuldades, compromete o andamento da entidade maior”.

No entanto, observou-se que as contribuições oriundas da criação desta organização foram para além do seu objetivo inicial. A atuação em cooperação possibilitou aos camponeses discutir<sup>60</sup> os problemas locais e desenvolver ferramentas que potencializam a permanência do grupo em seus territórios, bem como a melhoria de vida. Assim, a COPPALJ torna-se um espaço simbólico representativo de uma ideologia do bem comum, contribuindo na manutenção do desejo de bem comum. Por isso, entende-se que esta cooperativa é um espaço político privilegiado do grupo. Espaço não somente de ideias e debates, mas pedagógico, à medida que as discussões em assembleias conduzem a outras formas de pensar a realidade.

### 6.5.2 As EFAs

As instituições de ensino formais criadas pelo grupo de camponeses em parcerias com outras instituições são ao todo duas: a Escola Família Agrícola Antônio Fontenelle – ensino fundamental – localizado em São Manoel, que iniciou suas atividades pedagógicas no ano de 1996, e o Centro de Formação Familiar por Alternância Manoel Monteiro – ensino médio e profissionalizante – localizada no Povoado de Pau Santo é mais recente, tendo como data inicial de funcionamento o ano de 2004. O apoio financeiro a estas instituições tem sido, e

---

<sup>59</sup> A cantina é uma referência comercial para os camponeses. Este estabelecimento comercial realiza atividades de compra e venda, ou troca. Compra-se todos os produtos que são produzidos pelos trabalhadores rurais, principalmente a amêndoa e alguns excedentes da produção agrícola. Há uma diversidade de mercadorias dispostas à venda destinadas a complementar as necessidades da unidade familiar de consumo como produtos de limpeza, utensílios domésticos, entre outros artigos. Em relação ao comércio de amêndoas as informações são sobre a produção atual bastante reduzida quando comparada aos anos anteriores. De acordo com o responsável pela cantina de São Manoel, o senhor Jacó, a redução foi de aproximadamente 80%, isto é, passando dos 3000 kg de babaçu por semana para, em média, 500 kg. A cantina de certa forma promove, num sentido mais amplo, a conexão entre os camponeses com o mercado regional, nacional e mundial, por meio destas relações de compra e venda, com predomínio da troca.

<sup>60</sup> Conforme informado por Raimundo Vital, as reuniões são realizadas mensalmente em caráter ordinário. Em casos mais emergentes convocam reuniões extraordinárias. A cada dois meses são realizadas prestações de conta, isso em termos de COPPALJ. No entanto, observou-se várias outras atividades sociais em formas e reuniões interfamiliares, reuniões de grupo de jovens, na igreja, nos jogos de futebol, reunião de idosos para jogar cartas. Tudo se reveste de sentido.

principalmente da Igreja, oriundo de repasses do município de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, do Estado do Maranhão e das próprias famílias dos estudantes que pagam uma taxa mensal no valor de R\$ 50,00. As escolas têm como objetivo atender a demanda por formação dos estudantes filhos de camponeses e garantir, pelo menos, que até o nível médio eles permaneçam junto aos familiares e assim possam contribuir com trabalho na unidade familiar de produção.

Em relação à criação destas escolas foi observado a partir de depoimentos dos pais fundadores e dos professores que elas foram criadas com o propósito primeiro de evitar a evasão escolar e o êxodo rural das gerações mais jovens. Então, neste caso, a ideia era a de poder conciliar vida no campo e formação dos filhos dos camponeses, retardando o máximo possível a sua saída para outros centros. O método pedagógico destas escolas é o da alternância<sup>61</sup> que se baseia na estreita vinculação entre estudos teóricos e práticos, com a flexibilidade de adequar-se às condições dos familiares. Entretanto, deve se destacar que essas escolas, criadas a partir do movimento popular e da luta dos camponeses pelas formas tradicionais de produção, cumprem mais do que seu objetivo inicial.

Conforme se constatou, a própria escola é movimento. Assim, desde a sua construção através da participação direta dos camponeses em trabalho de mutirão e a consolidação de parcerias já se destaca a força do grupo e da cooperação. Esta etapa da educação, onde os camponeses se colocam à frente dos processos de enfrentamento com outros atores sociais “faz parte de uma dinâmica social e cultural mais ampla” (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2009, p. 70). Isto quer dizer que a escola representa para as famílias de São Manoel e outros povoados mais do que um espaço burocrático e formal. Notou-se um ânimo nos discursos dos fundadores destas escolas quando relatam sobre a história de criação e as formas de participação das famílias. Cada atividade coletiva desenvolvida pelas escolas famílias em mutirão, segundo os professores, tem finalidade pedagógica. Desse modo, o processo formativo vem educando os jovens e as famílias para uma nova concepção não só de educação, mas de homens e mulheres engajados na luta, e isto tem contribuído para outra compreensão de mundo: a do movimento popular.

Por um lado, convém registrar que as EFAs, assim como os demais espaços públicos criados pelos camponeses de São Manoel e comunidades circunvizinhas contribuem para a formação de todo o grupo. Sobre o currículo destas EFAs, deve ser registrado que a proposta

---

<sup>61</sup> Método pedagógico pelo qual os estudantes tem acesso aos conteúdos curricular, mas com uma abertura à participação em campo, isto é, aprende não só as teorias como tem oportunidade de rever o que aprende em sua prática cotidiana.

pedagógica estruturada na pedagogia da alternância contribui no processo de formação dos jovens. O fato constatado foi que, por meio deste método pedagógico, os professores podem ensinar tanto os conteúdos curriculares quanto certas práticas locais, entre elas, o próprio mutirão, desenvolvido como conteúdo pela escola. Conforme observado e descrito na seção 5.5.4.1 do capítulo anterior.

### **6.5.3 A igreja**

As comunidades religiosas, vinculadas à Igreja Católica, existentes nos povoados, de acordo com o que foi observado, contribuem para a manutenção dos vínculos sociais. Através da comemoração litúrgica aos santos padroeiros destes povoados as comunidades se mobilizam para realizar os eventos festivos. Em São Manoel a comemoração ao padroeiro foi realizada no dia 17 de junho, dia de São Manoel. Este santo é considerado o embaixador do Império Persa e mártir da Igreja Católica. Foi martirizado em 363 d.C. Observou-se que, através das narrativas locais sobre o movimento de lutas das famílias camponesas e os cânticos que eram entoados a São Manoel, há uma relação que testemunha, tanto na história da vida do santo quanto na história vivida pelos camponeses, a fé, a força para lutar e a esperança de vencer o inimigo.

A força com que as famílias camponesas resistiam à pressão imposta pelo fazendeiro era proveniente desta fé. O plano espiritual visto aqui como um atributo que faziam as famílias acreditarem que poderiam conseguir alcançar a liberdade e poderem construir dias de paz. Neste sentido, a religiosidade cultuada ao santo marca importantes momentos da vida em comunidade não só pelos agradecimentos a conquista alcançada, no caso da terra e dos babaçuais, mas pelos festejos, missas, batizados e reuniões. Estes acontecimentos fazem com que os fatos vividos permaneçam vivos na memória de todos. Assim, observou-se um diálogo contínuo entre passado e presente.

Neste trabalho, observou-se que os cultos religiosos mostraram que a igreja não desempenhou somente o papel de propagar a religião e a fé. Como nos demais espaços de uso comum do grupo, a igreja foi mais do que lugar de fé, cultos e batizados. Para os camponeses de São Manoel a Igreja Católica é um dos símbolos da resistência popular. Foi a partir da construção da igreja, em 1984, através de mutirão, que a realidade vivida pelos camponeses começou a ser questionada. Observou-se que, o ideário de liberdade, apontado nas entrevistas, foi adquirindo consistência e adeptos dispostos a se colocarem ativamente na luta a partir da construção da igreja local. Este ideário de liberdade foi reforçado pedagogicamente a partir

das influências religiosas desencadeadas pelas discussões promovidas pelas lideranças eclesiais.

A pedagogia das práticas religiosas descortinava a visão ingênua dos camponeses e incitava as famílias contra as formas de exploração. Esta etapa foi crucial para os camponeses que passaram a se perceber e reconhecerem na condição de explorados, numa alusão a Freire (2011). Essa tomada de consciência, numa referência a Gramsci (1991), como se viu no decorrer deste estudo, foi decisiva em todo o decorrer da resistência e luta dos camponeses.

No entanto, não foi somente neste aspecto em que se observou o papel da igreja. Evidenciou em relação a igreja que há outros papéis sociais importantes tanto no aporte físico quanto no social. Seu espaço físico tem sido utilizado como local de reunião e de tomada de decisões relacionadas aos interesses locais. As reuniões da COPPALJ, da associação e da cantina em São Manoel ocorrem predominantemente na igreja. Do mesmo modo, percebeu-se que as igrejas de diferentes povoados tem um papel social de mediação entre as famílias camponesas. Nos dias de sábado e domingo é prática comum as famílias de uma comunidade sair para visitar outras famílias residentes noutros povoados a fim de participar de festejos religiosos, torneios de futebol, bailes, bingos beneficentes promovidos pelas igrejas. Durante os dias desta pesquisa acompanhou e observou a realização de eventos promovidos por diferentes comunidades, entre elas: Centro do Aguiar, Fortaleza, Sítio Novo e São Manoel. As programações festivas observadas incluíam em suas programações os torneios de futebol, bingos, venda de comidas típicas e bailes dançantes.

No Centro do Aguiar a comunidade católica realizou o festejo em comemoração ao santo padroeiro, São Francisco de Assis, com finalidades de obter renda que pudesse ser convertida em serviços de construção na própria paróquia. Na mesma ocasião estava sendo realizado outro evento religioso em Sítio Novo cujas finalidades eram de melhorar a infraestrutura da igreja.

Destaca-se que nas atividades religiosas as relações sociais entre uma comunidade e outra, de acordo com o que se observou, tem como fundamentos a solidariedade e a reciprocidade. Assim, quando uma comunidade religiosa de um povoado participa do evento festivo em outro povoado, a que recebe a visita se vê na condição de obrigação moral em participar da festa organizada pela comunidade que a visitou. Deste modo, constatou que os espaços sociais das famílias camponesas são estruturados num movimento contínuo de trocas e participação comunitária.

Esta prática comunitária observadas nos eventos promovidos pela igreja se mantém através do movimento de trocas. Pelo que se observou, não foi a quantidade de pessoas que

contou na hora dos agradecimentos de público, mas a participação da comunidade. Então, neste caso, conforme se observou, a troca não é feita pela quantidade de participantes, mas em função da reciprocidade do gesto. Assim, o nome da comunidade neste caso foi o elemento de destaque social celebrado com alegria pelos organizadores do evento e pelos que vieram apenas festejar.

Destacou-se que nestas situações em que uma comunidade faz a visita à outra, quando esta não dispõe de meios de locomoção próprio, os líderes locais da igreja fazem uma lotação em carros de frete existentes no povoado. A taxa a ser paga pelo deslocamento do transporte é dividida com cada um dos participantes. Conforme observado, a preocupação das lideranças da comunidade é em manter o ciclo de trocas em funcionamento. Assim, além do caráter solidário presente nestes eventos, assinalou-se ainda a função social destas festividades, à medida que, por meio delas, ocorrem os encontros de namoros, os casamentos e batizados (Fotografia 17).

Fotografia 17 – Procissão realizada em comemoração ao santo padroeiro do povoado de São Manoel, celebração de missa e dia de batizado



Foto: Sousa, E. R. junho de 2012.

Diante de todos estes pontos expostos ao longo do texto, procurou-se analisar os significados destas práticas.

## 6.6 O SIGNIFICADO DAS PRÁTICAS COLETIVAS: UM NOVO SENTIDO DO TERMO MUTIRÃO

De fato, há um novo significado nas práticas coletivas, designadas como mutirão? Este questionamento direcionou o foco deste capítulo. Para isso, reuniram-se várias abordagens sobre a qual se estudou as práticas de mutirão. As ações coletivas e comunitárias desenvolvidas em regime de cooperação, organizadas em movimentos sociais, representam este novo sentido às tradicionais práticas do mutirão?

Tais questionamentos, fruto da relação campo-teoria, impuseram algumas condições sobre a análise. Um dos aspectos fundamentais nesta análise foi que os camponeses, no seu cotidiano, desenvolveram diferentes atividades tanto na unidade de produção familiar quanto externamente. Conforme se observou, muitas destas atividades incluem, em nível mais particular, os serviços de roça, de manejo de gado, de quintal, da casa. No nível mais geral, no âmbito da comunidade, neste caso, a prática de cooperação envolveu a participação nos eventos festivos, em reuniões e assembleias promovidas pelas COPPALJ, Igreja, STTR, Associação dos Trabalhadores Rurais e EFAs. Assim, observou que estas práticas de cooperação estão presentes nas relações inter e intrafamiliar, porém exige um olhar atento para percebê-las, pois sua manifestação ocorre, algumas vezes, silenciosamente.

As observações sobre essas diferentes manifestações da cooperação conduzem ao foco da questão sobre os novos significados das práticas de mutirão. A ideia foi compreender essas ações coletivas e comunitárias, designadas por mutirão, como movimento de construção e participação nos espaços de uso comum. Se anteriormente essas formas de cooperação eram vistas como meio de superação dos problemas das populações mais pobres do meio rural (CALDEIRA, 1956), na qual levavam em consideração, principalmente os aspectos econômicos. Neste estudo, procurou analisar estas práticas com o olhar voltado para os aspectos político e pedagógico destas ações cooperadas. Então, o que se constatou foi que essas novas formas de organização social das famílias camponesas, através dos movimentos sociais, significa outra maneira de conceber as práticas de mutirão.

O entendimento neste caso foi que, no campo, as famílias não vivem somente a partir do interesse econômico. No entanto, reconhece que não há como negar este fator. Contudo, ao abordar as ações de cooperação por diferentes perspectivas, entre elas, a política e a pedagógica, buscou-se fazer referência a esta prática como um processo em constante movimento. Aqui ficou evidente que o mutirão como ação em movimento se transforma e se reveste de novos sentidos, passando a estar presente noutros espaços. Talvez seja este o ponto

em que Cadeira (1956) e Galvão (1959) percebessem uma desagregação destas práticas, ou seja, a compreensão sobre a dinamicidade da própria realidade. O foco dos autores sobre o mutirão estava centrado em aspectos econômicos e culturais. Neste caso, a desagregação percebida era em função de várias razões que vinham ocorrendo no campo naquele momento, principalmente, as mudanças econômicas.

Ao sair da esfera econômica e adentrar na análise destas ações de cooperação por vias dos movimentos sociais, não desprezando é claro a relação destes movimentos com o contexto econômico, compreendeu-se que em diferentes tempos e espaços, as práticas sociais se transformam. Sendo assim, os movimentos sociais no campo devem ser vistos como sujeitos coletivos com novas estratégias sociais, políticas e pedagógicas de busca do bem comum. Portanto, foi a partir deste debate de expansão e visibilidade dos sujeitos do campo e de sua participação noutros espaços públicos que fazem estas práticas comunitárias, vistas como práticas tradicionais, serem transformadas e ressignificadas historicamente. É a partir desta análise que se observou um novo sentido atribuído às práticas de mutirão. A semântica pode até ser a mesma, os fundamentos permanecerem, mas enquanto sujeitos, os camponeses estudam e compreendem a sua realidade e por isso a reveste de novos sentidos à medida que transformam suas práticas.

A alta frequência com que os espaços comuns e institucionalizados mencionados na seção 5.5 e suas subseções 5.5.1, 5.5.2, 5.5.3 foram utilizados para debater assuntos de interesses comuns do grupo de famílias indica que se está diante de uma nova concepção de cooperação, portanto, de um novo sentido da prática do mutirão. Conforme se observou, ficaram evidentes que as transformações sociais decorrentes de maior participação dos grupos sociais nos espaços políticos, a partir das décadas finais do Século XX, implicaram em novas práticas sociais. Neste sentido, buscou-se compreender a questão chave desta pesquisa. Ou seja, como as práticas de mutirão contribuem para o processo de transformações do conhecimento em comunidades tradicionais inseridas num contexto socioeconômico marcado por antagonismos políticos?

Inicialmente deve se ressaltar, conforme já exposto no decorrer deste capítulo, que as práticas sociais são educativas. À medida que estas práticas possibilitam aos atores estudados à construção de novos conhecimentos verifica-se que neste processo ocorre um empoderamento de forças, principalmente, políticas. Neste sentido, tanto as práticas de mutirão, seja ela a de luta pela terra e pelos babaçuais, ou as de caráter solidário são manifestações sociais que trazem em si uma transformação no conhecimento dos atores envolvidos. Desta forma, não só a militância dos camponeses de São Manoel no movimento,

mas os gestos de solidariedade, de reciprocidade, visualizado através das ações de ajuda, constituem-se, por natureza, atitudes que portam um princípio educativo em seu sentido amplo. A maneira pela qual os camponeses se colocaram em relação ao Estado, através da reivindicação dos direitos tradicionais de ocupação da terra, lutando mutuamente pelo reconhecimento dos seus modos de vida foi uma clara demonstração do domínio de novos conhecimentos, principalmente, o pedagógico e o político.

Esses conhecimentos forjados na luta e a partir da luta cotidiana dos camponeses foram observados como estratégia para não se fragmentar o espírito comunitário e solidário. De modo que, a prática do mutirão enquanto exercício da consciência política do grupo de camponeses tem um significado educativo. Compreendeu-se o caráter educativo e emancipatório desta prática, à medida que essa ação coletiva contribuiu para a desestruturação do antigo sistema de relação social e pôs fim nos conflitos entre os camponeses e os fazendeiros. Por outro lado, o conhecimento construído a partir destas práticas de cooperação possibilitou várias transformações dos modos de vida locais. Deste modo, o mutirão visto como movimento social foi impulsionador de ações transformadoras. Neste sentido, Cury (1989, p. 92) destaca que,

A prática política passa a possuir aquela força cognoscitiva de que fala Marx, segundo a qual é no campo das ideias que os conflitos do mundo real chegam à consciência. Nesse caso, a ideologia funciona como mecanismo de resistência e consistência. Resistência à dominação de classe e consistência para os fins de um pensamento político impulsionador da ação.

Neste caso, em particular, a análise das práticas do mutirão enquanto ação educativa partiu do princípio de que esta ação constitui-se como um processo de aprendizagem que levou em conta as relações comunitárias desenvolvidas conscientemente. Um dos aspectos dessa aprendizagem foi que ela ocorreu por meio da mediação entre o momento atual e o conhecimento acumulado historicamente. Constatou-se também que este conhecimento construído neste processo histórico, principalmente no período em que se intensificaram as relações de conflito, foi decorrente da articulação estabelecida entre as famílias camponesas e lideranças da igreja.

O engajamento das famílias camponesas nestas ações de cooperação e de luta se apresentou como aspecto resultante da transformação nos modos dos camponeses pensarem a sua realidade. Esse novo pensar a realidade partiu da consciência sobre as condições históricas que estavam vivendo. Portanto, a conclusão que se chegou foi que essa consciência política do grupo teve origem a partir do conhecimento dos camponeses sobre a



potencialidade política do trabalho em mutirão, levando em consideração que essa prática simboliza a *união* e a *força* coletiva, noções estas, aprendidas na convivência com gerações anteriores.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS DE MUTIRÃO

Este estudo foi direcionado desde o princípio pela hipótese de que a despeito das emigrações e da monetarização de determinadas atividades, o mutirão, enquanto conjunto de práticas associadas à sua reprodução física e cultural embasadas num conhecimento próprio adquire condições de elemento estruturante estratégico para sua existência como comunidade tradicional numa sociedade que lhe é antagônica.

O contexto social e econômico de onde emergiu as práticas de mutirão foi reflexo do antagonismo socioeconômico entre fazendeiros e camponeses. Neste caso, quando as famílias camponesas se viram em condições de extrema exploração e subordinação aos interesses dos fazendeiros procuraram meios de transformar esta realidade contraditória. Deste modo, em especial, observou-se que a prática do mutirão constituiu-se como uma estratégia de defesa dos interesses destes camponeses. À medida que se consolidou a posse da terra em favor destas famílias, elas passaram a cultivar e a produzir sem o ônus de pagar renda. Com isso, suas condições de vida sofreram implicações destas novas condições sociais e econômicas repercutindo em melhorias.

As famílias camponesas que estavam ameaçadas quanto à reprodução do seu sistema socioeconômico passaram a agir levando em conta a sua realidade de opressão. Assim conforme estudado foi a partir destas condições antagônicas e do risco de perda das identidades coletivas que as práticas de mutirão passaram a serem vistas como uma condição estruturante das relações inter e intrafamiliares. Diante das ameaças do capital impostas à permanência e à reprodução das famílias em seus territórios, as ações comunitárias em regime de cooperação foi fundamental para o grupo garantir condições de permanência e sobrevivência em seus territórios ocupados.

Constatou-se que os camponeses de São Manoel ao tomarem conhecimento de si, enquanto sujeitos de ação e transformação, a partir da relação histórica antagônica e ao organizarem-se coletivamente em regime de cooperação, tiveram condições de se apropriarem do curso de sua história. Com isso, eles promoveram rupturas necessárias e se reconfiguraram a partir da implantação de um sistema de relações sociais locais fundadas em práticas emancipatórias. Desta forma, ao reescrever suas histórias pessoais e coletivas, sendo nela os verdadeiros “donos”, os camponeses puderam não só se refazer enquanto sujeitos, mas abrir caminhos para novas oportunidades e assim continuar o movimento de reconstrução e reconfiguração social.

Entretanto, observou-se que, no caso de São Manoel, este processo de reconfiguração social e de emancipação dos camponeses, face ao sistema de exploração, não ocorreu por acaso ou simplesmente pela bravura de homens e mulheres, mas foram catalisadas e potencializadas pela relação entre lideranças da Igreja Católica com os camponeses através de um movimento dialético de ação-reflexão-ação.

Em relação às práticas de mutirão observou-se que esta prática vem sendo transformada pelas famílias camponesas de São Manoel. Dessa forma, constatou-se que a prática do mutirão tem sido mobilizada conforme as condições socioeconômicas das famílias. Nisso, pode-se destacar quatro situações significativas em relação às práticas de mutirão.

A primeira, é que a tradição camponesa se mantém, quando se trata de mobilizar a força de trabalho de homens, mulheres e crianças para garantir condições de se reproduzirem socialmente. Isto ficou evidente no período em que predominou as tradicionais formas de uso e apropriação das “terras livres”, em que as dificuldades eram extremas, principalmente, em relação à produção agrícola, o extrativismo e condições sociais, como habitação, vestuário e acesso aos serviços de saúde.

A segunda, é que uma prática de trabalho não está dissociada de uma reflexão. No caso dos camponeses de São Manoel, no período em que se encontravam subordinados às decisões do fazendeiro, foram percebendo coletivamente que os problemas enfrentados eram comuns. Assim, diante destes mesmos problemas as famílias encontravam no apoio mútuo, uma maneira de sobreviver naquelas condições adversas.

A terceira, é que a partir desta reflexão, a tradição camponesa começa a se fortalecer em ações mais abrangentes, como evidenciada no período mais crítico das “terras de dono”, transformando-se em consciência política do grupo. Dessa forma, a resistência ao sistema opressor, converte a tradição em um sentido político que leva ao enfrentamento coletivo.

A quarta situação, é que a tradição se renova. Neste sentido, a tradição sai da esfera do campo prático, entendido aí como as atividades ligadas à roça e ao extrativismo, para o campo da mobilização coletiva em busca da construção de uma representação social e política, transformando, assim, as forças físicas e as capacidades cognitivas de cada membro do grupo em instrumento de emancipação, nas “terras libertas”.

A identificação destas práticas demandou um olhar crítico a respeito do mutirão, que permitiu ver os erros em considerar esta prática de interação das famílias camponesas como algo extinto. Neste sentido, uma das questões suscitadas neste trabalho foi: como uma prática de trabalho cooperado e solidário, estabelecidas em função das condições socioeconômicas

desfavoráveis de muitas famílias camponesas, vem sendo praticadas ainda em tempos atuais e ainda designada como mutirão?

Neste estudo constatou-se que em São Manoel as práticas do mutirão podem ser percebidas para além dos espaços agrícolas como tentou se colocar ao longo deste texto. Além do mais, a superação desta forma de perceber as práticas de mutirão não é tão fácil assim, pois requer uma análise mais criteriosa das observações e até mesmo no uso do termo mutirão. O que ficou constatado foi que não está diante de nenhum termo novo. Então, a partir do que foi observado pode se questionar sobre o que é que as práticas atuais de ações cooperadas, designadas pelos sujeitos estudados de mutirão, têm de diferente de outros estudos como os de Marcondes, Caldeira, Galvão, onde os autores versavam sobre estas práticas como forma de cooperação e ajuda de povos rurais?

O que ficou evidente foi que as práticas de mutirão em São Manoel vêm sendo renovadas pelos camponeses e, com isso, se revestindo de novos sentidos. Este novo sentido foi observado à medida que estas ações de cooperação passaram a ser realizadas noutros espaços sociais de uso comum já descrito. Além do mais, registraram-se práticas de ajuda às famílias que demandam por certos tipos de trabalho, onde o mutirão, de acordo com o que foi observado, significou uma maneira de resolver rapidamente o serviço que estava sendo demandado. Neste caso, práticas de ajuda como os serviços de roça, na tapagem de casa, nas quebras de cocos, nas coletas assistenciais<sup>62</sup>, continuam a ser realizadas em práticas semelhantes às que foram estudadas por Caldeira e Galvão.

No entanto, o distintivo neste estudo sobre o trabalho comunitário realizado em regime de mutirão, de acordo com o que foi observado, é que esta prática social usada pelos camponeses tem sido uma maneira para discutir e solucionar problemas tanto de ordem individual – uma família em especial –, quanto dos interesses do próprio grupo, mas com uma intenção de transformação política. Embora considere que há uma pressão do sistema econômico dominante em termos sociais, político, cultural e ideológico que podem corroer determinadas práticas tradicionais como é o caso do mutirão. Entretanto, observou-se a partir de São Manoel que este sistema dominante, que cria certos modelos de relações sociais pautadas sobre práticas financeiras fundadas no mercado, não destituiu dos camponeses o regime de trabalho cooperado e solidário. Portanto, está sendo levado em consideração que a relação dos camponeses com este sistema econômico, mesmo não extinguindo algumas práticas tidas como tradicionais, mas que em função da pressão exercida por este sistema

---

<sup>62</sup> Em algumas situações especiais [doença de um membro do grupo] foi observado a mobilização das famílias para levantamento de recursos financeiros em apoio ao membro que está necessitando de auxílio.

sobre o grupo estudado estas práticas vêm se transformando, sendo ressignificadas e melhoradas.

Por um lado, observou-se que o mutirão foi uma prática comum entre os camponeses de São Manoel que mantém um sistema de economia familiar. Por outro lado, compreendeu-se que as práticas de cooperação e de ajuda, pautadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade, são ações que extrapolam os níveis mais imediatos da produção camponesa, sendo mais do que “instintos gregários” considerados vitais na defesa dos grupos.

Diante disto, compreendeu-se que estas práticas podem ser acionadas pelas famílias camponesas em determinado contexto histórico e geográfico, em situações que requeiram maior demanda de trabalhadores, em se tratando de interesses comuns ou mesmos solidários. Contudo, como fora observado, as práticas comunitárias realizadas em regime de cooperação estão em contínuo movimento. Então, devido essa natureza dinâmica, essas práticas podem ser observadas com mais assiduidade num momento e não ser encontrada em outro, fato este que se constitui como impeditivo na conclusão sobre a desagregação ou manutenção da prática de mutirão.

Mesmo assim, é interessante destacar que o fato que se julgou importante nesta análise foi que a ocorrência de uma prática social, conforme a que foi estudada, ora pode estar revestida de um espírito comunitário, ora pode retornar ao âmbito individual. À luz destas observações entendeu que o movimento destas práticas está relacionado com as circunstâncias históricas dos sujeitos. Este estudo revelou que, quando as famílias alcançaram os objetivos pretendidos, houve uma retração na realização das atividades que vinham sendo desenvolvidas em mutirão e uma intensificação de outras atividades mais individualizadas.

Então, a ideia que se chegou a partir desse movimento de intensificação ou retração sobre a prática do mutirão foi que os camponeses agem dialeticamente conforme as circunstâncias históricas. Ou seja, os camponeses como sujeitos criativos, críticos e autônomos não só transformam suas práticas, bem como reconhecem o momento em que se podem acionar determinada ação. Conforme se observou, as práticas de trabalho realizadas por meio do mutirão visavam responder às questões colocadas pelo momento histórico em que estavam vivendo e atuando. Numa compreensão pedagógica destas práticas, convém ressaltar, assim como Freire (2009), que essa “leitura do mundo” que os camponeses fazem de sua realidade é ato consciente, por isso, político. Isso mostrou que os camponeses participam da construção histórica tanto a nível micro como em nível macro. A partir desta análise constatou-se que “os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que refletirão em qualquer sistema societário em que operem”. Neste caso, “a

história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia” (SHANIN, 2005, p. 14).

Essa busca pela liberdade e autonomia foi considerada o fato marcante no processo histórico de luta dos camponeses contra os fazendeiros. Deste modo, o que se apresentou como um novo significado das práticas de mutirão foi o seu caráter eminentemente político e pedagógico. Esse movimento popular realizado pelos camponeses através do mutirão foi um processo de aprendizagem para todas as famílias participantes. Processo este que se iniciou pela libertação da terra e dos babaçuais e, desde então, vem sendo renovado com a participação do grupo noutras práticas que demandam ações de cooperação e ajuda.

Contudo, deve ser assinalado que as práticas de mutirão significaram e significam, entre outras coisas, uma forma de fortalecimento mútuo dos camponeses na luta por seus interesses individuais e comunitários. Esse fortalecimento mútuo dos camponeses, de acordo com o que fora observado, apontou para um processo em construção e transformação que está relacionado ao contexto social, político, histórico, econômico e pedagógico. Assim, de modo geral, compreendeu-se que, à medida que a realidade se transforma, as ações comunitárias acompanham o mesmo movimento de transformação, ou seja, a realidade transforma a prática e a prática transforma a realidade.

Finalmente, compreendeu-se que, assim como são tecidas as teias pelas aranhas, esta dissertação e a realidade estudada representou essa construção. Foi um trabalho constante de aprendizagem e diálogo tanto com a teoria quanto com o empírico. Essa teia de ideias, fatos e explicações resultantes da convivência direta com os camponeses foi mais que uma maneira de trazer para o campo do visível as ações como as que foram observadas em São Manoel. A ideia que permeou todo esse processo, tanto descrito como a realidade vivida pelos camponeses quanto pela elaboração deste texto, foi compreender que a realidade não existe como algo abstrato, que pode ser decodificado e generalizado. Pelo contrário, o que é real são os fatos históricos realizados pelos homens em sua concretude. Mais do que a soma das partes, o que se observou foi a existência de uma vida múltipla em todos os aspectos, formas, cores e sabores.

Dessa forma, o que às vezes se chama de realidade, por acomodação, é uma mera descrição das aparências sem levar em conta a essência do que se está observando. Do mesmo modo em que a aranha tece silenciosa e na escuridão da noite a sua teia, os camponeses de São Manoel vem tecendo sua realidade. Quando se entende que tudo está resolvido, levando em conta o que se observou, os problemas persistirão, pois não há como encontrar a ponta dos fios da teia da aranha, ou da realidade especificamente. Então o que se vê é uma teia completa

e complexa que pode ser descrita, mas nem sempre compreendida. Metaforicamente a realidade dos camponeses de São Manoel é essa teia. Teia que se constrói silenciosamente em cada dia, desde o cantar do galo pelas manhãs ensolaradas, chuvosas ao entardecer, quando o brilho das estrelas e do luar resplandece sobre cada uma das famílias e as animam para mais um dia.

Foi por meio deste tom metafórico que se esboçaram as penúltimas palavras deste estudo. Levou-se em consideração que o conhecimento de outras formas de organização social e a interpretação que se estabelece a partir da realidade observada, ainda é o que se faz novo nesta produção, pois à medida que se presencia novas práticas há uma boa condição de aprender um pouco mais sobre o cotidiano das famílias, de uma comunidade e sobre si mesmo. Constatou-se que a gramática dos camponeses de São Manoel não apresentou verbos novos, mas reforçou os já existentes. Então, foi muito comum se conjugar verbos como trabalhar, cooperar, solidarizar, retribuir, compartilhar, conviver, lutar, resistir, doar todos imersos em sentimentos de alegrias, tristezas, saudades, compaixão e, acima de tudo, orgulho de serem os camponeses que são.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, E. Socia(bi)lidade e solidariedade em comunidades de baixa renda: práticas para viver em ambientes hostis. In: SEABRA, G. de F.; SILVA, J. A. N. da; MENDONÇA, I. T. L. (Orgs.) **A conferência da terra: aquecimento global, sociedade e biodiversidade**. Volume III. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Antropologia dos *archivos* da Amazônia**. RJ: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.

\_\_\_\_\_. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: ACEVEDO MARIN, R. E. (Org.) **Populações tradicionais: Questões de terra na Pan-Amazônia**, Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

\_\_\_\_\_. Transformações Agrárias e a Organização Social nas Áreas de Ocorrência do Babaçu. Mimeo. sd.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs). **Por uma Educação do Campo**. 4. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AYRES JÚNIOR, J. C. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do médio mearim maranhense**. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis-SC, 2007.

BANDEIRAS verdes. Produção de Murilo Santos e Aída Marques. Brasil: Synapse Produções Ltda, 1987. (30 min.).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. [tradução Fernando Tomaz]12ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Uma ciência que perturba: Questões de Sociologia**. RJ: Marco Zero, 1983, p. 16-29.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, 24 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acessado em 03 de janeiro de 2012.

BRASIL, **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2013.

BRASIL. **Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA** – Fev. de 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao->



[agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas](#)> Acesso em: 26 de abr. 2013.

BRASIL. **Instituto Nacional de Meteorologia – INMET** –. Disponível em: <[http://www.inmet.gov.br/climatologia/bol\\_agro/mapas.php](http://www.inmet.gov.br/climatologia/bol_agro/mapas.php)>. Acesso em: 28 abr. 2013.

CALDEIRA, C. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1956.

CEDRO, M. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. **Revista Perspectivas Sociais**, Pelotas, Ano 1, N. 1, p. 125-135, março/2011. Disponível em: <[http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/perspectivas\\_sociais/marco\\_2011/marcelo\\_cedro.pdf](http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/perspectivas_sociais/marco_2011/marcelo_cedro.pdf)>. Acesso em 26 de novembro de 2012.

CHAUI, M. **Convite a filosofia**. SP, Ed. Ática, 2001.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Graziano da Silva, José e Stolcke, Verena. **A Questão Agrária**. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollaç, José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163. [Original 1929].

CHICO Mendes: vida dedicada em defesa do meio ambiente. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/biografias/chico\\_mendes.htm](http://www.suapesquisa.com/biografias/chico_mendes.htm)> Acesso em: abr. 2013.

COPANS, J. et. al. **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?** -, Tradução de J. Pinto de Andrade, SP, Éditions E. P., 1971.

CORRÊA, L. B.; OLIVEIRA, L.C.; GALIAZZI, M. do C. A construção da pesquisa na caminhada do mestrado -, **Ambiente & Educação** | vol. 12| 2007.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. – 3. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, A. B. de H. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (versão eletrônica)**, 3. ed. Editora Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, L. D. **EMPATES NOS BABAÇUAIS: Do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2005. 199 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FIRTH, R. **Elementos de organização social** – Tradução de Dora Flaksman e Sérgio Flaksman, RJ, Zahar Editores, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_ **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_ **A Importância do ato e ler: em três artigos que se complementam**. – 50. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

\_\_\_\_ **Ação Cultural para a Liberdade**. 8. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp 09-64.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa, **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002; pp. 21-39.

GALVÃO, H. **O Mutirão no Nordeste**. Documentário da vida rural, nº 15, RJ, 1959.

GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARDET, J. B. (Org.) **Mutirão: Utopia e Necessidade**. SP, 1990.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução, Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. ed. 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. da G. M. **Movimentos Sociais e Educação**. 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2001a.

\_\_\_\_ **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**.- 4. ed.- São Paulo: Edições Loyola, 2001b.

GONÇALVES, M. de F. da C. A Lei de Chico Brito e o cenário da exclusão educacional camponesa no Maranhão: primeiras aproximações. In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luís, MA, 28 A 30 DE AGOSTO DE 2007. 8p.

\_\_\_\_ **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor**. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2001c.

GOODY, J. **Domesticação do Pensamento Selvagem**. Lisboa, Editorial Presença, Lda, 1977.

GRAMSCI, A. **A Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9 ed. RJ, Civilização Brasileira, 1991.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. (Cap. XI. A crítica e a alternativa aos métodos de pesquisa tradicionais, p. 107-170).

HÉBETTE, J. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE; Belém: NAEA, UFPa, 1991.

HERÉDIA, B. M. de A. de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBS DE MALMESBURY, T. Das Diferenças de Costumes. In: **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**; Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva - SP, Editora Nova Cultural, 1997, pp. 91-96.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Disponível em <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

KASHIURA JÚNIOR, C. N. **Crítica da Igualdade Jurídica** – Contribuição ao Pensamento Jurídico Marxista – São Paulo: Quartier Latin, 2009.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua**: um fator de evolução. Tradução Waldyr Azevedo Jr. – São Sebastião: Senhora Editora, 2009.

LAMARCHE, H. (Coord.); **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan/mar. 2002. p. 36-51.

LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE et ali. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 59-106, pp. 15-49.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: **O Pensamento Selvagem**. Tradução: Tânia Pellgrini – Campinas, SP: Papyrus Editora. 1989.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. – 13. ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência -, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MANNHEIM, K. **Sociologia sistemática**: uma introdução ao estudo da sociologia. Tradução de Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1962.

Mapa do Brasil. Disponível em: <http://www.espacolegal.net/wp-content/uploads/2012/10/Mapa-do-Brasil.gif>. Acesso em: 12 fev. 2013.

MARCONDES, J.V. F. MUTIRÃO OR MUTUAL AID -, **Rural Sociology**, vol. 13, n. 4, December, 1948, pp. 374 – 384.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa-, **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário.** São Paulo, Pioneira, 1973.

MARX, K. 1847. **A miséria da Filosofia.** São Paulo: Martin Claret. Impressão 2008. [Coleção a obra-prima de cada autor].

MAUSS, M. **Ensaio de sociologia.** Tradução [Luiz João Gaio e Guinsburg]. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e antropologia.** Tradução de Lamberto Puccinelli, São Paulo: EPU-EDUSP, 1974. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia.** Tradução de Mauro W. B. de Almeida e Lamberto Puccinelli. São Paulo, EPU, 1974. v. 2.

MCKEAN, M. A.; OSTRON, E. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: Somente uma Relíquia do Passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum;** NUPAUB – USP, São Paulo, 2001.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar. Brasil. 2011. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/>>. Acesso em: 21 out. 2011.

MENDRAS, H, **Princípios de Sociologia: uma iniciação à análise sociológica.** Tradução de Patrick Davos. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital;** [tradução Isa Tavares]. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta,** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectivas.** vol.11, nº 2, 1997.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária, **Estudos Avançados** 15 (43), 2001, pp. 185 – 206.

OLIVEIRA, I. A. A lógica de construção de um projeto de pesquisa no campo educacional. **Trilhas,** Belém, ano 4, nº 1, p. 105 – 108, jul. 2004.

OLIVEIRA, M. S. P.; SOUZA, L. A. **Levantamento de pragas em acessos de açazeiro.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. p.1-4. (Comunicado Técnico, n.12).

PESSOA, J. M.; CRUZ, J. A. Animal de muitos donos: cultura política e gestão escolar. **Educativa**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 221-237, jul/dez. 2008.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. – 2. ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 13ª reimpressão.

PORRO, R. **Palms, pastures and swidden field: political ecological trajectories and sócio – natural transformations in peasant communitis in Maranhão, Brasil**. 2002. Dissertação (Doutorado em filosofia) – Universit of Florida, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Khedyr, 2011.

RIBASKI, J. et. al. Sabiá (*Mimosa caesalpiniaefolia*) árvore de múltiplo uso no Brasil. **Comunicado Técnico 104**, ISSN 1517-5030, Colombo, PR, dez. 2003. Disponível em: [http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPF-2009-09/35565/1/com\\_tec104.pdf](http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPF-2009-09/35565/1/com_tec104.pdf). Acesso em: 11 abr. 2013.

SABOURIN, E. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no nordeste semi-árido, **Antropolítica**, nº 9, 2001. 10 p.

\_\_\_\_\_. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 23, nº. 66, fevereiro/2008, pp. 131 – 138.

SANTILLI, J. O Socioambientalismo na constituição brasileira. In: **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Pp. 55-99. Instituto Internacional de Educação do Brasil e Instituto Sócio Ambiental. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SCHMIDT, M. L. S. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERREIRO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais -, **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 84-94, 2007.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa -, **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista, **Revista Nera** – ano 8, n 7 – julho/dezembro de 2005 – ISSN 1806-6755, Presidente Prudente – SP, 2005.

SHIRAIISHI NETO, J. “Crise” nos padrões jurídicos tradicionais: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. In: Congresso Nacional do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, nº XIV, 2005, Fortaleza. 12p.

SHIRAIISHI NETO, J. **Inventário das leis, decretos e regulamentos de terras do Maranhão – 1850/1996**. Belém: Supercores, 1998.

SIENA, O. **Metodologia da pesquisa científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho, 2007. Disponível em <[http://www.mestradoadm.unir.br/site\\_antigo/doc/manualdetrabalho\\_academicoatual.pdf](http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalho_academicoatual.pdf)> Acesso em: 27 nov. 2012.

SILVA, E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p.

Sistema de Informações Territoriais (SIT), **Microrregião do Médio Mearim**. Disponível em: < <http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

SKINNER, B.F. **Ciência e comportamento humano**. Tradução João Carlos Todorov e Rodolpho Azzi. Martins Fontes, 7. ed. São Paulo, 1989.

SOARES, L. E. **Campesinato**: ideologia e política, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOBRINHO, T. P. **História das secas (Século XX)**, Edição especial para o Acervo Virtual Osvaldo Lamartine de Faria, 1982. Disponível em: <[http://openlibrary.org/books/OL3254902M/Histo%CC%81ria\\_das\\_secas\\_\(se%CC%81culo\\_XX\)](http://openlibrary.org/books/OL3254902M/Histo%CC%81ria_das_secas_(se%CC%81culo_XX))> versão eletrônica. Acesso em: 15 nov. 2012.

SOUSA JUNIOR, J. de. O programa marxiano de educação e o fundamento da práxis, **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 51-66, 2009.

TOURAINÉ, A. **Poderemos Viver Juntos?: iguais e diferentes**; Tradução Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a, 420 p.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Orgs.) **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução a sociologia. RJ, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1998. 19ª Impressão.

VEIGA, I.; ALBALADEJO, C. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva. análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental. *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Número temático: A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental). Partes 2 e 3 - Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento 1, 3* (2002), p. 41– 77.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 2. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. 243 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambú, MG. **Anais**.

\_\_\_\_\_. A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A REIVINDICAÇÃO DA RURALIDADE NO BRASIL -, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2. P. 29-37, jul/dez, 2000. Editora da UFPR.

\_\_\_\_\_ AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO: RUPTURAS E CONTINUIDADE, **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, número 21, outubro 2003, 42-61.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 150 p.

## ANEXOS

### ANEXO A – Expressões usadas localmente

- “Capota”: palmeira nova da qual se tiram palhas. Na linguagem local, em rodas de conversas masculinas, quer dizer “mulher nova”.
- “Pipira”: soneca que se tira após o almoço, geralmente em redes. Considerada prática comum, ocorrendo entre 12h00min e 15h00min horas.
- “Mamãe bote o meu”: expressão usada para referir-se a mulher solteira de mais idade que mora com os pais.

### ANEXO B – Poesia em homenagem às quebradeiras

Quebradeira

Quebradeira, mulher de fé  
 Na luta pelo coco e o chão  
 Resistentes contra a exploração  
 Enfrentam o inimigo em pé.  
 Quebradeira, mulher honrada  
 Sentada ao chão com seu macete  
 Tirando amêndoa para o azeite  
 Sem desanimar desta jornada.  
 Quebradeira, mulher valente  
 No final de cada dia  
 Ajunta a produção com alegria  
 Esta é a rotina de muita gente.  
 Quebradeira, mulher, mulher  
 Que se revela pelo olhar a sua beleza  
 Filhas da mesma natureza  
 Que amam e desejam viver,...

Autor: Sousa, E. R. São Manoel, agosto de 2012.



### ANEXO C – Sistemas de Medidas locais

- Alqueire = 30 kg ou equivalente a 2 ½ latas, usualmente utilizado para medir arroz, feijão e farinha.
- Paneiro = 30 kg, é utensílio usado para medir o arroz, geralmente nas colheitas.
- Arroba = 1 ½ paneiro ou 45 kg. Geralmente usado como medida em algumas negociações, exemplo: João vendeu uma *arroba* de arroz na cantina.
- Braça = 2,2 m.
- Linha de roça = 25 braças no quadro ou 3.025 m<sup>2</sup>, usa-se ainda para referir a mesma medida o termo *tarefa*, que é o equivalente de linha.

### ANEXO D – Data festiva do povoado

- 17 de junho dia de santo São Manoel.

### ANEXO E – Fases de crescimento e designação local sobre o coco babaçu

- Conforme explicações locais o babaçu tem seguintes denominações: o coco (fruto), nascida (planta recém-nascida), pindoba (planta intermediária), palmiteiro (planta da qual se utilizam as folhas), capote (planta em última etapa antes do início do ciclo produtivo) e palmeira (planta em estágio de produção de cocos).

### ANEXO F – Roteiro para as entrevistas semiestruturadas

1. Era solicitado ao entrevistado que fizesse um relato sobre sua história de vida e as experiências vividas, uma caracterização geral, depois delineava-se os questionamentos em relação às práticas de mutirão: de luta e solidário (Por que mutirão, qual a ideia de usar o mutirão, como era e como é realizado, importância, o significado para o grupo).
2. O apoio da Igreja Católica.
3. Como é uso da prática do mutirão de trabalho solidário? Qual a explicação?
4. Sobre a ideia de coletividade, isso tem acompanhado ao longo da história de vocês, ou ela em algum momento ela surge? Como é o viver em coletividade?
5. A luta de vocês era pela terra? Por que a terra? O quê significava lutar pela terra. O que a terra representava para vocês? A relação com a terra tem sido modificada?
6. Relato sobre as organizações do grupo (associações e cooperativas)

7. A separação dos lotes, fatores motivacionais que contribuíram para divisão?
8. O quê que você acha que mudou? O quê que mudou no decorrer da história de ocupação deste território? Sobre as transformações? E os desafios atuais?
9. Explique sobre a diferença que tem um trabalhador rural, uma trabalhadora e uma quebradeira, tudo isso é a mesma coisa?
10. Em relação à criação do gado pra essa comunidade, como essa atividade é vista?
11. Sobre os cultivos e tipos de roças, o extrativismo, acesso ao crédito.